

Aula Introdutória

*Questões Comentadas de Direito
Eleitoral (FGV, FCC e CEBRASPE) Em
PDF - Boleto ou PIX à vista 10% de
desconto!*

Autor:
Ricardo Torques

07 de Janeiro de 2024

Sumário

Questões Comentadas	2
Introdução ao Estudo do Direito Eleitoral.....	2
Direitos de Nacionalidade	19
Direitos Políticos.....	36
Introdução ao Código Eleitoral	68
Justiça Eleitoral (Parte 1)	73
Lista de Questões	92
Introdução ao Estudo do Direito Eleitoral.....	92
Direitos de Nacionalidade	97
Direitos Políticos.....	101
Introdução ao Código Eleitoral	110
Justiça Eleitoral (Parte 1)	111
Gabarito.....	117



QUESTÕES COMENTADAS DE DIREITO ELEITORAL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Olá, pessoal. Para quem não me conhece, sou o Prof. Ricardo Torques, professor de Direito Eleitoral no Estratégia Concursos, e estou aqui para conduzir o Curso Questões Comentadas de Direito Eleitoral.

Quaisquer dúvidas, sugestões ou críticas entrem em contato conosco. Estou disponível no fórum do Curso, por e-mail e, inclusive, pelo *Facebook*.

Vamos lá?!

Ricardo Torques



rst.estrategia@gmail.com



[www.fb.com/dpcparaconcursos](https://www.facebook.com/dpcparaconcursos)



[@proftorques](https://www.instagram.com/proftorques)

QUESTÕES COMENTADAS

Introdução ao Estudo do Direito Eleitoral

1. (CESPE/MPE-PI - 2019) O princípio que sustenta a ideia de que o intérprete da norma deve manter a aplicação da lei estritamente vinculada às limitações por ela impostas a candidatos e eleitores é o da

- a) vedação da restrição de direitos políticos.
- b) democracia partidária.
- c) responsabilidade solidária.
- d) periodicidade da investidura.
- e) celeridade da justiça eleitoral.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão, pois no Direito Eleitoral Brasileiro, se a norma não restringir direitos políticos, não cabe ao intérprete fazê-lo. Esse princípio é fundamental, é norma de aplicação geral. Podemos chamá-lo de *in dubio pro candidato* ou *in dubio pro eleitor*, ou seja, havendo dúvida, deve sempre o juiz ou Tribunal priorizar a não restrição de direitos políticos.



2. (CESPE/TRE-BA - 2017) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senador Federal, os quais, por sua vez, são constituídos por representantes dos estados e do Distrito Federal (DF). Para o Senado Federal, tais representantes são eleitos segundo o

- a) sistema proporcional, e cada estado e do DF elegem três candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.
- b) sistema proporcional, e cada candidato é eleitor com dois suplentes.
- c) princípio majoritário, e cada estado e do DF elegem três candidatos, cada um deles com mandato de oito anos.
- d) sistema proporcional, e cada estado e o DF elegem dois candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.
- e) princípio majoritário, e cada candidato é eleito com um suplente.

Comentários

Os Senadores são eleitos pelo princípio majoritário simples, conforme descreve o art. 46, *caput*, da CF, competindo a cada Estado e Distrito Federal eleger três senadores, com mandatos de oito anos, conforme o §1º do art. 46 da CF. Além disso, prevê o §3º do referido dispositivo que cada senador será eleitor com dois suplentes.

Em vista disso, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

3. (CESPE/TRE-BA - 2017) Atualmente, a votação e a totalização de votos são feitas por sistema eletrônico, sendo possível a utilização do sistema convencional de votação por cédulas quando,

- a) havendo falhas nas urnas eletrônicas, o TRE do estado ou do Distrito Federal assim determinar, com fundamento no princípio da segurança do processo eleitoral.
- b) mesmo sem haver falhas nas urnas eletrônicas, o TSE assim determinar, no exercício do seu poder discricionário.
- c) havendo falha nas urnas eletrônicas, o TSE assim determinar, após verificar a impossibilidade de utilização das urnas de contingência.
- d) mesmo sem haver falhas nas urnas eletrônicas, o TRE assim determinar, com fundamento no princípio da celeridade do processo eleitoral.
- e) havendo falha nas urnas eletrônicas, o STF assim determinar, por meio de decisão proferida pelo seu plenário.

Comentários

De acordo com o art. 59 da Lei 9.504/1997, será de competência do TSE autorizar, em caráter excepcional, a utilização de cédulas para a votação manual.

Apenas com essa informação, você poderia eliminar as **alternativas A, D e E**.



Por outro lado, a **alternativa B** não pode ser considerada, pois a utilização de cédulas é excepcional, e não segundo decisão arbitrária do TSE.

Assim, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

Apenas para registrar, a Resolução TSE 23.399/2013 disciplina a utilização das urnas eletrônicas de contingência como segunda tentativa antes da votação manual.

4. (CESPE/TRE-BA - 2017) Quanto à competência e à organização dos órgãos da Justiça Eleitoral e à legislação pertinente a esse segmento de justiça, julgue os itens a seguir:

I – Compete privativamente aos estados legislar sobre direito eleitoral.

II – Os juízes eleitorais são órgão da justiça eleitoral.

III – O presidente da República poderá, em caso de relevância e urgência, editar medida provisória em matéria eleitoral.

IV – O tribunal regional eleitoral elegerá o seu presidente e vice-presidente entre desembargadores que o compõe.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) I, III e IV
- e) II, III e IV

Comentários

O **item I** está incorreto, pois de acordo com o art. 22, I, da CF, a competência legislativa em matéria eleitoral é privativa da União. Além disso, não existe competência privativa para os Estados prevista na CF. A competência dos Estados é concorrente ou residual.

O **item II** está correto com base no art. 118, da CF. Veja:

Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

I - o Tribunal Superior Eleitoral;

II - os Tribunais Regionais Eleitorais;

III - os Juízes Eleitorais;

IV - as Juntas Eleitorais.

O **item III** está incorreto, pois o art. 62, §1º, I, a, da CF, veda a utilização da medida provisória eleitoral:



§ 1º É **vedada** a edição de **medidas provisórias** sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e **direito eleitoral**;

O **item IV** está correto com base no art. 120, §2º, da CF:

§ 2º - O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.

Portanto, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

5. (CESPE/TRE-BA - 2017) Determinada lei, publicada seis meses antes da data da realização de eleições estaduais, criou hipóteses de inelegibilidade para dificultar abuso do poder econômico.

Assinale a opção correta a respeito da classificação da referida lei e de sua vigência e aplicação.

- a) Tal lei deve ser ordinária estadual e não se aplicará às referidas eleições.
- b) Tal lei deve ser ordinária distrital, e vigorará e se aplicará a partir da data da sua publicação.
- c) Tal lei deve ser ordinária federal, e se aplicará a partir da data de sua publicação.
- d) Tal lei deve ser complementar, e vigorará e se aplicará a partir da data da sua aplicação.
- e) Tal lei deve ser complementar e não se aplicará às referidas eleições.

Comentários

Nessa questão cobrou-se o respeito ao **princípio da anualidade**, tal como descrito no art. 16 da CF e a exigência de que hipóteses de inelegibilidade seja disciplinada por intermédio de lei complementar, conforme o art. 14, §9º, da CF. Veja:

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até **um ano** da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

Art. 14 (...)

§ 9º **Lei complementar** estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

É daí que extraímos que: (i) a lei, no caso, deve ser complementar (excluídas as **alternativas A, B e C**); e (ii) a lei não se aplicará às referidas eleições, uma vez que foi publicada seis meses antes do pleito e o prazo do art. 16 é de um ano (excluída a **alternativa D**).



A **alternativa E**, portanto, é a correta e o gabarito da questão.

6. (CESPE/MPE-RR - 2017) O princípio constitucional da anualidade ou da anterioridade da lei eleitoral

- a) não abrange resoluções do TSE que tenham caráter regulamentar.
- b) não repercute sobre decisões do TSE em casos concretos decididos durante o processo eleitoral e que venham a alterar a jurisprudência consolidada.
- c) estabelece período de vacatio legis para a entrada em vigor das leis eleitorais.
- d) tem aplicabilidade imediata e eficácia contida conforme a data do processo eleitoral.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O princípio da anualidade será aplicado às resoluções do TSE caso versem sobre matéria que venha a alterar o processo eleitoral. Caso contrário, vamos seguir a regra do § 3º do art. 105 da Lei nº 9.504/97, segundo a qual “serão aplicáveis ao pleito eleitoral imediatamente seguinte apenas as resoluções publicadas até 5/3 do ano eleitoral”.

A **alternativa B** está incorreta. As decisões do TSE que, no curso do pleito eleitoral, implicarem mudança de jurisprudência, não têm aplicabilidade imediata ao caso concreto e somente terão eficácia sobre outros casos no pleito eleitoral posterior, caso alterem o processo eleitoral. Veja o que disse o Supremo sobre a questão:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. REELEIÇÃO. PREFEITO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 14, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA EM MATÉRIA ELEITORAL. SEGURANÇA JURÍDICA. I. REELEIÇÃO. MUNICÍPIOS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 14, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. PREFEITO. PROIBIÇÃO DE TERCEIRA ELEIÇÃO EM CARGO DA MESMA NATUREZA, AINDA QUE EM MUNICÍPIO DIVERSO. (...). II. MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA EM MATÉRIA ELEITORAL. SEGURANÇA JURÍDICA. ANTERIORIDADE ELEITORAL. NECESSIDADE DE AJUSTE DOS EFEITOS DA DECISÃO. Mudanças radicais na interpretação da Constituição devem ser acompanhadas da devida e cuidadosa reflexão sobre suas consequências, tendo em vista o postulado da segurança jurídica. Não só a Corte Constitucional, mas também o Tribunal que exerce o papel de órgão de cúpula da Justiça Eleitoral, devem adotar tais cautelas por ocasião das chamadas viragens jurisprudenciais na interpretação dos preceitos constitucionais que dizem respeito aos direitos políticos e ao processo eleitoral. Não se pode deixar de considerar o peculiar caráter normativo dos atos judiciais emanados do Tribunal Superior Eleitoral, que regem todo o processo eleitoral. Mudanças na jurisprudência eleitoral, portanto, têm efeitos normativos diretos sobre os pleitos eleitorais, com sérias repercussões sobre os direitos fundamentais dos cidadãos (eleitores e candidatos) e partidos políticos. No âmbito eleitoral, a segurança jurídica assume a sua face de princípio da confiança para proteger a estabilização das expectativas de todos aqueles que de alguma forma participam dos prélios eleitorais. A importância fundamental do princípio da segurança jurídica para o regular transcurso dos processos eleitorais está plasmada no princípio da anterioridade eleitoral positivado no art. 16 da Constituição. O Supremo Tribunal Federal fixou a interpretação desse artigo 16, entendendo-o como uma garantia constitucional (1) do devido processo legal eleitoral, (2) da igualdade de chances e (3) das minorias (RE 633.703). Em razão do caráter especialmente peculiar dos atos judiciais emanados do Tribunal Superior Eleitoral, os



quais regem normativamente todo o processo eleitoral, é razoável concluir que a Constituição também alberga uma norma, ainda que implícita, que traduz o postulado da segurança jurídica como princípio da anterioridade ou anualidade em relação à alteração da jurisprudência do TSE. Assim, as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que, no curso do pleito eleitoral (ou logo após o seu encerramento), impliquem mudança de jurisprudência (e dessa forma repercutam sobre a segurança jurídica), não têm aplicabilidade imediata ao caso concreto e somente terão eficácia sobre outros casos no pleito eleitoral posterior". (STF - RE: 637485 RJ, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 01/08/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 20-05-2013 PUBLIC 21-05-2013)

A **alternativa C** está incorreta. Não estamos, aqui, diante de uma hipótese de *vacatio legis*, pois a lei entra em vigor na data da sua publicação (art. 16, da CF). O que ocorre é uma suspensão da eficácia da lei, por, no mínimo, um ano.

A **alternativa D** está incorreta. De acordo com o art. 16, da CF, a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência, logo não haverá aplicabilidade imediata.

7. (CESPE/TJ-DFT - 2016) Com relação a princípios e garantias do direito eleitoral, dos sistemas eleitorais, dos partidos políticos e dos direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) O princípio da anualidade não é uma cláusula pétrea e pode ser suprimido por EC.
- b) A Cidadania e o Pluralismo Político são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- c) O pluralismo político é expressão sinônima de diversidade partidária.
- d) São garantias que regem a disciplina dos partidos políticos: a liberdade partidária externa, a liberdade partidária interna, a subvenção pública e a intervenção estatal mínima.
- e) O sistema majoritário brasileiro é unívoco.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O princípio da anualidade está descrito no art. 16, da CF:

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

O Supremo Tribunal Federal entendeu que tal princípio é cláusula pétrea, razão pela qual não pode ser suprimido por emenda constitucional. Veja:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º DA EC 52, DE 08.03.06. APLICAÇÃO IMEDIATA DA NOVA REGRA SOBRE COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS ELEITORAIS, INTRODUZIDA NO TEXTO DO ART. 17, § 1º, DA CF. ALEGAÇÃO DE **VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE DA LEI ELEITORAL (CF, ART. 16)** E ÀS GARANTIAS INDIVIDUAIS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL (CF, ART. 5º, CAPUT, E LIV). **LIMITES MATERIAIS À ATIVIDADE DO LEGISLADOR CONSTITUINTE REFORMADOR. ARTS. 60, § 4º,**



IV, E 5º, § 2º, DA CF. 1. Preliminar quanto à deficiência na fundamentação do pedido formulado afastada, tendo em vista a sucinta porém suficiente demonstração da tese de violação constitucional na inicial deduzida em juízo. 2. A inovação trazida pela EC 52/06 conferiu status constitucional à matéria até então integralmente regulamentada por legislação ordinária federal, provocando, assim, a perda da validade de qualquer restrição à plena autonomia das coligações partidárias no plano federal, estadual, distrital e municipal. 3. Todavia, a utilização da nova regra às eleições gerais que se realizarão a menos de sete meses colide com o princípio da anterioridade eleitoral, disposto no art. 16 da CF, que busca evitar a utilização abusiva ou casuística do processo legislativo como instrumento de manipulação e de deformação do processo eleitoral (ADI 354, rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 12.02.93). 4. Enquanto o art. 150, III, b, da CF encerra garantia individual do contribuinte (ADI 939, rel. Min. Sydney Sanches, DJ 18.03.94), o art. 16 representa garantia individual do cidadão-eleitor, detentor originário do poder exercido pelos representantes eleitos e "a quem assiste o direito de receber, do Estado, o necessário grau de segurança e de certeza jurídicas contra alterações abruptas das regras inerentes à disputa eleitoral" (ADI 3.345, rel. Min. Celso de Mello). 5. Além de o referido princípio conter, em si mesmo, elementos que o caracterizam como uma garantia fundamental oponível até mesmo à atividade do legislador constituinte derivado, nos termos dos arts. 5º, § 2º, e 60, § 4º, IV, a burla ao que contido no art. 16 ainda afronta os direitos individuais da segurança jurídica (CF, art. 5º, caput) e do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV). 6. A modificação no texto do art. 16 pela EC 4/93 em nada alterou seu conteúdo principiológico fundamental. Tratou-se de mero aperfeiçoamento técnico levado a efeito para facilitar a regulamentação do processo eleitoral. 7. Pedido que se julga procedente para dar interpretação conforme no sentido de que a inovação trazida no art. 1º da EC 52/06 somente seja aplicada após decorrido um ano da data de sua vigência. (STF - ADI: 3685 DF, Relator: ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 22/03/2006, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 10-08-2006 PP-00019 EMENT VOL-02241-02 PP-00193)

A **alternativa B** está incorreta. A cidadania e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil. Vejamos o art. 1º, II e V, da CF:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania

V - o pluralismo político.

Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão previstos no art. 3º, da CF.

A **alternativa C** está incorreta. Pluralismo político envolve a garantia da existência de várias opiniões e ideias, respeitando-se cada uma delas. Como base no Estado democrático de direito, o pluralismo político aponta o reconhecimento de que a sociedade é formada por vários grupos, portanto, é composta pela multiplicidade de vários centros de poder em diferentes setores.



A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, conforme se extrai da leitura do *caput* e §§ 1º e 3º, do art. 17, da CF:

Art. 17. É **livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos**, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos [intervenção estatal mínima]:

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias [liberdade interna], **VEDADA a sua celebração nas eleições proporcionais**, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

§ 3º Os partidos políticos têm direito a **recursos do fundo partidário** [subvenção pública] e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

A **alternativa E** está incorreta. O sistema majoritário brasileiro não é unívoco, pois tem duas espécies:

1) Sistema Majoritário Simples: será eleito o candidato mais votado, com qualquer maioria. Exemplo: Senador, Prefeito e Vice – nos municípios com até 200 mil eleitores.

2) Sistema Majoritário Absoluto: será eleito o candidato que obtiver maioria absoluta dos votos válidos. Exemplo: Presidente e Vice, Governador e Vice e Prefeito e Vice – nos municípios com mais de 200 mil eleitores.

8. **(CESPE/TRE-MT - 2005) O estudo das fontes do direito encontra aspectos deveras sugestivos em amplitude e variedade no direito eleitoral. As fontes não se isolam como elemento de vínculo exclusivo com o direito eleitoral, em virtude de indilacerável unidade da ordem jurídica em que está integrado. Mas não deixam de contar com elementos próprios, que refletem suas condições peculiares. Para melhor ordenação lógica, há de se partir da Constituição Federal, que é a fonte suprema de onde promana, em distribuição hierarquizada, a ordem jurídica estatal, estabelecendo conexão formal e padrões de validade à criação e à aplicação do direito em geral. - Fávila Ribeiro. Direito eleitoral. 4.ª ed. Forense, 1997, p. 15 (com adaptações).**

Tomando o texto acima como referência inicial, assinale a opção incorreta a respeito das fontes do direito eleitoral.

- a) A Constituição de 1988, ao tratar dos direitos políticos, contempla os elementos que orientam a elaboração da Lei de Inelegibilidades, que tem natureza de lei complementar.
- b) Legislar sobre direito eleitoral é competência privativa da União.
- c) A Lei de Inelegibilidades é fonte secundária do Direito Eleitoral.



d) A Lei dos Partidos Políticos é fonte formal direta do Direito Eleitoral.

e) O Código Eleitoral confere ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) competência para expedir instruções para sua fiel execução.

Comentários

A **alternativa C** é a incorreta e gabarito da questão, pois a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade) é fonte formal **direta** do Direito Eleitoral.

Vejamos as demais alternativas:

A **alternativa A** está correta. As inelegibilidades estão previstas na Constituição e na lei complementar, nos termos do art. 14, §9º, da CF:

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

A **alternativa B** está correta, em razão do que prevê o art. 22, I, da CF:

Art. 22. Compete **privativamente** à **União** legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, **eleitoral**, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; (...)

A **alternativa D** está correta, pois a Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) é fonte formal e direta. Trata-se de norma editada pelo Poder Legislativo, com fundamento no art. 22, I, da CF, e que disciplina especificamente assuntos de Direito Eleitoral.

A **alternativa E** está correta, conforme art. 23, IX, do CE:

Compete, ainda, privativamente ao Tribunal Superior: (...)

IX – expedir as **instruções** que julgar **convenientes à execução deste Código**; (...)

Trata-se da **função normativa** atribuída à Justiça Eleitoral, uma de suas funções atípicas específicas. Esta função sofreu importante limitação pela lei 14.211/2021 que inseriu o Art. 23-A ao Código Eleitoral que veda expressamente o exercício do poder regulamentar do TSE quanto a organização dos partidos político e restringe quanto as demais matérias para aquelas especificamente autorizadas por lei. Vamos conhecer o novo dispositivo:

Art. 23-A. A competência normativa regulamentar prevista no parágrafo único do art. 1º e no inciso IX do caput do art. 23 deste Código restringe-se a matérias especificamente



autorizadas em lei, sendo vedado ao Tribunal Superior Eleitoral tratar de matéria relativa à organização dos partidos políticos.

9. (CESPE/TRE-GO - 2015) Julgue os itens a seguir, relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro, às disposições gerais dos servidores públicos e ao processo legislativo.

Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito eleitoral e, no âmbito dessa legislação concorrente, a competência da União está limitada ao estabelecimento de normas gerais.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. A competência para legislar sobre matéria eleitoral é privativa da União, conforme o art. 22, I, da CF.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Lembre-se de que:

DIREITO ELEITORAL



**COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA
UNIÃO**

10. (CESPE/TRE-GO - 2015) Julgue os itens a seguir, relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro, às disposições gerais dos servidores públicos e ao processo legislativo.

Embora a CF permita ao ocupante da Presidência da República a adoção de medidas provisórias com força de lei em casos de relevância e urgência, o texto constitucional proíbe a edição desse tipo de instrumento com relação ao direito eleitoral.

Comentários

A assertiva está **correta**. É exatamente isso que traz o art. 62, §1º, “a”, da CF:

§ 1.º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e **direito eleitoral**;

Lembre-se de que:



É VEDADA À MEDIDA PROVISÓRIA TRATAR SOBRE MATÉRIA DE DIREITO ELEITORAL

11. (CESPE/TRE-GO - 2015) Julgue os itens subsecutivos, referentes aos direitos políticos e à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

É competência privativa da União legislar acerca do direito eleitoral.

Comentários

A assertiva está **correta**. Para responder à questão, devemos lembrar o art. 22, I, da CF:

Art. 22. **Compete privativamente** à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, **eleitoral**, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; (...).

Notem como o assunto é recorrente em provas de concurso público.

COMPETE À UNIÃO LEGISLAR PRIVATIVAMENTE SOBRE DIREITO ELEITORAL

12. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue o item seguinte:

Uma das facetas do princípio da celeridade eleitoral é que as decisões eleitorais devem ser imediatas.

Comentários

Inicialmente, vamos conceituar preclusão.

De acordo com a doutrina, preclusão **consiste na perda de uma situação jurídica processual ativa**. A preclusão constitui instrumento processual fundamental para o deslinde da ação. Assim, pode-se afirmar que sem preclusão não há processo, ou melhor, sem o instituto da preclusão o processo não termina.

A preclusão relaciona-se com o princípio da segurança jurídica, da boa-fé e da duração razoável do processo.

Tradicionalmente, a doutrina menciona **espécies** de preclusão, que sinteticamente podem ser definidas do seguinte modo:

- 1º. **Preclusão Temporal**: impõe a perda de um poder processual em razão do decurso do tempo (exemplo: perda de um prazo para apresentar recurso).
- 2º. **Preclusão Consumativa**: implica perda de um poder processual em razão do seu exercício (exemplo: após a apresentação da contestação, a parte não poderá apresentar nova contestação alterando a anterior).



- 3º. **Preclusão Lógica:** perda do poder processual em razão da prática anterior de um ato incompatível com ele (exemplo: firma-se espontaneamente um acordo judicial e, em seguida, a parte recorre do acordo).
- 4º. **Preclusão Sanção:** preclusão decorrente da prática de ato ilícito.

Essas regras gerais da preclusão, adaptadas ao Direito Eleitoral, implicam o princípio da preclusão instantânea, segundo o qual **a não impugnação imediatamente após a prática do ato resulta na preclusão.**

Em Direito Eleitoral, podemos encontrar diversas aplicações para o princípio, a exemplo dos arts. 171 e 259, ambos do CE. Outra aplicação conferida ao princípio da preclusão envolve **impugnações quanto à identidade do eleitor, que deverão ser formuladas antes do exercício do voto, sob pena de se considerar consumado o ato do sufrágio.**

Desse modo, segundo entendimento dominante na doutrina, o princípio da imediatividade está relacionado com o princípio da celeridade.

Logo, é **correta** a assertiva.

13. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue o item seguinte assinale a alternativa incorreta.

Tido como princípio basilar do direito eleitoral, e inscrito no texto constitucional, o princípio da eficiência determina que o agente político ou administrador seja 100 % eficiente.

Comentários

A alternativa está **incorreta** por duas razões:

✎ Em primeiro lugar, o princípio da eficiência não é um princípio basilar do Direito Eleitoral. Fala-se, ao máximo, que o princípio da eficiência deve ser aplicado ao processo eleitoral como um princípio administrativo-eleitoral, posto que é um dos 05 princípios que regem a Administração Pública, previstos no caput do art. 37, da CF.

✎ Em segundo lugar, porque esse princípio não exige “100%” de eficiência, mas sim que o agente público aja de maneira a tomar as decisões com maior eficiência para a prática dos atos administrativos. Somente por mencionar 100% de eficiência a assertiva já poderia ser considerada incorreta, tendo em vista a intangibilidade prática e objetiva do percentual.

14. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios da anualidade eleitoral previsto no art. 16, da CF, julgue o item seguinte.

O princípio da anualidade da lei eleitoral foi consagrado no sistema jurídico brasileiro pela CF, cujo texto pertinente, originalmente, limitava-se a estabelecer que a lei que alterasse o processo eleitoral só entraria em vigor um ano após sua promulgação.

Comentários



A assertiva está **correta**. Conforme mencionado em aula, o princípio da anualidade da lei eleitoral está previsto no art. 16, da CF, e consagra a vigência imediata da lei eleitoral e a sua eficácia apenas após o decurso de um ano de sua vigência.

Antes da alteração pela Emenda Constitucional nº 4/1993, o art. 16 **possuía** (isso mesmo, passado!) a seguinte redação:

Art. 16 – A lei que alterar o processo eleitoral só entrará e vigor um ano após sua promulgação.

Pelo dispositivo citado, o princípio da anualidade, até o ano de 1993, consagrava apenas o vigor do texto eleitoral após do decurso de um ano.

Atualmente, o dispositivo tem a seguinte redação (EC n. 04/93):

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Então, é esse segundo texto que você deve memorizar para a sua prova!

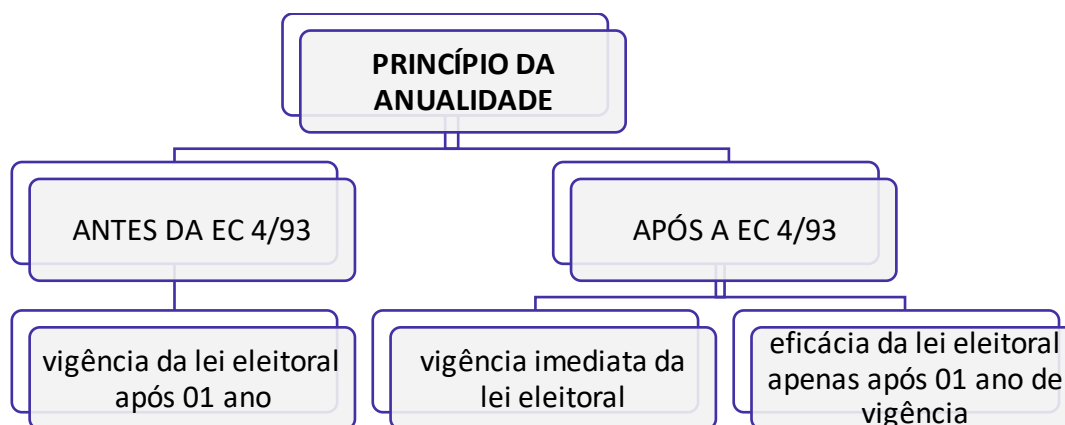
15. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios da anualidade eleitoral previsto no art. 16, da CF, julgue o item seguinte.

O princípio da anualidade eleitoral sempre fez a diferenciação entre vigência e aplicabilidade da norma, mesmo antes da emenda constitucional nº 04/93.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, pois, como dito acima, a diferenciação entre vigência e aplicabilidade ocorreu somente após 1993.

Para não restar qualquer confusão quanto à matéria, vejamos o quadro abaixo:



16. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue os itens a seguir.



Entre os princípios norteadores do direito eleitoral brasileiro incluem-se o princípio da igualdade, o princípio do devido processo legal, o princípio da publicidade e o princípio da preclusão ou da eventualidade.

Comentários

A assertiva está **correta**. Embora não tenhamos visto todos os princípios expressamente em aula, vamos, aqui, trazer o conceito de cada um deles para que possamos alargar nosso conhecimento.

PRINCÍPIO DA IGUALDADE	Refere-se ao tratamento igual das partes no processo eleitoral, sem quaisquer formas de privilégios.
PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	Processo orientado segundo as regras de seu tempo, observando a regular produção de provas e a observância das regras processuais.
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	Regra pela qual determina-se que os atos processuais são, em regra, públicos.
PRINCÍPIO DA PRECLUSÃO	Instrumento processual que implica a perda de uma situação jurídica processual ativa em decorrência do tempo, pelo exercício do direito, da prática de um ato processual incompatível ou em face da prática de um ato ilícito.

17. (CESPE/TRE-MT - 2005) Acerca dos princípios pertinentes ao direito eleitoral e aos direitos políticos de que trata a Constituição Federal, julgue o item seguinte.

O exercício da soberania popular restringe-se ao sufrágio universal, com valor igual para todos.

Comentários

Está **incorreta** a assertiva. O exercício da soberania popular será exercido pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular (art. 14, *caput*, da CF). Logo, não há que se falar que o exercício da soberania popular restringe-se ao sufrágio universal.

Lembre-se, ainda, do novo §12 do art. 14 da CF incluído pela EC 111/2021 que trouxe a possibilidade de consultas populares realizadas concomitantemente às eleições municipais tratando de questões locais que também é uma forma de exercício de soberania popular direta.

18. (CESPE/TRE-MT - 2005) No Brasil, o Poder Judiciário conta com uma estrutura autônoma, um ramo especializado, destinado a dizer o direito nas lides eleitorais. Cabe à justiça eleitoral julgar os processos eleitorais e também organizar a eleição, do ponto de vista administrativo. Nesse sentido, a Constituição Federal e o Código Eleitoral estatuem os critérios para a organização da justiça eleitoral e a definição de sua competência.

A esse respeito, julgue.

Um dos princípios previstos na Constituição e que se aplicam ao direito eleitoral é o princípio da motivação das decisões judiciais.

Comentários



Está **correta** a assertiva. Assim prevê o art. 93, IX, da CF:

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

O dispositivo acima consagra o princípio da motivação das decisões judiciais. Embora não tenhamos referido esse princípio em aula, é natural que concluamos que o princípio da motivação – típico do Direito Processual – seja aplicado às decisões eleitorais.

19. (CESPE/TJ-DF - 2014) No que diz respeito aos princípios do direito eleitoral, julgue o item subsecutivo.

O termo poliarquia é usado tanto para designar uma democracia representativa moderna como para distinguir esse tipo de regime daqueles não democráticos.

Comentários

A assertiva está **correta**. As poliarquias são regimes nos quais ocorre acentuada disputa pelo poder, o que acarreta a ampla participação política. Em vista disso, as poliarquias são comumente associadas à ideia de democracia moderna.

20. (CESPE/TJ-DF - 2014) Assinale a opção correta no que diz respeito aos princípios do direito eleitoral.

A democracia direta é caracterizada pelo voto de igual valor de todos os eleitores e pela provisoriedade da ocupação de mandatos de representação.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, tendo em vista que apresenta o conceito de democracia indireta. A democracia direta é baseada em um sistema no qual os cidadãos discutem sobre as principais questões de seu interesse – e votam diretamente nelas –, ou seja, participam de forma direta da tomada de decisão.

No Brasil, como vimos em aula, nós temos um modelo misto. Apesar de a democracia, aqui, ser praticada, prioritariamente, de forma indireta (ou seja, por meio do voto em representantes), há também mecanismos de democracia direta previstos na Constituição (ex.: art. 1º, parágrafo único, e art. 14) e em Leis (ex.: Lei n. 9.709/98). São exemplos desses mecanismos: (i) o plebiscito; (ii) o referendo; (iii) a iniciativa popular; (iv) a ação popular (para parte da doutrina); e (V) a nova consulta popular prevista no §12 do Art. 14 da CF.

21. (CESPE/TJ-DF - 2014) Assinale a opção correta no que diz respeito aos princípios do direito eleitoral.

O sufrágio universal e o voto direto e secreto são as formas de exercício da soberania popular estabelecidas no texto constitucional, mas podem ser abolidos a qualquer tempo por deliberação dos senadores.

Comentários

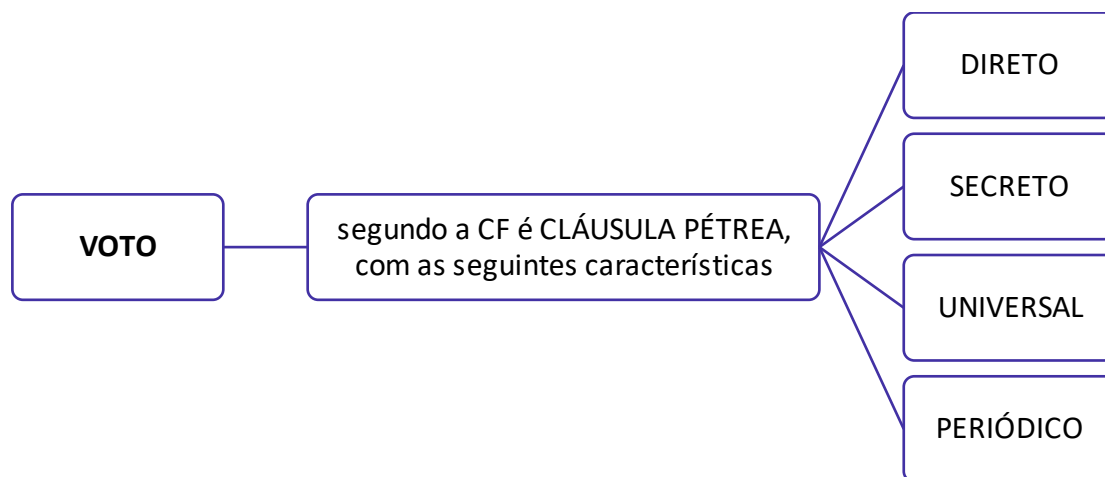


A assertiva está **incorreta**. Apesar de o sufrágio universal e do voto serem formas de exercício da soberania popular (art. 14, *caput*, da CF), conforme se afirma, eles são cláusulas pétreas e não podem ser abolidos do texto constitucional. Vejamos o dispositivo correspondente no art. 60, da CF:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

Lembre-se de que:



22. (CESPE/TJ-DF - 2014) Assinale a opção correta no que diz respeito aos princípios do direito eleitoral.

Por força do princípio da anualidade eleitoral, todas as regras eleitorais que alteram o processo eleitoral alcançam a eficácia após o decurso de um ano da publicação.

Comentários

A assertiva está **correta**. Vejamos o art. 16, da CF:

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

Lembro que esta regra se aplica à jurisprudência do TSE e às resoluções do TSE, capazes de influenciar no processo eleitoral e as alterações incluídas por meio de Emendas Constitucionais.

23. (CESPE/TRE-RS - 2015) A respeito do sistema eleitoral brasileiro, assinale a opção correta.

a) O princípio da moralidade eleitoral exige dos candidatos a prestação de contas uniforme, sem previsão de prestação simplificada, independentemente do valor movimentado em seu processo eleitoral.

b) O voto e o alistamento eleitoral são obrigatórios a todo cidadão brasileiro alfabetizado, em pleno gozo de saúde física e mental, que se encontre em seu domicílio eleitoral.

c) As eleições presidenciais fundamentam-se no princípio da isonomia da concorrência, não diferenciando o peso dos votos dos eleitores brasileiros.



d) Adotam-se no Brasil o caráter sigiloso (secreto) do voto, o pluripartidarismo e o sufrágio restrito e diferenciado.

e) partido político detém autonomia para definir em que município será instalada sua sede, sua estrutura interna, sua organização, seu funcionamento e demais cláusulas.

Comentários

Nessa questão, foram abordados diversos assuntos que ainda não estudamos, contudo, a alternativa correta trata de princípios de direito eleitoral.

A **alternativa A** está incorreta, pois a justiça eleitoral adota o sistema simplificado de prestação de contas, conforme art. 28, da Lei nº 9.504/1997. A questão inicia falando do princípio da moralidade, mas cobra legislação expressa.

A **alternativa B** está incorreta e cobra um assunto de direito constitucional eleitoral. A CF fala que o voto é obrigatório aos maiores de 18 anos e facultativo aos analfabetos, aos maiores de 70 anos e aos maiores de 16 anos e menores de 18 anos.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. O princípio da isonomia da concorrência determina que todo voto terá igual valor e se contrapõe ao que era chamado de voto censitário.

A **alternativa D** está incorreta, pois o sufrágio é universal.

A **alternativa E** está incorreta, uma vez que o partido político deve ter sede na Capital federal por expresse comando constitucional.

24. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Assinale o princípio que não é aplicável ao Direito Eleitoral.

- a) princípio da igualdade.
- b) princípio do devido processo legal.
- c) princípio do duplo grau de jurisdição necessário.
- d) princípio da preclusão.
- e) princípio da imparcialidade

Comentários

A alternativa que não representa um princípio aplicável é a **alternativa C**. Ao contrário do que se afirma, o princípio aplicável ao Direito Eleitoral é o da irrecorribilidade restrita das decisões (ou o da jurisdição eleitoral exauriente), que veremos com mais detalhes na aula sobre recursos. Todos os demais princípios citados são plenamente aplicáveis ao Direito Eleitoral.

Vejamos, objetivamente, os conceitos:

PRINCÍPIO DA IGUALDADE	Refere-se ao tratamento igual das partes no processo eleitoral, sem quaisquer formas de privilégios.
------------------------	--



PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	Processo orientado segundo as regras de seu tempo, observando a regular produção de provas e a observância das regras processuais.
PRINCÍPIO DA PRECLUSÃO	Instrumento processual que implica a perda de uma situação jurídica processual ativa em decorrência do tempo, pelo exercício do direito, da prática de um ato processual incompatível ou em face da prática de ato ilícito.
PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE	Exige que o julgador seja imparcial, ou seja, que ele esteja entre as partes e acima delas.

25. (CESPE/TRE-TO - 2017) Determinado deputado estadual apresentou projeto de lei com o objetivo de estabelecer regras relativas ao domicílio eleitoral nas eleições par governador a serem realizadas no próximo ano. Após o respectivo processo legislativo, a lei foi devidamente promulgada pelo chefe do Poder Executivo estadual. De acordo com as normas da CF, a referida lei deve ser considerada

- a) constitucional, pois é da competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios organizar as respectivas eleições.
- b) constitucional, pois compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito eleitoral.
- c) inconstitucional, pois as leis relativas a direito eleitoral são de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.
- d) constitucional, pois observou o princípio da anterioridade eleitoral.
- e) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito eleitoral.

Comentários

De acordo com o art. 22, I, da CF/88, a referida lei deve ser considerada inconstitucional, visto que compete privativamente à União legislar sobre direito eleitoral.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Além disso, nada se fala na CF sobre essa iniciativa do chefe do Poder Executivo.

Assim, a **alternativa E** é correta e gabarito da questão.

Direitos de Nacionalidade

26. (CESPE/PC-AL – 2021 - Adaptada) Acerca dos direitos sociais, da nacionalidade e dos direitos políticos, julgue o item seguinte.

Perderá a nacionalidade o brasileiro cuja naturalização for cancelada, por decisão judicial ou administrativa, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.



Comentários

A assertiva está **incorreta**. O cancelamento de naturalização em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático só pode ocorrer por decisão judicial e não por ato administrativo como afirmado.

27. (CESPE/Polícia Federal - 2021) A polícia foi acionada para atender a um chamado de suspeita de ocorrência de tráfico ilícito de entorpecentes no interior de determinada sociedade de economia mista federal. Ao chegar ao local, os policiais verificaram que um dos traficantes era um brasileiro naturalizado.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

O traficante naturalizado brasileiro não poderá ser extraditado porque o crime foi praticado depois da naturalização.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Como estudamos o envolvimento em crime de tráfico ilícito de entorpecentes permite a extradição de brasileiro naturalizado a qualquer momento.

28. (CESPE/Polícia Rodoviária Federal -2021) Acerca de direitos fundamentais, garantias e remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

As hipóteses de perda da nacionalidade brasileira previstas na Constituição Federal de 1988 têm natureza taxativa, de modo que nem mesmo convenções ou tratados internacionais podem ampliá-las.

Comentários

A assertiva está **correta**. O rol do §4º do Art. 12 já foi reconhecido pelo STF como taxativo, uma vez que constituem restrição ao direito fundamental, não podendo haver ampliação por lei infraconstitucional ou convenções e tratados internacionais.

29. (CESPE/MPE-CE-Técnico Ministerial -2021) Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Brasileiro naturalizado pode ocupar o cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Como vimos este é um dos cargos privativos de brasileiro nato. Fique muito atento aos cargos privativos de brasileiro nato é questão muito explorada pelos examinadores. Veja abaixo o §3º do art. 12 da CF:

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;



- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa.

30. (CESPE/ABIN - 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao direito de nacionalidade.

Os indivíduos que possuem multinacionalidade vinculam-se a dois requisitos de aquisição de nacionalidade primária: o direito de sangue e o direito de solo.

Comentários

A assertiva está **correta**. A Constituição Federal permite a possibilidade de o brasileiro ter dupla ou múltiplas nacionalidades.

Nesse caso, uma das nacionalidades decorrerá do ius soli, ou seja, do local de nascimento do indivíduo, e outra do ius sanguini, ou seja, dos laços de sangue que o indivíduo possui com determinado povo.

31. (CESPE/ABIN - 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao direito de nacionalidade.

Considera-se hipótese excepcional de quase nacionalidade aquela que depende tanto da manifestação da vontade do estrangeiro quanto da aquiescência do chefe do Poder Executivo.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. De acordo com o §1º, do art. 12, da CF/88, aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro.

Essa regra dirige-se ao português que não quer a naturalização, mas sim permanecer como português no Brasil.

O erro da questão está na previsão da pessoa que deverá receber o requerimento. Cabe ao Ministro da justiça e não o chefe do Poder Executivo receber o requerimento.

32. (CESPE/ABIN - 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao direito de nacionalidade.

Filho de brasileiros nascido no estrangeiro que opte pela nacionalidade brasileira não poderá ser extraditado, uma vez que os efeitos dessa opção são plenos e têm eficácia retroativa.

Comentários



A assertiva está **correta**. Filho de brasileiros nascido no estrangeiro que opte pela nacionalidade brasileira é considerado brasileiro nato. A Constituição Federal disciplina que nenhum brasileiro será extraditado. Vejamos:

Art. 5º

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)*

33. (CESPE/PF - 2018) Assunto: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Com relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Ainda que, em regra, inexistia distinção entre brasileiros natos e naturalizados, o cargo de oficial das Forças Armadas só poderá ser exercido por brasileiro nato.

Comentários

A assertiva está **correta**, pois o cargo de oficial das Forças Armadas é privativo de brasileiro nato. Vejamos o que dispõe o §3º, do art. 12, da CF/88:

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.



VII - de Ministro de Estado da Defesa *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)*

34. (CESPE/TRE-PE – 2017 - Adaptada) O brasileiro naturalizado

- a) poderá ocupar o cargo de presidente do Senado Federal.
- b) poderá ocupar o cargo de ministro de Estado da Defesa.
- c) não poderá ocupar cargo da carreira diplomática.
- d) perderá a nacionalidade brasileira por sentença judicial ou decisão administrativa, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático .
- e) poderá ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 12, §3º, da CF, o brasileiro naturalizado não poderá ocupar o cargo de carreira diplomática. Vejamos:

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

A **alternativa A** está incorreta, pois é privativo de brasileiro nato o cargo de Presidente do Senado Federal.

A **alternativa B** está incorreta, pois é privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro de Estado da Defesa.

A **alternativa D** está incorreta. Segundo o art. 12, §4º, II da CF exige-se sentença judicial.

A **alternativa E** está incorreta, pois é privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro do STF.

35. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) À luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

Cidadão português que legalmente adquira a nacionalidade brasileira não poderá exercer cargo da carreira diplomática, mas não estará impedido de exercer o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores.



Comentários

A assertiva está **correta**. Exige-se, nessa questão, o conhecimento dos cargos privativos para brasileiro nato. Vejamos o art. 12, § 3º, da CF.

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

A carreira diplomática é privativa de brasileiro nato, enquanto o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores não consta na enumeração acima.

36. (CESPE/MDIC - 2014) No que se refere aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como às funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.

Considere que Ana, cidadã brasileira, casada com Vladimir, cidadão russo, ocupe posto diplomático brasileiro na China quando Victor, filho do casal, nascer. Nessa situação, Victor será considerado brasileiro nato.

Comentários

A assertiva está **correta** e exige tão somente interpretação e conhecimento do art. 12, inciso I, "b", da CF. As pessoas nascidas no exterior, filhos de brasileiros a serviço do país, serão considerados brasileiros natos.

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

37. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.



Se um casal formado por um cidadão argentino e uma cidadã canadense for contratado pela República do Uruguai para prestar serviços em representação consular desse país no Brasil e, durante a prestação desses serviços, tiver um filho em território brasileiro, tal filho, conforme o disposto na CF, será brasileiro nato.

Comentários

A assertiva está **correta** e cobra o disposto no art. 12, I, “a”, da CF. Note que a lei fala que são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, **ainda** que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país. No caso em tela, os pais do recém-nascido não estão a serviço de seus países, mas de um terceiro país, por isso o nascido em território brasileiro é considerado nato.

38. (CESPE/TRE-GO - 2015) Quanto ao conceito de Constituição e aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue os seguintes itens.

São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira que esteja no exterior a serviço do Brasil ou de organização internacional.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Embora seja um tema que se refere à disciplina de Direito Constitucional também é matéria de Direito Eleitoral, pois a nacionalidade envolve uma das condições de alistabilidade.

De acordo com o art. 12, I, b, da CF, ***os nascidos no estrangeiro em que um dos pais esteja a serviço do Brasil no exterior será considerado brasileiro nato.***

Há, contudo, um aspecto a ser considerado. De acordo com a doutrina de Francisco Rezek¹, a expressão “a serviço do Brasil” inclui não apenas as atividades diplomáticas afetas ao Poder Executivo, mas qualquer função associada às atividades da União, Estados e Municípios ou respectivas autarquias. Além disso, está incluso na expressão o serviço prestado à organização internacional de que o Brasil faça parte, independentemente de a pessoa ter sido indicada pelos órgãos governamentais brasileiros.

Dessa forma, a questão estaria incorreta, pois foi incompleta ao não discriminar que o serviço prestado à organização internacional envolve apenas aquelas atividades entre as quais o Brasil é parte.

39. (CESPE/TRE-GO - 2015) Quanto ao conceito de Constituição e aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue os seguintes itens.

O cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, com capacidade eleitoral ativa, tem legitimidade para propor ação popular.

Comentários

Está **correta** a assertiva. A capacidade eleitoral é classificada em ativa e passiva.

¹ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**, 10ª edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2005, p. 188.



A capacidade eleitoral ativa consiste na prerrogativa de o cidadão participar da democracia, cujo exercício se realiza por meio do voto em eleições, plebiscitos e referendos, e, inclusive, da iniciativa popular. A capacidade eleitoral ativa é adquirida com o alistamento realizado perante a Justiça Eleitoral.

A capacidade eleitoral passiva, por sua vez, consiste no direito de concorrer, mediante eleição, a mandatos políticos (*ius honorum*). Desde que preenchidos os requisitos de elegibilidade, o cidadão poderá ser votado.

Em relação à ação popular, devemos saber que se trata de uma das ações constitucionais na qual o cidadão tem legitimidade para anular ato lesivo ao patrimônio público, ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Devemos nos atentar para o fato de que a legitimidade é conferida ao cidadão, não aos brasileiros natos tão somente. Isso significa dizer que apenas poderá ingressar com a ação popular o nacional que tiver inscrição eleitoral.

É o que se extrai da Lei nº 4.717/1965, art. 1º:

Art. 1º **Qualquer cidadão será parte legítima** para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), (...).

E, também, do art. 5º, LXXIII, da CF:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

40. (CESPE/TJ-CE - 2014) Em relação aos direitos de nacionalidade, julgue o item abaixo considerando o disposto na CF.

É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, pois o cargo de juiz de direito não está incluso no rol de cargos privativos de brasileiro nato (art. 12, § 3º).

41. (CESPE/TJ-CE - 2014) Em relação aos direitos de nacionalidade, julgue o item abaixo considerando o disposto na CF.

Considera-se brasileiro naturalizado o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe estrangeira, se o pai estiver a serviço da República Federativa do Brasil.

Comentários



A assertiva está **incorreta**, uma vez que se trata de um caso de brasileiro nato. O filho de brasileiro, cujos pais estejam a serviço do país, será brasileiro nato, mesmo que nasça no exterior.

42. (CESPE/TRE-MA - 2009) Quanto aos direitos de nacionalidade, julgue o item subsequente.

Segundo a CF, não é privativo de brasileiro nato o cargo de senador da República.

Comentários

A assertiva está **correta**.

A questão cobra, mais uma vez, os cargos privativos de brasileiros natos previstos no art. 12, § 3º, da CF. Observem que, na verdade, é fácil memorizar os cargos em questão, racionalizando-os. Inicialmente, você deve saber que o cargo de Presidente da República é privativo de brasileiro nato, assim, saiba que tal regra é válida para toda a linha sucessória do cargo de Presidente para o caso de vacância do cargo, qual seja: Vice-Presidente; Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. No caso do STF, a privatividade é aplicável a todos os Ministros.

Os cargos da carreira diplomática só podem ser exercidos por brasileiros natos, pois atuam como prepostos da nação perante governos estrangeiros.

Já os cargos de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa são responsáveis pela defesa da soberania do Estado brasileiro, razão pela qual devem ser ocupados por brasileiros natos.

43. (CESPE/TRE-MG - 2008) Julgue a correção ou incorreção do item subsequente.

De acordo com a CF, são brasileiros natos as pessoas nascidas no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem a qualquer tempo, após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Comentários

A assertiva está **correta**, com base no art. 12, I, "c", da CF. Essa hipótese é uma das mais complicadas de memorizar, contudo, lembrem-se de que se trata de uma opção da pessoa filha de brasileiro, nascida no estrangeiro, que vem a residir no país e pode escolher se tornar brasileiro nato após os 18 anos.

44. (CESPE/TRE-MG - 2008) Julgue a correção ou incorreção do item subsequente.

De acordo com a CF, são brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, pois trata de caso de brasileiros naturalizados, especificamente da modalidade de naturalização quinquenal presente no art. 12, II, b, da CF.

45. (CESPE/TRE-MG - 2008) Julgue a correção ou incorreção do item subsequente.



De acordo com a CF, são brasileiros natos todas as pessoas nascidas no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Cuidado com as questões que generalizam! Não serão todos os filhos de brasileiros nascidos no exterior que serão considerados brasileiros natos. Os nascidos no estrangeiro serão considerados brasileiros natos em dois casos: a) quando pelo menos um dos pais estiver a serviço do país; b) no caso de nenhum dos pais estar a serviço do Brasil, se for registrado em repartição brasileira situada no exterior ou se vier a residir no Brasil e, após atingida a maioridade, o interessado requerer a nacionalidade brasileira.

Nesse sentido, vide art. 12, I, alíneas “b” e “c”, da CF:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

46. (CESPE/TRE-MG - 2008) Julgue a correção ou incorreção do item subsequente.

De acordo com a CF, são brasileiros natos as pessoas nascidas no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registradas em repartição competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Para aquisição da condição de brasileiro nato com fundamento no art. 12, I, c, da CF, o momento no qual o interessado venha a residir no Brasil é irrelevante. A opção de nacionalidade é o que deve ocorrer após os 18 anos.

47. (CESPE/TRE-MT - 2010) Julgue o item abaixo acerca dos direitos de nacionalidade.

Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira somente podem ser considerados brasileiros natos se, após registrados em repartição brasileira competente, vierem a residir no Brasil e optarem pela nacionalidade brasileira.

Comentários



A assertiva está **incorreta**. O erro da questão é mencionar “somente se”, isso porque não esgota a única hipótese na qual os filhos de brasileiros nascidos no exterior serão considerados brasileiros natos. Assim, nos termos do art. 12, I, *b*, da CF, também serão brasileiros natos, independentemente de qualquer opção, os nascidos no estrangeiro, filhos de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. Ademais, conforme o art. 12, I, *c*, da CF, filho de brasileiro nascido no estrangeiro pode adquirir a nacionalidade brasileira sem que esteja registrado na repartição competente, o requisito é vir a residir no Brasil e requerer a nacionalidade após completar 18 anos.

48. (CESPE/TRE-MT - 2010) Julgue o item abaixo acerca dos direitos de nacionalidade.

A legislação infraconstitucional não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, de modo que, em virtude do princípio da igualdade, as únicas hipóteses de tratamento diferenciado são as que constam expressamente do texto constitucional.

Comentários

A assertiva está **correta**, de acordo com o art. 12, § 2º, da Constituição Federal. Apenas as distinções entre brasileiros natos e naturalizados expressas na CF são válidas. Confira:

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

49. (CESPE/TRE-MT - 2010) Julgue o item abaixo acerca dos direitos de nacionalidade.

A naturalização é um direito público subjetivo que constitui ato administrativo de caráter vinculado, uma vez que o chefe do Poder Executivo encontra-se obrigado a concedê-la, desde que sejam atendidos os requisitos legais e constitucionais para sua obtenção.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. A análise do requerimento de naturalização se insere no espaço de discricionariedade estatal. Assim, mesmo com todos os requisitos preenchidos, é possível que a nacionalidade não seja concedida.

50. (CESPE/TRE-MT - 2010) Julgue o item abaixo acerca dos direitos de nacionalidade.

Aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. A Constituição assegura aos portugueses que possuam residência permanente no País, e se houver reciprocidade em favor de brasileiros, os direitos inerentes ao brasileiro (art. 12, § 1º, da CF). Contudo, a partir de 1994, a norma adota apenas a terminologia “brasileiro”. Assim, não cabe mais dizer que, na hipótese acima, o português terá a mesma condição de brasileiro nato.

51. (CESPE/TRF-1ªR - 2015) Com referência aos direitos de nacionalidade, julgue o item que se segue.



Os cargos de ministro de Estado da Defesa e o de ministro das Relações Exteriores, entre outros, são privativos de brasileiros natos.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Esta é mais uma questão sobre cargos privativos de brasileiros natos. Não decoraram ainda? Vamos decorar agora.

O cargo de Ministro do Estado da Defesa é, de fato, privativo de brasileiro nato. Contudo, o cargo de Ministro das Relações Exteriores não é, o que torna a questão incorreta.

52. (CESPE/TRF-1ªR - 2015) Com referência aos direitos de nacionalidade, julgue o item que se segue.

Considera-se brasileiro nato o indivíduo nascido no estrangeiro e registrado em repartição brasileira competente, desde que seja filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que seus pais não estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

Comentários

A assertiva está **correta**. Todo filho de pai ou mãe brasileira que for registrado em repartição brasileira situada no exterior, será considerado brasileiro nato. Vejamos a alínea correspondente no art. 12, inciso I.

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

53. (CESPE/MPU - 2015) Com relação aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item que se segue.

Na CF, a classificação dos direitos e garantias fundamentais restringe-se a três categorias: os direitos individuais e coletivos, os direitos de nacionalidade e os direitos políticos.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Os direitos e garantias fundamentais encontram-se previstos por todo o texto da Constituição e não se restringem apenas ao Capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais. Somente por isso a questão já estaria incorreta.

Ainda há outros erros na assertiva. Os direitos fundamentais estão subdivididos, dentro da Constituição, da seguinte forma: Direitos e Deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5º e seus intermináveis incisos; Direitos Sociais, dispostos nos arts. 6º a 11; Direitos de Nacionalidade estabelecidos nos arts. 12 e 13, que são nosso objeto de estudo hoje; Direitos Políticos, prescritos nos arts. 14 a 16; e Partidos Políticos, expostos no art. 17. Trouxemos essa questão para que vocês notem que os Direitos de Nacionalidade são considerados direitos fundamentais.

54. (CESPE/IRB - 2015) A respeito do processo legislativo e dos direitos e garantias fundamentais, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, julgue (C ou E) o item subsequente.



A Constituição Federal determina que o brasileiro nato nunca será extraditado e que o brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso de ter praticado crime comum antes da naturalização.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Não se trata exatamente de uma questão de nacionalidade do art. 12, da CF, mas envolve o tema. O brasileiro nato NUNCA será extraditado, ao passo que o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em duas situações. Vejamos o que dispõe o art. 5º, LI, da CF:

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

Assim, será extraditado o brasileiro **NATURALIZADO** em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou em caso de envolvimento com o tráfico de drogas a qualquer tempo.

55. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca das relações entre os estrangeiros e o Estado brasileiro, julgue o seguinte item.

De acordo com os critérios de nacionalidade adotados pelos Estados, a condição de nacional ou estrangeiro de um indivíduo é prerrogativa do próprio Estado, que nem sempre depende do fato de ele ter nascido ou não no território desse Estado.

Comentários

Essa é uma questão que pode confundir muita gente. A assertiva está **correta**.

Os critérios de aferição da nacionalidade variam de Estado para Estado, contudo, costumam se basear em dois critérios específicos: o *ius soli* e o *ius sanguini*. De acordo com o *ius soli*, será nacional aquele que nascer no território de determinado Estado. Conforme *ius sanguini*, será nacional o filho de nacionais. Contudo, ambos os critérios comportam exceções.

Assim, pode ocorrer de uma pessoa nascer no território brasileiro e não ser brasileiro nato. É o caso do filho de estrangeiros que estejam no Brasil a serviço de seu país.

A título de curiosidade, são critérios de nacionalidade, também, o *ius conubii* ou *ius matrimonii* (nacionalidade adquirida pelo casamento), o *ius publicum* (nacionalidade conferida pelo Estado), o *ius domicilii* (nacionalidade derivada do domicílio) e o *ius laboris* (nacionalidade decorrente do contrato de trabalho). Há, ainda, diversos outros critérios como a adoção (ex.: China, Japão, Polônia) e a prestação de serviço militar (ex.: Alemanha, Argentina, Itália).

56. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) A respeito da nacionalidade brasileira, julgue o item que se segue.

A Constituição assegura a igualdade de direitos entre brasileiros natos e naturalizados, mas estabelece limitações a essa isonomia, entre as quais a impossibilidade de ocupação de cargo de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral proveniente de vaga destinada a Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Comentários



A assertiva está **correta**. Somente a Constituição Federal pode criar distinções entre brasileiros natos e naturalizados. Vejamos uma lista das principais diferenças entre brasileiros natos e naturalizados:

1) Cargos privativos de brasileiros natos (art. 12, § 3º):

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa

2) Possibilidade de extradição (art. 5º, LI)

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

3) Membro do Conselho da República (art. 89, VII):

Art. 89. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:

- I - o Vice-Presidente da República;
- II - o Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - o Presidente do Senado Federal;
- IV - os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;
- V - os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;
- VI - o Ministro da Justiça;
- VII - seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.



4) Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens (art. 222, caput, e § 1º):

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

5) Responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação nessas empresas (art. 222, § 2º):

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

Assim, há restrição de ocupação por brasileiros naturalizados de alguns cargos públicos, dentre eles o de Ministro do STF. Assim, o brasileiro naturalizado poderá compor o TSE, contudo, não dentre as vagas destinadas aos Ministros do STF. É exatamente o que diz a questão.

57. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Otto, cidadão alemão, adquiriu a nacionalidade brasileira após ingressar com pedido no Ministério da Justiça. Posteriormente, por considerar que Otto não reunia os requisitos constitucionais que lhe dariam direito à nacionalidade derivada, o Ministro da Justiça cancelou o ato de naturalização.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Segundo entendimento do STF, o referido ato do ministro da Justiça viola a CF porque, uma vez deferida a naturalização, seu cancelamento somente poderia ter ocorrido pela via judicial.

Comentários

A assertiva está **correta**. Notem que a naturalização somente poderá ser cancelada por meio de sentença judicial. Isso torna a questão correta e o ato do Ministro da Justiça ilegal. Conforme já decidiu o STF como se pode ver em parte do acórdão descrito abaixo.



Conforme revela o inciso I do § 4º do art. 12 da CF, o ministro de Estado da Justiça não tem competência para rever ato de naturalização.²

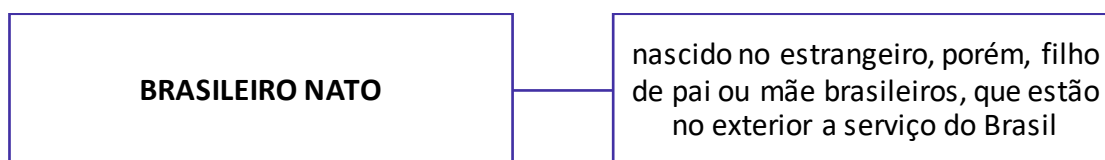
58. (CESPE/PF - 2014) No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

Considere que uma criança tenha nascido nos Estados Unidos da América (EUA) e seja filha de pai americano e de mãe brasileira, que trabalhava, à época do parto, na embaixada brasileira nos EUA. Nesse caso, a criança somente será considerada brasileira nata se for registrada na repartição brasileira competente nos EUA.

Comentário

A assertiva está **incorreta**. A criança é considerada brasileira nata pelo simples fato de a mãe ser brasileira e estar a serviço do Brasil. Não há qualquer necessidade, nesse caso, de registro na repartição brasileira.

Vejamos um pequeno esquema:



59. (CESPE/TRT17ªR - 2013) Acerca dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na CF, julgue os itens seguintes.

Considera-se brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade casado com brasileiro nato por mais de cinco anos.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. No Brasil, não é adotado o critério do *ius matrimonii* (ou *ius conubii*) para aquisição da nacionalidade. Assim, um estrangeiro nunca será considerado naturalizado pelo simples fato de ser casado com um brasileiro. É necessário preencher os requisitos postos na Constituição.

Vejamos, novamente, um importante esquema de aula:

NATURALIZAÇÃO ORDINÁRIA	NATURALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	OBSERVAÇÕES
NATURALIZAÇÃO DAQUELES QUE FALAM PORTUGUÊS	NATURALIZAÇÃO DOS DEMAIS	

² RMS 27.840, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJE de 27-8-2013.



<i>Residência por 1 ano ininterrupto</i>	<i>Residência por 15 anos ininterruptos</i>	○ Notem que, na naturalização extraordinária, exige-se muito mais tempo de permanência no Brasil.
<i>Idoneidade moral</i>	<i>Ausência de condenação penal</i>	○ Notem que, na naturalização extraordinária, a pessoa não poderá ter qualquer envolvimento com práticas ilícitas.
--	<i>Requerimento do interessado</i>	○ Em relação ao requerimento, embora a CF exija-o expressamente na naturalização extraordinária apenas, tal requisito também é exigido na naturalização ordinária, segundo legislação infraconstitucional.

60. (CESPE/SEFAZ/RS - 2019) Felipe é brasileiro naturalizado e foi morar no Japão, onde se casou com Júlia, uma mexicana. Quando Júlia estava a serviço de seu país na Alemanha, nasceu Alberto, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no mexicano. Aos vinte anos de idade, Alberto veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Alberto

- a) é alemão e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- b) é brasileiro naturalizado.
- c) é brasileiro nato.
- d) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.
- e) é alemão, brasileiro e mexicano, tendo obrigatoriamente cidadania múltipla.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Uma vez que o pai de Alberto é brasileiro e ele cumpriu os requisitos previstos no art. 12, I, c da CF.

As alternativas **A** e **E** estão **incorretas** já que não é possível afirmar se ele teria outra nacionalidade vez que cada Estado possui suas próprias regras quanto ao assunto.

A **alternativa B** está **incorreta** porque como já dito Alberto é brasileiro nato.

A **alternativa D** está **incorreta** está tratando de regras de naturalização que não são exigidas para o brasileiro nato.

61. (CESPE/TJ/AM – 2019 - Adaptada) Com relação à perda da nacionalidade de brasileiro, julgue o item que se segue.

Brasileiro nato ou naturalizado que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, perderá sua nacionalidade ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Comentários

A assertiva está **correta**. na forma do art. 12 §4º II da CF. Vamos ler mais uma vez para fixar.



Art. 12 § 4º "Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

62. (CESPE/TJ/AM – 2019 - Adaptada) Com relação à perda da nacionalidade de brasileiro, julgue o item que se segue.

Perderá a nacionalidade de brasileiro aquele cuja naturalização seja cancelada em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Comentários

A assertiva está **correta**. É a perda punição prevista no art. 12 §4º I da CF. É importante lembrar que esta perda só se aplica ao brasileiro naturalizado e que depende de sentença judicial.

Direitos Políticos

63. (CESPE/Pref Fortaleza - 2023) Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, julgue o item a seguir.

O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de sessenta anos de idade.

Comentários

A questão está **incorreta**. O voto é facultativo para os maiores de 70 (setenta) anos e não 60 como trouxe a assertiva. Nesse sentido dispõe a Constituição Federal (CF)

CF. Art. 14. § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de **setenta** anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.



64. (CESPE/ALE-CE - 2021) A suspensão de direitos políticos se dará no caso de

- A) improbidade praticada por qualquer agente público.
- B) incapacidade civil.
- C) cancelamento da naturalização.
- D) condenação criminal.
- E) perda da função pública por ato de improbidade.

Comentários

As hipóteses de perda e suspensão dos direitos políticos estão previstas no art. 15 da Constituição Federal:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- II - incapacidade civil absoluta;
- III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Quando for praticado ato de improbidade administrativa, ocorre a suspensão dos direitos políticos, de acordo com o inciso V.

A **alternativa B** está incorreta. Apenas a incapacidade civil absoluta implica suspensão dos direitos políticos, a relativa não.

A **alternativa C** está incorreta. O cancelamento de naturalização gera a perda dos direitos políticos, não a suspensão.

A **alternativa D** está incorreta. Exige-se que a condenação criminal tenha transitado em julgado para que haja suspensão dos direitos políticos.

A **alternativa E** está incorreta. Não se exige que tenha sido aplicada a pena de perda da função pública para que a prática de ato de improbidade gere a suspensão dos direitos políticos.

65. (CESPE/CEBRASPE – PC-AL - 2021) Acerca dos direitos sociais, da nacionalidade e dos direitos políticos, julgue o item seguinte.

A condenação judicial por prática de ato de improbidade administrativa acarreta a cassação dos direitos políticos.



Comentários

Está **incorreta** a assertiva. A condenação por prática de ato de improbidade administrativa é caso de suspensão dos direitos políticos previsto no art. 15 V da CF. O mesmo artigo 15 da CF veda a cassação dos direitos políticos.

66. (CESPE/CEBRASPE – DEPEN - 2021) Julgue o item que se segue, relativos a disposições constitucionais.

Em razão da condenação criminal transitada em julgado, os direitos políticos do apenado são cassados.

Comentários

Está **incorreta** a assertiva. Veja como o examinador cobra essa questão, fique atento não há previsão de cassação dos direitos políticos, pelo contrário há expressa vedação no art. 15 da CF.

67. (CESPE/CEBRASPE – MPE/CE - 2021) Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Os analfabetos não podem registrar-se como eleitores.

Comentários

Está **incorreta** a assertiva. Os analfabetos podem se alistar como eleitores. A constituição federal faculta o alistamento e o voto para eles no art. 14 §1º II “a”. O que o analfabeto não pode é se eleger.

68. (CESPE/CEBRASPE – PC-SE - 2021) A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

No tocante às limitações ao exercício da vida política, além de hipóteses de inelegibilidade, nas quais se macula a capacidade eleitoral passiva, o constituinte elencou situações de perda ou suspensão dos direitos políticos, a exemplo da incapacidade civil absoluta, quando se restringem tanto a capacidade eleitoral ativa quanto a passiva.

Comentários

Está **correta** a assertiva. A assertiva exige do candidato o conhecimento dos diferentes efeitos causados pela inelegibilidade e pela perda ou suspensão dos direitos políticos. Como vimos, no caso de inelegibilidade apenas a capacidade eleitoral passiva é afetada ficando o indivíduo impedido de se candidatar a qualquer cargo político. Já no caso de perda ou suspensão dos direitos políticos são afetadas a capacidade eleitoral ativa e passiva, não podendo o indivíduo votar ou ser votado.

69. (CESPE/TRE-PE - 2017) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a perda ou a suspensão dos direitos políticos se dará em caso de

- a) condenação criminal por decisão de tribunal contra a qual caiba recurso.
- b) incapacidade civil relativa.



- c) condenação em ação de improbidade administrativa, nos termos da lei.
- d) cancelamento da naturalização por decisão judicial de primeira instância.
- e) condenação criminal por decisão judicial de primeira instância.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 15, da Constituição Federal. Vejamos:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- II - incapacidade civil absoluta;
- III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Desse modo, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão, conforme estabelece o inc. V, supracitado.

Vejamos os erros das demais alternativas:

- a) condenação criminal ~~por decisão de tribunal contra a qual caiba recurso~~. Deve ter trânsito em julgado.
- b) incapacidade civil **relativa**. - Absoluta.
- c) condenação em ação de improbidade administrativa, nos termos da lei.
- d) cancelamento da naturalização por ~~decisão judicial de primeira instância~~. - Decisão judicial com trânsito em julgado.
- e) condenação criminal por ~~decisão judicial de primeira instância~~. - Decisão judicial transitada em julgado.

70. (CESPE/TRE-PE - 2017) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para

- a) maiores de setenta e cinco anos de idade.
- b) maiores de dezoito anos de idade.
- c) maiores de dezesseis e menores de dezoito anos de idade.
- d) analfabetos.



e) maiores de setenta anos de idade.

Comentários

As **alternativas A e E** estão incorretas. De acordo com o art. 14, §1º, II, “b”, da CF, o alistamento e o voto são facultativos para os maiores de 70 anos, e não obrigatórios.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 14, §1º, I, da CF:

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

A **alternativa C** está incorreta. Com base no art. 14, §1º, II, “c”, da CF, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para maiores de dezesseis e menores de dezoito anos de idade.

A **alternativa D** está incorreta. Segundo o art. 14, §1º, II, “a”, da CF, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.

71. (CESPE/TRE-RS - 2015) A respeito do sistema eleitoral brasileiro, julgue o item seguinte.

Adotam-se no Brasil o caráter sigiloso (secreto) do voto, o pluripartidarismo e o sufrágio restrito e diferenciado.

Comentários

Está **incorreta** a assertiva. A primeira parte da questão está perfeita. O voto é secreto (art. 14, *caput*, da CF) e o nosso sistema é pluripartidário, tal como prevê o art. 2º, da Lei nº 9.096/1995:

Art. 2º É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o **pluripartidarismo** e os direitos fundamentais da pessoa humana.

Contudo, a assertiva peca ao falar em “sufrágio restrito e diferenciado”. O art. 14, *caput*, da CF, é expresso em afirmar que o sufrágio é universal e com igual valor para todos. Sufrágio restrito é aquele que não atinge a todos, e diferenciado é aquele que envolve o voto censitário, no qual o voto de alguns tem mais peso que o voto de outros.

72. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos políticos.

O instituto da reeleição se aplica aos cargos de presidente da República, de governador de estado, de governador do Distrito Federal e de prefeito.

Comentários

A assertiva está **correta**. Essa é uma questão que cobra o conhecimento do § 5º, do art. 14, da CF:



§ 5º O **Presidente da República**, os **Governadores** de Estado e do Distrito Federal, os **Prefeitos** e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos **poderão ser reeleitos** para um único período subsequente.

Observem que todos os cargos citados podem concorrer à reeleição, contudo, com limitação de um único período subsequente. Os demais cargos eletivos, embora possam se reeleger, não se submetem à limitação de períodos subsequentes.

73. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Com relação às condições de elegibilidade e inelegibilidades, julgue os itens que se seguem.

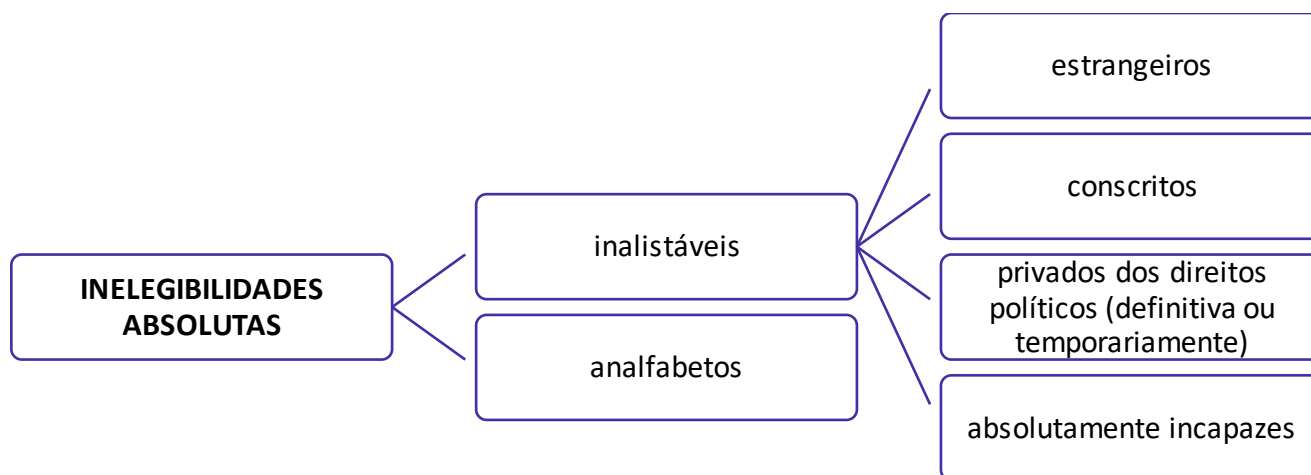
Os analfabetos são absolutamente inelegíveis, sendo possível o reconhecimento do analfabetismo mesmo depois de o candidato ter sido eleito e diplomado.

Comentários

A assertiva está **correta**. O analfabeto é inelegível, ou seja, não pode concorrer a cargos políticos. Além disso, o analfabetismo pode ser suscitado inclusive após a diplomação, por se tratar de uma espécie de inelegibilidade constitucional, que não se sujeita à preclusão.

Lembrem-se, desde logo, de que as inelegibilidades devem ser arguidas, em regra, até a data da diplomação, sob pena de preclusão, com exceção das inelegibilidades constitucionais, que não precluem.

Vejam o esquema que traz todas as inelegibilidades absolutas, previstas constitucionalmente.



Para resolvermos a questão, seria suficiente lembrarmos do ocorrido nas eleições de 2010, quando o Deputado Federal Tiririca teve que comprovar que era alfabetizado.

Vamos relembrar o que o TSE já se disse sobre o analfabetismo e a inelegibilidade:

Analfabetismo e inelegibilidade	
Analfabetismo total ou funcional? Qual deles dá ensejo à inelegibilidade?	Analfabetismo total



	Ac.-TSE, de 21.8.2012, no AgR-Respe n. 424.839: “a inelegibilidade dos analfabetos é de <u>legalidade estrita</u>, vedada a interpretação extensiva, devendo ser exigido apenas que o candidato <u>saiba ler e escrever minimamente</u>, de modo que se possa evidenciar eventual incapacidade absoluta de compreensão e de expressão da língua” No mesmo sentido Ac.-TSE, de 27.9.2016, no REspe nº 8941: “o exame da causa de inelegibilidade referida neste parágrafo deve ocorrer em conjunto com os valores constitucionais da cidadania, da dignidade da pessoa humana e da isonomia, levando a concluir que <u>analfabetismo de natureza educacional NÃO pode nem deve significar analfabetismo na vida política</u>”
Prova da alfabetização	
Regra	Comprovante de escolaridade
Carteira Nacional de Habilitação	SIM Súmula 55-TSE “A Carteira Nacional de Habilitação gera a <u>presunção da escolaridade</u> necessária ao deferimento do registro de candidatura”
Exercício de candidatura anterior	NÃO Súmula 15-TSE “O exercício de mandato eletivo <u>NÃO</u> é circunstância capaz, por si só, de comprovar a condição de alfabetizado do candidato”
Declaração de próprio punho	Possível
Permanecendo a dúvida	
Juiz pode aplicar uma prova	Ex.: um ditado

74. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Com relação às condições de elegibilidade e inelegibilidades, julgue os itens que se seguem.

São absolutamente inelegíveis os indivíduos que tenham menos de dezesseis anos de idade, os estrangeiros, os privados temporariamente dos seus direitos políticos e todos aqueles que não puderem se alistar como eleitores.

Comentários

Vejamos o art. 14, § 4º, da CF:

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.



As hipóteses acima são denominadas de inelegibilidades absolutas, uma vez que impedem o cidadão de concorrer a qualquer cargo político. Assim, segundo a CF, **os inalistáveis e os analfabetos estão impedidos de se candidatarem a qualquer cargo eletivo**.

Deste modo, estrangeiros, conscritos durante o serviço militar obrigatório, menores de 16 anos, aqueles que estiverem temporária ou definitivamente privados de seus direitos políticos, os absolutamente incapazes e os analfabetos são absolutamente inelegíveis.

Vejamos em separado:

- menos de dezesseis anos de idade - são absolutamente inelegíveis, porque são inalistáveis. Mesmo que tivessem mais de 16 anos, permaneceriam inelegíveis (em função da idade), embora alistáveis.
- estrangeiros - são absolutamente inelegíveis, porque são inalistáveis. Lembre-se da exceção do Português equiparado.
- privados temporariamente dos seus direitos políticos - enquanto estiverem sem os direitos políticos são absolutamente inelegíveis. A hipótese foge ao padrão, mas a conclusão é lógica.
- não puderem se alistar como eleitores - é pressuposto, para a elegibilidade, a alistabilidade. Portanto, quem não puder se alistar, será absolutamente inelegível.

Assim, a assertiva está **correta**.

75. (CESPE/TRE-GO - 2015) Quanto à elegibilidade e inelegibilidade, julgue os itens que se seguem.

Para o fim previsto na CF, considera-se analfabeto, e, portanto, inelegível, aquele que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não tem as habilidades necessárias para satisfazer as suas demandas pessoais cotidianas e para se desenvolver pessoal e profissionalmente.

Comentários

Afere-se a alfabetização pela capacidade de ler e escrever. Assim, para medir o grau de desconhecimento da língua para justificar o indeferimento do registro do candidato, o juiz eleitoral poderá utilizar diversos mecanismos, entre os quais destaca-se:

- apresentação de comprovantes de escolaridade, sem consideração ao tempo de escolaridade; ou
- na falta do comprovante supracitado, pode-se provar o não impedimento por declaração do próprio punho do interessado.
- ou; segundo a Súmula 55-TSE, por meio da apresentação da Carteira Nacional de Habilitação

Esse posicionamento não está na lei, mas decorre de entendimento jurisprudencial.

Além disso, a interpretação que se faz do termo “analfabeto”, segundo a jurisprudência do TSE, deve ser restritiva. Segundo o Tribunal:

Ac.-TSE, de 21.8.2012, no AgR-Respe n. 424.839: “a inelegibilidade dos analfabetos é de legalidade estrita, vedada a interpretação extensiva, devendo ser exigido apenas que o candidato saiba ler e escrever minimamente, de modo que se possa evidenciar eventual incapacidade absoluta de compreensão e de expressão da língua”



No mesmo sentido:

Ac.-TSE, de 27.9.2016, no REspe nº 8941: “o exame da causa de inelegibilidade referida neste parágrafo deve ocorrer em conjunto com os valores constitucionais da cidadania, da dignidade da pessoa humana e da isonomia, levando a concluir que analfabetismo de natureza educacional NÃO pode nem deve significar analfabetismo na vida política”

Está, portanto, **incorreta** a assertiva.

76. (CESPE/TRE-GO - 2015) Quanto à elegibilidade e inelegibilidade, julgue os itens que se seguem.

Tanto a elegibilidade como a inelegibilidade se apresentam como dever, ambas de forma positiva, cabendo aos tribunais regionais eleitorais verificar se o interessado preenche as condições exigidas e decidir sobre as inelegibilidades que possam alijar o direito à candidatura.

Comentários

Está **incorreta** a assertiva. Muito tranquila essa questão. As condições de elegibilidade apresentam-se como um requisito positivo, o interessado deverá comprovar o preenchimento. Em sentido contrário, as condições de inelegibilidade apresentam-se sob a forma negativa, significa dizer que uma vez existentes obstam a elegibilidade do candidato.

Ademais, não é necessária a decisão para aferir a inelegibilidade, já que, em muitas situações, ela ocorre automaticamente, independentemente de decisão judicial que decrete a inelegibilidade.

77. (CESPE/TJ-CE - 2014) No que se refere a direitos políticos dispostos na CF, assinale a opção correta.

- a) É vedada a cassação de direitos políticos.
- b) Os brasileiros naturalizados podem votar, mas não podem concorrer a cargo eletivo.
- c) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros naturalizados.
- d) Para ser eleito vereador é preciso ter, no mínimo, 21 anos de idade.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O art. 15, da CF, proíbe, expressamente, a cassação dos direitos políticos.

Lembre-se de que:

A cassação consiste na suspensão arbitrária e unilateral dos direitos políticos por ato do poder público, sem observância dos princípios processuais, notadamente o princípio da ampla defesa e do contraditório.

A **alternativa B** está incorreta, pois os brasileiros naturalizados podem concorrer a todos os cargos públicos, **EXCETO** àqueles previstos no texto constitucional como privativos de brasileiro nato.

§ 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos:



- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa

A **alternativa C** está incorreta, pois o voto é facultativo para os naturalizados nas mesmas condições que é para os natos, ou seja, para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. A única diferença é em termos de alistamento. A alternativa, da forma como foi elaborada, ficou ampla demais.

A **alternativa D** está incorreta, pois a idade mínima para ser vereador é 18 anos na data do registro de candidatura. Lembre-se:

Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 2º: a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em 18 anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro.

78. (CESPE/TRE-RJ - 2012) Com relação ao direito eleitoral, julgue os itens que se seguem.

Os analfabetos, mesmo aqueles que se tenham alistado, são inelegíveis para qualquer cargo.

Comentários

A assertiva está **correta** com base no art. 14, §4º, da CF:

São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

É importante não confundir a capacidade eleitoral ativa (capacidade de votar) com a capacidade eleitoral passiva (capacidade de ser votado). Os analfabetos possuem tão somente a capacidade eleitoral ativa, ou seja, possuem o direito de votar.

Cabe lembrar, ainda, que o alistamento eleitoral e o voto, para os analfabetos, são facultativos.

Lembre-se de que:

ANALFABETOS

- CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA: alistamento e voto facultativos
- CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA: são inelegíveis



79. (CESPE/MP-RO - 2013) Julgue o item a seguir.

É inelegível para qualquer cargo estadual o cônjuge de prefeito municipal, salvo se já for titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. A inelegibilidade, nesse caso, se dá apenas no âmbito de circunscrição do município, por se tratar de cônjuge do prefeito. É o que prevê o § 7º, art. 14, da CF:

São inelegíveis, **no território de jurisdição do titular**, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Observem que a inelegibilidade por parentesco possui diversas nuances que devem ser bem estudadas para evitar erros em provas.

CIRCUNSCRIÇÃO:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Parentes não podem se candidatar a nenhum cargo eletivo no país

GOVERNADOR

- Parentes não podem se candidatar para:
- Vereador, Prefeito ou Vice-Prefeito de qualquer município do Estado;
- Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador no mesmo estado;
- Governador ou Vice Governador do mesmo estado.

PREFEITO

- Parentes não podem se candidatar para:
- Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito do mesmo município.

80. (CESPE/TRE-ES - 2011) Considerando as disposições constantes da Constituição Federal de 1988 (CF) relativas aos direitos políticos e aos partidos políticos, julgue os itens subsequentes.

Todos os que sofrem condenação criminal com trânsito em julgado estão com seus direitos políticos suspensos até que ocorra a extinção da punibilidade, como consequência automática da sentença condenatória.

Comentários



A assertiva está **correta**. A questão exige o conhecimento do conteúdo de perda dos direitos políticos previstos no art. 15.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

Os direitos políticos do preso ficam suspensos enquanto durar a condenação criminal, todavia, extintos os efeitos da pena, os direitos políticos são readquiridos. A suspensão é efeito automático da condenação. Essa assertiva poderia ser resolvida tão somente com o conhecimento da CF, contudo, há súmula do TSE nesse sentido.

Súmula 9 do TSE:

"A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independendo de reabilitação ou de prova de reparação dos danos".

Além disso, não há qualquer diferenciação, haja vista que tanto crimes como contravenções penais geram a suspensão dos direitos políticos.

81. (CESPE/TRE-MS - 2013) No que se refere aos direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser proposta na justiça eleitoral no prazo de quinze dias da diplomação, independentemente de provas iniciais de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude cometida.
- b) A atual CF permite candidaturas avulsas para a presidência da República, facultando aos candidatos dirigirem-se diretamente aos eleitores sem a necessidade de filiação partidária.
- c) Uma das condições para concorrer em pleitos eleitorais é o prévio alistamento eleitoral.
- d) O plebiscito e o referendo são formas de exercício indireto da soberania popular. A participação popular, em ambos os casos, faz-se posteriormente à promulgação da lei.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois a AIME não poderá ser proposta se temerária ou de manifesta má-fé. Logo, não é necessário a prova pré-constituída, mas o autor deve trazer pelo menos indícios de prova, tal como manda o art. 14, §10, da CF:

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, **instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.**

A **alternativa B** está incorreta, pois a filiação partidária é condição obrigatória para concorrer a qualquer cargo eletivo. Trata-se de um dos requisitos de elegibilidade que devem ser comprovados para que o candidato possa concorrer. Não se admite candidatura avulsa!



A reforma eleitoral de 2017 acrescentou o parágrafo §14º ao art. 11 da Lei 9.504/97 trazendo a vedação de forma expressa.

§ 14. É vedado o registro de candidatura avulsa, ainda que o requerente tenha filiação partidária.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Para concorrer a cargos eletivos, a pessoa deve ser cidadã e, assim, passar pelo processo de alistamento eleitoral. A alternativa é expressa ao dizer que essa é uma das condições para que o candidato possa concorrer a um cargo eletivo.

A **alternativa D** está incorreta, pois o plebiscito e o referendo são formas diretas de exercício da soberania popular. A segunda afirmação da alternativa também está incorreta, pois o plebiscito ocorre antes da edição da norma, ao passo que o referendo ocorre após.

82. (CESPE/TRE-GO - 2008) Assinale a opção correta quanto aos direitos políticos e à cidadania.

- a) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no período subsequente.
- b) Entre as hipóteses de suspensão dos direitos políticos previstas na CF está a prática de improbidade administrativa.
- c) Os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório, não podem alistar-se como eleitores, salvo mediante prévia autorização do superior hierárquico.
- d) Indivíduos analfabetos não possuem direito ao voto.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, por dispor ao contrário do previsto no art. 16, trata-se do princípio da anualidade ou anterioridade eleitoral, da Constituição Federal. Veja:

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

A lei eleitoral entra em VIGOR na data de sua publicação, contudo, a EFICÁCIA é condicionada ao decurso de 1 ano.

Vigência	Refere à aplicação imediata da lei, que não observará prazos de <i>vacatio legis</i> .
Eficácia	Refere-se à produção de efeitos, que ocorrerá tão somente após decorrido o lapso de 01 ano.

A **alternativa B** está correta, com base no art. 15, V, da CF, que estatui as hipóteses de perda e de suspensão dos direitos políticos. Vejamos todas as hipóteses previstas em lei:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;



- II - incapacidade civil absoluta;
- III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- V - **improbidade administrativa**, nos termos do art. 37, § 4º.

Embora a CF não mencione expressamente, considera-se a prática de improbidade administrativa como hipótese de suspensão dos direitos políticos.

A **alternativa C** está incorreta, tendo em vista que os conscritos, durante o serviço militar obrigatório, não podem se alistar em qualquer hipótese.

A **alternativa D** está incorreta, pois os analfabetos possuem direito facultativo ao alistamento e ao voto.

Lembrando: Conscritos. Quem são os conscritos para a Justiça Eleitoral?

Res. TSE nº 15850/1989: a palavra conscritos constante deste dispositivo alcança também aqueles matriculados nos órgãos de formação de reserva, bem como médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários que prestam serviço militar inicial obrigatório.

83. (CESPE/TJ-CE - 2014) No que se refere a direitos políticos dispostos na CF, assinale a opção correta.

- a) Para ser eleito vereador é preciso ter, no mínimo, 21 anos de idade.
- b) É vedada a cassação de direitos políticos.
- c) Os brasileiros naturalizados podem votar, mas não podem concorrer a cargo eletivo.
- d) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros naturalizados.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois a idade mínima para concorrer ao cargo de vereador é de 18 anos.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, tendo em vista o que prevê o art. 15, da CF. As provas repetem muito essa informação, por isso memorizem essa simples ideia:

CASSAÇÃO = ARBITRARIEDADE

Veja o dispositivo:

Art. 15. **É vedada a cassação de direitos políticos**, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

A **alternativa C** está incorreta, pois os brasileiros naturalizados poderão concorrer a qualquer cargo público, exceto aqueles previstos no art. 12, §3º, da CF, pois são privativos de brasileiro nato.



A **alternativa D** está incorreta, pois o voto será facultativo para os brasileiros naturalizados nas mesmas condições dos brasileiros natos, ou seja, para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

84. (CESPE/TRE-BA - 2009) A democracia repousa sobre dois princípios fundamentais, que lhe dão a essência conceitual: o da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte do poder; e a participação direta ou indireta, do povo no poder, para que este seja efetiva expressão da vontade popular.

José Afonso da Silva. Curso de direito constitucional positivo. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 131 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, acerca do princípio da democracia, dos direitos políticos e de temas relacionados.

I. A participação indireta do povo no poder ocorre com a representação. Nesta, o representante exerce um mandato e não fica vinculado à vontade dos representados. Além disso, o eleito não representa apenas os seus eleitores, mas toda a população de um território. Desse modo, o mandato é considerado livre e geral.

II. Os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, são inalistáveis e inelegíveis.

III. Caso seja promulgada uma emenda constitucional que autorize o alistamento eleitoral aos que contem com quinze anos de idade, essa norma deverá ter aplicação imediata, observados os prazos e procedimentos da legislação eleitoral quanto ao alistamento.

Assinale a alternativa que contempla apenas itens corretos.

- a) I;
- b) III;
- c) I e II;
- d) III.

Comentários

O **item I** está correto. A República Federativa do Brasil adota o modelo de democracia semidireta, o que significa dizer que a Constituição estabelece hipóteses de participação direta e de participação indireta do povo no processo de representação, conforme o art. 1º, parágrafo único, e art. 14, *caput*, da CF.

Cuidado! Em Direito Constitucional, distingue-se o mandato livre do mandato imperativo. Naquele, que é o adotado pelo Brasil, não há vinculação do representante ao eleitorado, tendo, então, total liberdade. Ao passo que neste o mandatário está vinculado à vontade do representado. A representatividade se dá em relação ao território que representa, não apenas em relação aos seus eleitores.

O **item II** está correto conforme disposição do art. 14, § 2º, da CF.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.



O **item III** está incorreto, pois à lei que altera o processo eleitoral aplica-se o princípio da anualidade eleitoral, nos termos do art. 16, da CF. Note que é norma que altera o processo, pois aumentará sensivelmente o corpo eleitoral, podendo mudar os rumos da eleição.

Portanto, a **alternativa C** está correta e é o gabarito de questão.

85. (CESPE/TRE-MT - 2010) Com relação aos direitos políticos e à disciplina constitucional sobre os partidos políticos, assinale a opção correta.

- a) No Brasil, o alistamento eleitoral consiste em procedimento administrativo que depende de iniciativa da autoridade judicial eleitoral, a qual realiza a inscrição de ofício, visando a verificação do cumprimento dos requisitos constitucionais e das condições legais necessárias ao exercício dos direitos políticos.
- b) A CF proíbe aos militares, enquanto estiverem em serviço ativo, a filiação a partidos políticos, razão pela qual os membros das Forças Armadas não podem ser candidatos a cargo eletivo, salvo se, em qualquer circunstância, afastarem-se definitivamente da atividade militar que desenvolvem.
- c) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorrer até seis meses antes da data de sua vigência.
- d) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo, após isso, registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Na verdade, de acordo com o Código Eleitoral, o alistamento depende da iniciativa do alistando, ou seja, do eleitor, e não da autoridade judicial eleitoral. Não se alista por iniciativa do Poder Judiciário, mas do interessado!

A **alternativa B** está incorreta. A Constituição proíbe aos militares a filiação a partidos políticos, porém, determina que os militares alistáveis são elegíveis, desde que sejam atendidas as seguintes condições:

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Notem que o afastamento definitivo não é pressuposto. Caso o membro da Forças Armadas tenha mais de 10 anos de serviço ficará agregado (espécie de suspensão das funções militares) e, caso não eleito, poderá retornar à ativa.

A **alternativa C** está incorreta, pois o princípio da anualidade altera a aplicabilidade da norma alteradora do processo eleitoral, mas não sua vigência. Além disso, a lei será aplicada um ano após a sua vigência, não seis meses.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, tendo em vista o §2º, do art. 17, da CF.



86. (CESPE/TRE-MA - 2009) Acerca dos direitos políticos expressos na CF, julgue os itens a seguir.

I. Em conformidade com a CF, é obrigatório o voto para uma brasileira, analfabeta, que tenha 67 anos de idade no dia da eleição.

II. Se um brasileiro, estudante, tem 20 anos de idade, milita por determinado partido político e está no pleno exercício dos seus direitos políticos, então, nesse caso, a CF permite que ele se candidate a vereador do município do seu domicílio eleitoral.

III. Caso um brasileiro, militar há 12 anos, pretenda candidatar-se a deputado estadual nas próximas eleições, então, para concorrer ao cargo eletivo, a CF exige somente que ele se afaste da atividade.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

Comentários

O **item I** está incorreto, nos termos do art. 14, § 1º, da CF, o alistamento e o voto são facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Não será obrigatório, em razão do analfabetismo.

O **item II** está correto. A idade mínima para concorrer ao cargo de vereador é de 18 anos, assim, um estudante de 20 anos poderá se candidatar ao cargo de vereador do Município de seu domicílio eleitoral.

O **item III** está incorreto. No caso, o interessado já tem mais de dez anos de serviço, e por isso deverá ser agregado pela autoridade superior, não bastando o mero afastamento, ainda que o efeito prático seja semelhante. Assim, da forma como colocado no item, está em confronto com o art. 14, § 8º, da CF:

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

II – **se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.**

Assim, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

87. (CESPE/TJ-MA - 2013) Julgue o item a seguir.

Governador de estado pode manter-se no cargo para candidatar-se à reeleição.

Comentários

A assertiva está **correta**, tendo em vista a previsão do art. 14, § 6º, da CF:



§ 6º - Para concorrerem a **OUTROS** cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Assim, somente há a necessidade de renunciar ao mandato ocupado, ou seja, desincompatibilizar-se com seis meses de antecedência, se concorrer a cargo **diverso do já ocupado** (“outros cargos”). No caso de concorrer à reeleição, não é necessária a desincompatibilização.

88. (CESPE/MPE-RR - 2012) Julgue o item a seguir.

É elegível o militar conscrito, desde que ele se afaste da atividade.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. O conscrito é o militar em serviço obrigatório, logo, é inalistável. A disciplina constitucional do assunto está prevista no art. 14, §2º, da CF:

§ 2º - **Não podem alistar-se** como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os **conscritos**.

A regra constitucional que disciplina o afastamento do militar de carreira, por sua vez, consta do art. 14, §8º, da CF. Observem que esse militar de carreira não é o conscrito. Essa diferenciação é essencial para acertar a questão.

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

89. (CESPE/TRE-MG - 2008) Com relação às condições de elegibilidade e de inelegibilidade, assinale a opção correta.

- a) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.
- b) Os analfabetos são alistáveis, razão pela qual dispõem de capacidade para votar e ser votado.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos não precisam renunciar aos respectivos mandatos antes do pleito.
- d) Não é considerado elegível o nacional que esteja submetido à suspensão ou à perda de direitos políticos.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Para que alguém possa se alistar como eleitor é necessário que seja cidadão brasileiro, seja nato ou naturalizado. Assim, o estrangeiro, ainda que domiciliado no país, se não requerer a nacionalidade brasileira, não poderá votar, de acordo com o art. 14, § 2º e § 3º, I, da CF.



A **alternativa B** está incorreta. Para os analfabetos, o alistamento e o voto são facultativos, assim, possuem capacidade eleitoral ativa, que é a capacidade de votar. Entretanto, conforme art. 14, § 4º, os analfabetos são inelegíveis, não dispondo de capacidade eleitoral passiva, que é a possibilidade de ser votado.

A **alternativa C** está incorreta, nos termos do art. 14, § 6º, da CF. Os ocupantes dos cargos de Chefe do Poder Executivo precisam se desincompatibilizar se pretendem concorrer a cargos distintos daqueles que ocupam.

§ 6º - Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

A **alternativa D** está correta. Uma das condições de elegibilidade para cargos políticos é o pleno gozo dos direitos políticos. Havendo suspensão ou perda dos direitos políticos, fica automaticamente afastado o pleno gozo de tais direitos, nos termos do art. 14, § 3º, da CF.

90. (CESPE/TRE-MS - 2013) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para

- a) as pessoas com idade entre dezoito e setenta anos de idade.
- b) os estrangeiros.
- c) todos os militares, inclusive os conscritos, durante o período de serviço obrigatório.
- d) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, desde que emancipados civilmente.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Para responder à questão, devemos traçar a linha de pensamento inversa do texto da CF. A CF diz que o voto é obrigatório para os maiores de 18 anos e facultativo aos maiores de 70 anos, dessa forma, o voto é obrigatório para as pessoas com idade entre 18 e 70 anos.

A **alternativa B** está incorreta, pois os estrangeiros não podem votar, de acordo com o art. 14, § 2º, da CF:

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

A **alternativa C** está incorreta, pois os conscritos são proibidos de votar, conforme § 2º citado acima.

A **alternativa D** está incorreta, pois o voto é facultativo para maiores de 16 anos e menores de 18 anos. A emancipação não traz qualquer consequência para a capacidade eleitoral. Note, a emancipação é civil, não eleitoral!

91. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos políticos.

O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os indivíduos na faixa etária dos dezoito aos sessenta anos e facultativos para os indivíduos analfabetos, os que tenham mais de sessenta anos de idade e os que tenham entre dezesseis e dezoito anos de idade.



Comentários

A assertiva está **incorreta**.

A banca fez uma pegadinha ao escrever os números por extenso e esperar que o candidato leia rapidamente a questão sem atentar para o erro.

Vejam os dispositivos legais pertinentes:

- § 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:
- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
 - II - facultativos para:
 - a) os analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Note que o voto é facultativo para maiores de 70 anos e não de 60, como diz a questão.

92. (CESPE/TRE-MT - 2015) Com relação às condições de elegibilidade e aos partidos políticos, assinale a opção correta.

- a) O pleno exercício dos direitos políticos do cidadão corresponde à sua capacidade eleitoral ativa e passiva, e esses direitos podem ser suspensos se esse eleitor for condenado por decisão criminal transitada em julgado, suspensão essa que se manterá enquanto durarem os efeitos da condenação.
- b) O cidadão que deseje se candidatar a cargo político eletivo deve ter domicílio eleitoral na circunscrição da candidatura, sendo que, no caso de eleição para prefeito e governador, essa circunscrição corresponde ao estado em que ocorre o pleito.
- c) Para que possa concorrer em um pleito eleitoral, a cidadã deve estar filiada a um partido político no mínimo seis meses antes da data da eleição, sendo vedada a fixação, nos estatutos dos partidos, de prazos superiores de filiação partidária.
- d) O partido político adquirirá a sua personalidade jurídica na forma da lei civil, após o registro de seu estatuto no TSE.
- e) Tanto os brasileiros natos quanto os naturalizados têm capacidade eleitoral passiva para concorrer aos cargos de deputado federal, senador e presidente da República.

Comentários

Essa é uma questão bastante completa que cobra conhecimentos de direitos de nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos. Vamos analisar cada uma das alternativas:



A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O pleno exercício dos direitos políticos implica a possibilidade de votar e ser votado, ou seja, afeta a capacidade eleitoral ativa e passiva. Por outro lado, a condenação criminal transitada em julgado é causa de suspensão dos direitos políticos, pelo tempo que durarem os efeitos da sentença. Vejamos o art. 15, III, da CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

A **alternativa B** está incorreta, pois a circunscrição para concorrer ao cargo de Prefeito é o Município. Ao falar que a circunscrição para o cargo de governador e de prefeito é o estado está errado. Pense, por exemplo, na hipótese em que a pessoa que pretenda concorrer para os cargos Prefeito em Curitiba/PR ou Governador do Estado do Paraná. Isso teoricamente é possível, pois as eleições para Prefeito são municipais e as eleições para Governador ocorrem junto com as eleições gerais. Contudo, para tanto, ele deverá, necessariamente, estar com o domicílio fixado no município de Curitiba/PR. Caso tenha domicílio eleitoral em Cascavel/PR, embora possa concorrer para Governador, não pode concorrer à Prefeitura de Curitiba. São circunscrições distintas!

A **alternativa C** está incorreta, pois, embora o prazo mínimo de filiação partidária fixado em lei seja de seis meses, é dado ao partido político estipular prazo superior de filiação.

A **alternativa D** está incorreta, uma vez que, primeiro, o partido deve adquirir a personalidade com o registro civil e, na sequência, registrar seu Estatuto no TSE. Vejamos o § 2º, do art. 17, da CF:

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

A **alternativa E** está incorreta, pois o brasileiro naturalizado não poderá concorrer para o cargo de Presidente da República, conforme o art. 12, §3º, I, da CF.

Vamos ver alguns aspectos sobre o domicílio eleitoral:

Domicílio eleitoral	
Prazo	06 (seis) meses
A contar de quando?	Da data do pleito
Art. 9º, da Lei n. 9.504/97	“Art. 9º Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de <u>seis meses</u> e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo”
Domicílio eleitoral vs. Domicílio civil	O domicílio eleitoral não será necessariamente o domicílio civil da pessoa
Art. 42, parágrafo único, do CE	“Para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de <u>residência</u> ou <u>moradia</u> do requerente, e, verificado ter o alistado mais de uma, considerar-se-á domicílio <u>qualquer delas</u> ”



Domicílio sentimental	Ac.-TSE, de 8.4.2014, no REsp n. 8551; de 5.2.2013, no AgR-AI n. 7286; e, de 16.11.2000, no ARES n. 18.124: “conceito de domicílio eleitoral em que basta a demonstração de <u>vínculos políticos, sociais, afetivos, patrimoniais</u> ou de <u>negócios</u> ”
-----------------------	--

93. (CESPE/TRE-MT - 2015) Com base no que dispõe a CF acerca dos direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) A capacidade eleitoral ativa consiste na possibilidade de se tornar candidato a cargo eletivo, e se traduz no direito de ser votado.
- b) De acordo com a CF, os cargos de senador da República e de deputado federal são privativos de brasileiros natos.
- c) O analfabeto, embora possua o direito facultativo ao voto, não poderá ser eleito para o exercício de nenhum mandato eletivo previsto na CF.
- d) Além de se manifestar no direito ao sufrágio universal e ao voto direto e secreto, a soberania popular pode ser exercida por instrumentos como o habeas corpus e o mandado de segurança.
- e) A condenação por improbidade administrativa transitada em julgado resulta na cassação dos direitos políticos, enquanto durarem seus efeitos.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, a capacidade eleitoral ativa representa a possibilidade de votar. Já a capacidade eleitoral passiva é a possibilidade de se tornar candidato e de ser votado. A questão inverteu os conceitos.

A **alternativa B** está incorreta. Apenas os cargos de Presidente da Câmara de Deputados e de Presidente do Senado Federal são privativos de brasileiros natos, não os cargos de senador e de deputado, conforme o art. 12, §3º, II e III, da CF.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Os analfabetos são inelegíveis para qualquer cargo público, ou seja, não possuem capacidade eleitoral passiva. Trata-se de uma inelegibilidade absoluta.

A **alternativa D** está incorreta, pois a soberania popular não é exercida por meio dos instrumentos citados. O *habeas corpus* e o mandado de segurança são garantias constitucionais, típicas de um Estado de Direito, não tendo relação com o exercício da democracia. Vejamos o art. 14, da CF, que trata do direito ao voto e da soberania popular:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.



A **alternativa E** está incorreta, pois é vedada a cassação dos direitos políticos. No caso de improbidade administrativa, temos a suspensão dos direitos políticos, por força da interpretação do art. 15, V, da CF.

Vamos relembrar o que diz a lei sobre plebiscito, referendo e iniciativa popular:

Plebiscito, referendo e iniciativa popular	
Plebiscito e referendo	
Plebiscito e referendo	Art. 2º, Lei n. 9.708/98 “Plebiscito e referendo são <u>consultas formuladas ao povo</u> para que <u>delibere sobre matéria de acentuada relevância</u>, de natureza <u>constitucional</u>, <u>legislativa</u> ou <u>administrativa</u>” Art. 3º, Lei n. 9.08/98 “Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante <u>decreto legislativo</u>, por proposta de <u>um terço</u>, no <u>mínimo</u>, dos membros que compõem <u>qualquer das Casas do Congresso Nacional</u>, de conformidade com esta Lei”
Plebiscito	Art. 2º, § 1º, Lei n. 9.709/98 “Consulta ao eleitorado, feita com <u>anterioridade</u> a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”
Referendo	Art. 2º, § 2º, Lei n. 9.709/98 “O referendo é convocado com <u>posterioridade</u> a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição”
Iniciativa popular	
Federal	Art. 61, § 2º, da CF - Apresentação à Câmara dos Deputados - 1% (um por cento) do eleitorado nacional - 05 (cinco) Estados, no mínimo - 0,3% (três décimos por cento) dos eleitores de cada um deles
Estadual e Distrital	Art. 27, § 4º, da CF Disposição própria



Municipal	Art. 29, III, da CF - 5% (cinco por cento) do eleitorado
-----------	---

94. (CESPE/TRE-MT - 2015) Cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base nas disposições constitucionais relativas aos direitos políticos e aos partidos políticos. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

a) Situação hipotética: Um prefeito e sua esposa, vereadora, ambos da mesma circunscrição municipal e no último ano de seus mandatos, estão considerando a possibilidade de concorrerem a outros cargos eletivos no próximo pleito eleitoral. Assertiva: Nessa situação, caso o prefeito resolva concorrer à reeleição, sua esposa ficará inelegível.

b) Situação hipotética: O partido político Y, com base na alegação de existência de indícios de abuso de poder econômico, propôs, no prazo legal, ação de impugnação de mandato eletivo em desfavor de um prefeito. Assertiva: Nessa situação, a ação proposta deve tramitar em segredo de justiça, e o partido Y pode ser responsabilizado caso fique comprovado ser a lide temerária.

c) Situação hipotética: Em ano de eleições para governador e presidente da República, os partidos políticos se uniram em diferentes coligações, e cada uma lançou a candidatura de um político específico à Presidência. Assertiva: Nessa situação, as coligações formadas em nível nacional devem se repetir nos estados, no que se refere às eleições a governador, em razão do princípio da verticalização.

d) Situação hipotética: Jair, analfabeto, assim que completou dezoito anos de idade, foi a um cartório eleitoral para saber como poderia se registrar como eleitor. Lá, foi atendido por uma servidora, Lúcia. Assertiva: Nessa situação, Lúcia deverá informar a Jair que, como ele já tem dezoito anos de idade, seu alistamento eleitoral será obrigatório.

e) Situação hipotética: Jairo, governador de estado, no último ano de seu primeiro mandato, está avaliando a possibilidade de se candidatar ou à reeleição ou ao cargo de senador. Assertiva: Nessa situação, as duas opções que Jairo está considerando exigem sua renúncia ao seu cargo atual pelo menos seis meses antes do pleito.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas:

Logo, a **alternativa A** está incorreta, pois a situação narrada não ocorre necessariamente. A esposa estaria inelegível se tentasse ser Prefeita (cargo ora ocupado por seu marido) ou Vice-Prefeita, para vereadora seria reeleição, portanto não haveria inelegibilidade e os demais cargos estão fora da circunscrição do marido.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, com base no § 11, do art. 14, da CF. A ação de impugnação de mandato eletivo – AIME – correrá em segredo de justiça. Ademais, o autor responde se a ação for temerária.

A **alternativa C** está incorreta, pois não há mais verticalização partidária. Assim, os partidos, a nível regional, não precisam observar a mesma coligação formada a nível nacional. Do mesmo modo, o partido, a nível municipal, pode ser organizado da forma como quiser, sem a necessidade de observar coligações nas outras esferas partidárias.



A **alternativa D** está incorreta, pois o analfabeto é eleitor facultativo. Logo, alistamento e voto são facultativos, não obrigatórios.

A **alternativa E** está incorreta. Caso Jairo – Governador de Estado, em primeiro mandato – deseje concorrer à reeleição, não precisará se desincompatibilizar. A renúncia seis meses antes das eleições é necessária apenas se o detentor de cargo político eletivo no Poder Executivo desejar concorrer a outro cargo.

95. (CESPE/TRE-MT - 2015) Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Lei que altere o processo eleitoral poderá ser aplicada a pleito eletivo realizado no ano de sua edição, desde que editada no prazo de cento e oitenta dias anteriores à eleição.
- b) A hipótese de inelegibilidade em razão de parentesco prevista na CF para os cargos de prefeito e governador engloba a candidatura de cônjuges ou parentes até segundo grau em todo o território nacional, enquanto durar o mandato.
- c) Dado o princípio da dignidade da pessoa humana, tratado sobre direitos humanos ratificado pelo Brasil é automaticamente internalizado na legislação pátria como emenda constitucional.
- d) Nos termos da CF, o exercício da soberania popular poderá ser exercido diretamente pelo povo, por meio de instrumentos como o referendo e o plebiscito.
- e) Em decorrência de ausência de previsão constitucional, estrangeiro residente no país preso pela polícia por se envolver em uma briga após assistir a jogo de futebol em estádio não poderá impetrar o remédio do habeas corpus.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o art. 16, da CF. Não há, no dispositivo, período de edição da lei. Ademais, o prazo para a aplicação é de um ano.

A **alternativa B** está incorreta. A inelegibilidade se limita à circunscrição do cargo. No caso do Prefeito, a circunscrição é municipal. Já no caso de Governador, a circunscrição é estadual. Portanto, não é possível falar em inelegibilidade em todo o território nacional nesses casos. Vejamos o § 7º, do art. 14, da CF.

§ 7º São inelegíveis, **no território de jurisdição do titular**, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

A **alternativa C** está incorreta. Os tratados internacionais de Direitos Humanos, para serem recepcionados como Emenda Constitucional, devem ser internalizados com observância do rito descrito no art. 5º, §3º, da CF, ou seja, aprovação em cada casa do Congresso Nacional em dois turnos e com quórum de 3/5. Logo, totalmente incorreto afirmar que a internalização é automática.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Vejamos o art. 14, da CF:



Art. 14. A **soberania popular será exercida pelo sufrágio universal** e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, **e**, nos termos da lei, **mediante**:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

A **alternativa E** está incorreta, pois os direitos fundamentais são aplicáveis tanto a brasileiros como a estrangeiros, tal como se extrai da correta interpretação do art. 5º, *caput*, da CF.

96. (CESPE/TRE-RS - 2015) O direito eleitoral, precisamente, dedica-se ao estudo das normas e procedimentos que organizam e disciplinam o exercício do poder de sufrágio popular, de modo a que se estabeleça a precisa equação entre a vontade do povo e a atividade governamental. Para melhor ordenação lógica (das fontes), há que se partir da Constituição Federal de 1988 (CF), que é a fonte suprema de onde promana a ordem jurídica estatal. Idem, ibidem (com adaptações).

Com relação a esse tema, assinale a opção correta.

- a) Incorporou-se no texto da CF a capacidade eleitoral ativa e passiva dos analfabetos.
- b) A exemplo de alguns países europeus e americanos, a CF admite, em determinadas circunstâncias, o registro de candidatos estrangeiros.
- c) Conforme a CF, a soberania popular é exercida pelo sufrágio e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- d) Não estando prevista na CF a eleição dos deputados por meio do sistema proporcional, a eventual mudança do sistema pode ser realizada mediante apresentação de projeto de lei.
- e) A CF autoriza, em determinadas circunstâncias, a eleição de cidadãos sem filiação partidária.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois os analfabetos não possuem capacidade eleitoral passiva, somente ativa.

A **alternativa B** está incorreta, os estrangeiros são inalistáveis, conforme o § 2º, do art. 14, da CF.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Já vimos questões como essa várias vezes. A soberania popular pode ser exercida por meio do voto ou por plebiscito, referendo ou iniciativa popular, de acordo com o art. 14, *caput* e incisos, da CF.

A **alternativa D** está incorreta. O art. 45, da CF, prevê que as eleições para a Câmara dos Deputados ocorrerão pelo sistema proporcional.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

Logo, é necessária a emenda constitucional.



A **alternativa E** está incorreta. A filiação partidária é condição expressa de elegibilidade, conforme o art. 14, da CF.

97. (CESPE/TJ-DFT - 2015) Pedro e Marcos, este último casado com Maria, foram eleitos para os cargos de prefeito e de vice-prefeito, respectivamente, do município X. No mandato imediatamente posterior, foram reeleitos nos mesmos cargos. Nos seis meses anteriores ao próximo pleito, Marcos substituiu Pedro temporariamente.

Nessa situação hipotética, para as eleições seguintes,

- a) Marcos poderá se candidatar ao cargo de prefeito do município.
- b) Maria será inelegível no território da jurisdição de Marcos, sendo essa condição classificada como cominada, isto é, sanção jurídica que se aplica a Maria por força de seu casamento.
- c) Maria não poderá se candidatar no território da jurisdição de Marcos; sua inelegibilidade é direta, por decorrer de fato específico relacionado a si própria.
- d) Pedro ficará inelegível para um terceiro mandato no cargo de prefeito, o que não o impede de transferir seu domicílio eleitoral para município diverso, onde poderá concorrer validamente para o referido cargo.
- e) Marcos poderá concorrer novamente ao cargo de vice-prefeito do município.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão, pois está previsto no §5º, do art. 14, da CF. Observe que não há óbice para que o vice se candidate ao mandato de titular.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente

Como houve substituição, Marcos poderá concorrer por uma única vez na qualidade de titular.

A **alternativa B** está incorreta, pois se trata da inelegibilidade reflexa, e não cominada. A diferenciação incorreta que a alternativa faz referência é que a inelegibilidade é cominada, ou seja, diretamente prevista para Maria, o que não é verdade. Além disso, o casamento não pode ser apontado como forma de sanção. Nesse caso, em face de uma situação impeditiva de Marcos (titular de cargo eletivo), Maria é afetada reflexamente.

A **alternativa C** está incorreta. Conforme citado no §7º, do art. 14, da CF, a inelegibilidade de Maria não é direta, mas sim reflexa, que se aplica por força de seu casamento.

A **alternativa D** está incorreta. Além de Pedro ser inelegível para o próximo mandato, não se admite a figura do prefeito itinerante, sob pena de ofensa ao princípio republicano. Dessa forma, ele não poderá transferir seu domicílio e concorrer em outro Município.

A **alternativa E** está incorreta. Embora o §5º, do art. 14, da CF, faça referência apenas ao cargo de titular, o entendimento construído pela doutrina é no sentido de que como a chapa (titular + vice) é incindível nas eleições, a vedação a sucessivas reeleições se estende ao terceiro mandato consecutivo de vice.



Aprofundando: A inelegibilidade é considerada uma sanção?

A inelegibilidade é considerada uma sanção?	
STF	NÃO (ADC 2930) A inelegibilidade não tem caráter sancionatório porque ela, muitas vezes, não decorre de um ato ilícito (ex.: inelegibilidade reflexa, inelegibilidade dos analfabetos e dos inalistáveis, inelegibilidade funcional, etc.)
Adriano Soares da Costa	Depende Para o doutrinador, a inelegibilidade pode ter ou pode não ter caráter sancionatório. Se ela decorrer de um ato lícito (ex.: casamento) não será considerada sanção. Se ela decorrer, por outro lado, de um ato ilícito (ex.: improbidade administrativa) será considerada como uma sanção.

Parece que na questão acima, alternativa B, o examinador tentou fazer confusão com as duas possibilidades apresentadas pelo Prof. Adriano Soares da Costa.

98. (CESPE/TJ-DFT - 2016) Com relação a princípios e garantias do direito eleitoral, dos sistemas eleitorais, dos partidos políticos e dos direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) O princípio da anualidade não é uma cláusula pétrea e pode ser suprimido por EC.
- b) A Cidadania e o Pluralismo Político são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- c) O pluralismo político é expressão sinônima de diversidade partidária.
- d) São garantias que regem a disciplina dos partidos políticos: a liberdade partidária externa, a liberdade partidária interna, a subvenção pública e a intervenção estatal mínima.
- e) O sistema majoritário brasileiro é unívoco.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O princípio da anualidade está previsto no art. 16, da CF, e é considerado cláusula pétrea, segundo interpretação da jurisprudência.

A **alternativa B** está incorreta. A cidadania e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil, mas não são os únicos. Vejamos os demais fundamentos previstos no art. 1º, da CF:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:



II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

A **alternativa C** está incorreta. O pluralismo político exige a pluralidade de ideias políticas, mas não está diretamente ligado com a diversidade partidária. Inclusive discute-se se a proliferação dos partidos políticos não seria prejudicial à democracia.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Todas essas garantias estão previstas no art. 17, da CF:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, **VEDADA a sua celebração nas eleições proporcionais**, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

§ 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas;



II - tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

A **alternativa E** está incorreta. O sistema majoritário brasileiro não é unívoco, este se subdivide em sistema majoritário simples, que será eleito o candidato mais votado, com qualquer maioria (aplica-se à eleição de senadores e prefeitos em municípios com até 200.000 eleitores), ou sistema majoritário absoluto, que será eleito o candidato que obtiver maioria absoluta dos votos válidos.

99. (CESPE/TRE-GO - 2015) A respeito de aspectos diversos dos partidos políticos no sistema eleitoral brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

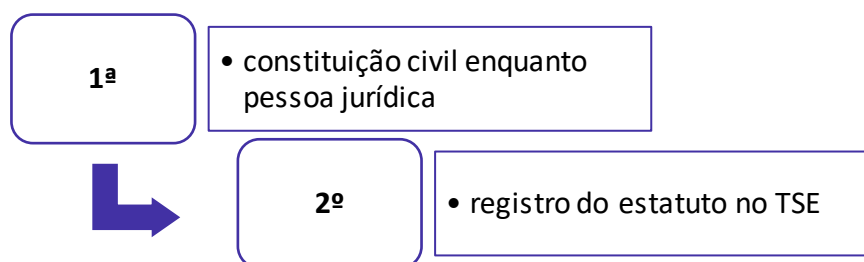
Para a instituição de um partido político, basta a lavratura do registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, pois a lei julga desnecessária a inscrição do partido nos modelos da legislação civil.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Questão tranquila, que exige o conhecimento do art. 17, §2º, da CF:

§ 2º - Os partidos políticos, **após adquirirem personalidade jurídica**, na forma da lei civil, **registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral**.

Notem que o texto constitucional impõe duplo dever, em ordem!



100. (CESPE/ANTAQ - 2014) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

Comentário

A assertiva está **incorreta**. De acordo com o art. 17, § 2º, da CF, primeiro o Partido adquire personalidade jurídica na forma da lei civil, depois ele registra o seu estatuto no TSE.

101. (CESPE/TJ-DF - 2013) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

Partido político poderá receber recursos financeiros de governo estrangeiro, desde que faça a declaração específica desses valores em sua prestação de contas.

Comentários



A assertiva está **incorreta** devido à expressa previsão em contrário na CF. É expressamente proibido o recebimento de recursos estrangeiros por parte de partidos políticos. Essa regra existe em defesa da soberania nacional. Não há qualquer tipo de declaração específica que torne o recebimento de valores legal.

102. (CESPE/FNDE - 2012) Julgue os itens seguintes, relativos aos direitos e deveres individuais e coletivos, aos direitos sociais, aos de nacionalidade, aos direitos políticos e aos partidos políticos.

A CF assegura aos partidos políticos autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais para as eleições majoritárias, não havendo, portanto, obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, pois não vigora, no direito eleitoral brasileiro, a regra da verticalização das coligações eleitorais.

Comentários

A assertiva está **correta**. A Emenda Constitucional nº 52/2006 alterou a legislação e pôs fim à vinculação entre candidaturas. Ademais pela Emenda Constitucional 97/2017 as coligações ficam limitadas apenas às eleições majoritárias. Vejamos o art. 17, § 1º:

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, **VEDADA a sua celebração nas eleições proporcionais**, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

**VERTICALIZAÇÃO
PARTIDÁRIA**



NÃO existe a obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas de âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal para a formação de coligações.

103. (CESPE/TRE-GO - 2015) Julgue os itens subsecutivos, referentes aos direitos políticos e à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

Em respeito à autonomia dos entes da Federação, a Constituição Federal autoriza a criação de partido político estadual, desde que seja feito o devido registro dos estatutos do partido no tribunal regional eleitoral correspondente no prazo legal.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. São vários os motivos que tornam a assertiva incorreta. O primeiro deles e mais evidente, é a menção a “partido político **estadual**”. Os partidos políticos, para sua regular constituição, devem comprovar o apoio mínimo, que constitui no instrumento utilizado para comprovar o caráter nacional. Não há que se falar, portanto, em partido político estadual, mas apenas em diretório. Conforme se extrai do art. 17, I, da CF, o partido político deverá comprovar o caráter nacional.



O segundo erro da assertiva está em envolver a autonomia dos entes da Federação com a criação de partidos políticos.

104. (CESPE/TRE-MG - 2008) Acerca dos partidos políticos, assinale a opção correta.

- a) Os partidos políticos têm autonomia para a definição de sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento, bem como para o recebimento de recursos financeiros de procedência estrangeira.
- b) Somente após o reconhecimento da personalidade jurídica na forma da lei civil, o partido político pode promover o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- c) A CF estabelece o caráter estadual e municipal dos partidos políticos.
- d) Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso remunerado ao rádio e à televisão.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Embora os partidos políticos possuam autonomia para definir as suas normas de organização, estrutura e funcionamento, em consonância com o princípio da autonomia dos partidos políticos, a Constituição veda o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.

A **alternativa B** está correta, conforme art. 17, § 2º, da CF:

§ 2º - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

A **alternativa C** está incorreta, pois, segundo a Constituição, os partidos políticos devem ter caráter nacional, assim, não é possível que os partidos tenham caráter apenas restrito às esferas estadual, municipal, tampouco distrital.

A **alternativa D** está incorreta, pois o acesso ao fundo partidário e ao rádio e à televisão gratuitos, depende do preenchimento de alguns requisitos previstos no art. 17, § 3º, da CF.

105. (CESPE/TRE-GO - 2008) Assinale a opção correta no que concerne ao tratamento dado pela CF aos partidos políticos.

- a) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações para cargos majoritários, sendo, contudo, obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- b) É vedado aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
- c) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- d) Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário, e devem pagar pelo acesso ao rádio e à televisão.

Comentários



A **alternativa A** está incorreta. Embora o art. 17, *caput* e § 1º, da Constituição, assegurem aos partidos políticos a autonomia para determinar sua organização, não há mais a previsão da verticalização das candidaturas.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, consoante ao que estabelece o art. 17, II, da CF.

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

A **alternativa C** está incorreta, pois, nos termos do art. 17, § 2º, da CF, os partidos políticos adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil e o registro no TSE só pode ocorrer após a aquisição de personalidade jurídica pelo partido político.

A **alternativa D** está incorreta. A Constituição assegura aos partidos políticos o acesso gratuito ao rádio e à televisão, desde que preenchidos os requisitos do §3º do art. 17 da CF.

Introdução ao Código Eleitoral

106. (CESPE/MPE-TO – 2022) Sabendo que em 2022 haverá eleições majoritárias e proporcionais, assinale a opção correta, em relação ao título eleitoral

- A) O requerimento de inscrição eleitoral poderá ser protocolado dentro dos cento e vinte dias anteriores à data da eleição.
- B) O requerimento de transferência de domicílio eleitoral poderá ser protocolado dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.
- C) O requerimento de segunda via do título eleitoral poderá ser protocolado dentro dos trinta dias anteriores à data da eleição se o eleitor estiver fora do seu domicílio eleitoral.
- D) A entrega do título eleitoral resultante do pedido de transferência de domicílio eleitoral deve ocorrer até sessenta dias antes à data da eleição.
- E) A entrega do título eleitoral resultante do pedido de inscrição eleitoral deve ocorrer até sessenta dias antes à data da eleição.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Na verdade, o requerimento de inscrição eleitoral deve ser apresentado até 150 dias antes à data da eleição, não 120 dias, de acordo com o art. 91 da Lei n. 9.504/1997:

Art. 91. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.



A **alternativa B** está incorreta. Ainda de acordo com o artigo acima, não se admite o protocolo de pedidos de inscrição eleitoral nos 150 dias que antecedem a data da eleição.

A **alternativa C** está incorreta. A segunda via pode ser requerida até 10 dias antes da eleição, conforme o art. 52 do Código Eleitoral:

Art. 52. No caso de perda ou extravio de seu título, requererá o eleitor ao juiz do seu domicílio eleitoral, até 10 (dez) dias antes da eleição, que lhe expeça segunda via.

As **alternativas D e E** estão incorretas. Conforme o art. 114 do Código Eleitoral, os títulos devem estar prontos para entrega até 70 dias antes da data das eleições, não 60, tanto no caso de inscrição quanto no de transferência:

Art. 114. Até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requererem inscrição como eleitor, ou transferência, já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para a entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

Como todas as alternativas estão incorretas, a questão foi **anulada**.

107. (CESPE/TRE-TO - 2017) O Código Eleitoral prevê exceção ao alistamento eleitoral obrigatório no Brasil aos cidadãos

- a) servidores públicos civis.
- b) enfermos.
- c) que se encontrem fora do país.
- d) maiores de sessenta e cinco anos de idade.
- e) que sejam militares na reserva.

Comentários

O art. 6º, I, do CE, estabelece as exceções ao alistamento eleitoral obrigatório no Brasil. Vejamos:

Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo:

I - quanto ao alistamento:

- a) os inválidos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os que se encontrem fora do país.

Dessa forma, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Veja que o enunciado da questão pergunta segundo o Código Eleitoral.



108. (CESPE/TJ-PR - 2017) No que se refere a alistamento eleitoral e voto, assinale a opção correta.

- a) O alistamento eleitoral é obrigatório para os brasileiros, sem distinção de sexo, salvo os inválidos, os maiores de setenta anos de idade e os que se encontrem fora do país.
- b) São condições para o alistamento eleitoral a capacidade de leitura e de escrita, o domínio da língua nacional e o gozo dos direitos políticos.
- c) Todos os militares são alistáveis.
- d) O voto é obrigatório, exceto para os enfermos, os que se encontrem fora de seu domicílio e os servidores civis e militares.

Comentários

Acreditem! É uma questão recente, para cargo de juiz estadual, e totalmente equivocada!

De acordo com o Código Eleitoral, desconsiderando a disciplina constitucional, temos:

A **alternativa A** foi apontada como correta no gabarito preliminar, pois retrata o art. 6º, do CE. Esse dispositivo, contudo, está em desacordo com a CF, pois não há que se falar em inalistabilidade de inválidos.

A **alternativa B** está incorreta, pois a capacidade de leitura não encontra respaldo nem na CF, nem na legislação infraconstitucional eleitoral.

A **alternativa C** está incorreta, pois em relação ao alistamento do militar, temos o alistamento como regra. Apenas o conscrito é inalistável.

A **alternativa D** foi apontada como incorreta por incluir exceção ao voto obrigatório do servidor civil, que não consta do art. 6º, do CE.

De todo modo, após recursos dos alunos, a banca **ANULOU** a questão, tendo em vista que "*não há opção correta, pois o assunto tratado na opção apontada preliminarmente como gabarito está em desacordo com as normas constitucionais*".

109. (CESPE/TRE-GO – 2015 - ADAPTADA) Julgue os itens que se seguem, referentes às Leis de n.º 9.504/1997 e n.º 9.096/1995, bem como à Resolução TSE n.º 23.659/2021.

O eleitor que, nos termos da legislação eleitoral, seja obrigado a votar e não o faça estará sujeito a multa caso não se justifique perante o juiz eleitoral competente até sessenta dias após a realização da eleição.

Comentários

Está **correta** a assertiva. O eleitor obrigado a votar, que não comparecer às urnas, **deverá justificar o voto no prazo de 60 dias e não de 30, como prevê o CE**. Essa regra vem insculpida no art. 16º, da Lei nº 6.091/1974, que tem prevalência perante o CE, uma vez que é lei posterior.

Portanto:



PRAZO PARA JUSTIFICAR O VOTO



60 dias

Confira:

Art. 7º, *caput*, do CE:

Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até ~~trinta dias~~ após a realização da eleição incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367.

Lei nº 6.091/1974, arts. 7º e 16, e Res.-TSE nº 23.659/2021, art. 126 I “a”:

“prazo de justificação ampliado para 60 dias; no caso de eleitor que esteja no exterior no dia da eleição, prazo de 30 dias contados de seu retorno ao país”.

110. (CESPE/TRE-GO - 2005) No Brasil, de acordo com a Constituição Federal e com o Código Eleitoral, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para a maioria dos cidadãos com 18 anos ou mais de idade. Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

O Código Eleitoral exclui da obrigatoriedade de alistamento os inválidos.

Comentários

Está **correta** a assertiva, com fundamento no art. 6º, I, a, do CE:

Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo:

I - quanto ao alistamento:

a) os inválidos; (...)

Sem adentrar na questão da aplicação atual desse dispositivo, “de acordo com o CE” está correto. Hoje, entretanto, essa questão jamais poderia ser formulada.

111. (CESPE/MPE-PI - 2019) Conforme a Constituição Federal de 1988 quanto às condições de elegibilidade, o candidato está dispensado de comprovar:

- a) o alistamento eleitoral.
- b) o domicílio eleitoral.
- c) a nacionalidade.
- d) a filiação sindical.
- e) o pleno exercício de direitos políticos.



Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Para responder bastava conhecer o Art. 14 § 3º da CF, foi cobrado no concurso de promotor de justiça.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.

112. (CESPE/CGE-CE - 2019) Acerca de democracia, representação e participação social no Brasil, assinale a opção correta.

- a) No Brasil, o exercício da democracia efetiva-se unicamente por meio do voto nas eleições.
- b) Plebiscito é a convocação do povo para ratificar ou rejeitar ato legislativo ou administrativo previamente aprovado pelo Poder Legislativo.
- c) No caso de alteração territorial relativa à divisão de estado para originar novos estados, o respectivo projeto de lei proposto no Congresso Nacional deverá ser, depois de aprovado, submetido a referendo da população interessada.
- d) A iniciativa popular é uma forma de democracia indireta.
- e) No Brasil, é possível a participação da população em decisões relativas à formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento de políticas públicas.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Está tratando apenas do exercício indireto da democracia, a eleição de representantes por meio do voto, como já estudamos, no Brasil, existe também o exercício direto por meio do Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular e a consulta popular.



A **alternativa B** está incorreta. A questão conceitua o Referendo. O plebiscito é uma consulta anterior, o ato legislativo ou administrativo ainda não foi aprovado.

A **alternativa C** está incorreta. O art. 18 §3º da CF disciplina a formação de novos estados, suas incorporações e desdobramentos e exige aprovação da população interessada através de **plebiscito**, e não referendo como diz a questão, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

A **alternativa D** está incorreta. Como já foi visto, a iniciativa popular é meio direto de exercício da soberania popular.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.

Justiça Eleitoral (Parte 1)

113. (CESPE/MPE-TO – 2022) No que se refere à composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), julgue os seguintes itens.

I Entre os membros incluem-se dois juízes indicados pelo presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.

II Entre os membros incluem-se três ministros eleitos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

III O corregedor do TSE é eleito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal que compõem o tribunal.

IV O presidente do TSE é eleito entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça que compõem o tribunal e o seu vice-presidente, entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Estão certos apenas os itens

A) I e II.

B) I e IV.

C) III e IV.

D) I, II e III.

E) II, III e IV.

Comentários

A questão exige conhecimento do art. 119 da Constituição Federal, que dispõe sobre o TSE:

Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;



II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

A **assertiva I** está correta. Conforme o inciso II, dois dos juízes serão escolhidos pelo Presidente da República dentre seis advogados indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

A **assertiva II** está correta. De acordo com o inciso I, "a", três dos juízes são eleitos, por voto secreto, dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

A **alternativa III** está incorreta. Na verdade, consoante o parágrafo único, o Corregedor será escolhido dentre os ministros do STJ, não do STF.

A **alternativa IV** está incorreta. Tanto o presidente quanto o vice são escolhidos dentre os ministros do STF, de acordo com o parágrafo único.

Como as assertivas I e II estão corretas, a **alternativa A** é correta e é o gabarito da questão.

114. (CESPE/TJ-PR - 2019) A respeito da organização judiciária eleitoral, assinale a opção correta.

- a) A composição do TSE é diferenciada, com previsão de integrantes provenientes da magistratura, da advocacia e do Ministério Público.
- b) A legislação garante vitaliciedade e inamovibilidade aos juízes dos tribunais eleitorais.
- c) É vedada a nomeação, para o TSE, de cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau.
- d) É vedada a nomeação, para o TSE, de cidadão que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum ou de diretor, proprietário ou sócio de empresa.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Não há previsão de membros do Ministério Público na composição do TSE.

A **alternativa B** está incorreta. Não há garantia de vitaliciedade para juízes eleitorais, o exercício da função é temporário, não há na justiça eleitoral quadro próprio de magistrados.

A **alternativa C** está correta. A resposta está de acordo com o Art. 16 § 1º do CE.

§ 1º - Não podem fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, ~~seja o vínculo legítimo ou ilegítimo~~, excluindo-se neste caso o que tiver sido escolhido por último. (Redação dada pela Lei nº 7.191, de 1984)



A **alternativa D** está incorreta. O art. 16 §2º do CE veda a nomeação para diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com subvenção, privilégio, isenção ou favores da Administração Pública, não se trata de vedação genérica como afirma o item da questão.

§ 2º - A nomeação de que trata o inciso II deste artigo não poderá recair em cidadão que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum; que seja diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com subvenção, privilégio, isenção ou favor em virtude de contrato com a administração pública; ou que exerça mandato de caráter político, federal, estadual ou municipal.

115. (CESPE/TRE-PE - 2017) Segundo a CF, são órgãos da justiça eleitoral

- a) as zonas eleitorais.
- b) os cartórios eleitorais.
- c) os juízes eleitorais.
- d) os colégios eleitorais.
- e) as mesas eleitorais.

Comentários

O art. 118, da Constituição Federal, estabelece quem é considerado órgão da Justiça Eleitoral. Vejamos:

Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

- I - o Tribunal Superior Eleitoral;
- II - os Tribunais Regionais Eleitorais;
- III - os Juízes Eleitorais;
- IV - as Juntas Eleitorais.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 118, III.

As **alternativas A, B, D e E** estão incorretas, pois não estão previstas no rol de órgãos da Justiça Eleitoral.

116. (CESPE/TRE-PI - 2017) No que se refere ao Poder Judiciário na ordem jurídica constitucional, assinale a opção correta.

- a) Cabe recurso contra decisão proferida por tribunal regional eleitoral que conceda mandado de segurança, o qual deve ser dirigido ao Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Cabe ao presidente da República nomear dois juízes, entre seis advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, para a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.



- c) O presidente de determinado tribunal que praticar ato comissivo ou omissivo que retarde a liquidação regular de precatório, incorrerá em infração funcional, a qual não poderá ser apurada pelo Conselho Nacional de Justiça, por ser a apuração de competência privativa da corregedoria do tribunal.
- d) Cabe ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente conflitos de competência entre o Tribunal Superior Eleitoral e tribunal regional eleitoral.
- e) No exercício de sua competência correicional, o Conselho Nacional de Justiça pode apreciar reclamações contra membros do Poder Judiciário bem como aplicar as correspondentes sanções, mesmo quando a corregedoria do tribunal tiver absolvido o magistrado pelo ato.

Comentários

Essa é uma questão interdisciplinar, tendo em vista que cobra alguns temas de Direito Constitucional. Além disso, muito importante para fins do nosso estudo no que diz respeito à parte eleitoral.

A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o art. 121, §1º, III, da CF, só cabe recurso contra decisão proferida por tribunal regional eleitoral quando esta for **denegatória** de mandado de segurança.

A **alternativa B** está incorreta. Com base no art. 120, §1º, III, da Constituição, compete ao Presidente da República nomear dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça, e não pela Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o TRE. A OAB não participa desse procedimento. Vejam:

Ac.-STF, de 29.11.1990, no MS nº 21.073 e, de 19.6.1991, no MS nº 21.060: a OAB não participa do procedimento de indicação de advogados para composição de TRE.

A **alternativa C** está incorreta. Tema de Direito Constitucional. O §7º, do art. 100, da CF, estabelece que o Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

A **alternativa D** está incorreta. Com base no art. 102, I, "o", da Constituição Federal, os conflitos de competência entre tribunais superiores e quaisquer outros tribunais são julgados originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão, conforme prevê o art. 103-B, §4º, III, da CF:



4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

III receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

117. (CESPE/TRE-MT - 2015) Considerando os aspectos normativos e doutrinários que regem a matéria eleitoral, assinale a opção correta.

- a) A doutrina mais aceita quanto à classificação das infrações previstas no CE os classifica com base nas várias fases do processo eleitoral, como a do alistamento eleitoral e partidário, a da propaganda eleitoral, a da votação, a do funcionamento do serviço eleitoral e a da apuração de votos.
- b) Conforme o CE, cada partido poderá nomear, perante o juízo eleitoral, de um a cinco delegados em cada zona eleitoral e, perante os preparadores, até dois delegados, que assinam e fiscalizam os seus atos.
- c) Serão recebidos requerimentos de inscrição ou de transferência eleitoral nos trinta dias anteriores à data de eleição.
- d) O número de candidatos que serão diplomados é determinado pela legislação eleitoral; no caso de pleitos proporcionais, por exemplo, diploma-se o titular e dez suplentes.
- e) Conforme disposição constitucional, o TRE compõe-se, no máximo, por sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, sendo três ministros do STF e três juízes entre os ministros do STJ.

Comentários

Embora tenhamos alguns pontos específicos, essa questão é interessante!

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Essa alternativa é típica do CESPE. Por vezes, assuntos não esperados são cobrados em prova! Doutrinariamente, as classificações são adotadas com a finalidade de facilitar a compreensão de determinados institutos jurídicos. No Direito Eleitoral, em razão da natureza da matéria, temos a classificação dos crimes eleitorais em razão da fase do processo eleitoral. Assim, temos crimes que envolvem a propaganda, a votação, a apuração de votos etc. Logo, correta a alternativa.

A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o §1º, do art. 66, do CE, perante o juízo eleitoral, cada partido poderá nomear 3 delegados. Além disso, o §2º estabelece que, perante os preparadores, cada partido poderá nomear até 2 delegados, que assistam e fiscalizam os seus atos.

A **alternativa C** está incorreta. O prazo é de 150 dias! Logo, o último dia para requerer a inscrição no cadastro eleitoral é o 151º dia antes das eleições.

A **alternativa D** está incorreta. Segundo o art. 215, do CE, os candidatos eleitos, assim como os suplentes, receberão diploma assinado pelo Presidente do Tribunal Regional ou da Junta Eleitoral, conforme o caso.



A **alternativa E** está incorreta. Com base no art. 120, §1º, I, da CF, os Tribunais Regionais Eleitorais compõem-se mediante eleição, pelo voto secreto, de dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, e de dois juízes, dentre os juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, de um Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de Juiz Federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo, e de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República. Não há que se falar em “no máximo, por sete”. São sete. O examinador tenta confundir o candidato fazendo-o pensar na disposição sobre o TSE, que fala em “no mínimo, de sete” (art. 119, *caput*, da CF).

118. (CESPE/TRE-PR - 2009) Acerca dos órgãos que compõem a justiça eleitoral brasileira, julgue os itens a seguir.

As zonas eleitorais correspondem à menor fração territorial dentro da circunscrição judiciária eleitoral.

Comentários

A menor fração territorial administrativa da Justiça Eleitoral são as seções eleitorais, ao passo que a menor fração jurisdicional é a Junta Eleitoral. A questão é que a banca não especificou, pois referiu apenas “fração territorial”, o que torna **impossível, em uma prova de assertivas, aferir o gabarito.**

Entendemos que a forma mais segura de resolver essa questão é não marcar verdadeiro nem incorreto. Deixe em branco! Não há segurança alguma em marcá-la como correta.

Embora entendamos que a questão está prejudicada, a banca apontou como **correta** a assertiva.

119. (CESPE/TRE-BA - 2010) Quanto aos órgãos da justiça eleitoral, julgue os itens seguintes.

As juntas eleitorais não são consideradas órgãos da justiça eleitoral, constituindo-se em mera divisão regional realizada pelo juiz que a preside.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. As juntas eleitorais estão previstas, de forma expressa, como órgão da Justiça Eleitoral, de acordo com o art. 118, da CF.

Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

I - o Tribunal Superior Eleitoral;

II - os Tribunais Regionais Eleitorais;

III - os Juízes Eleitorais;

IV - as Juntas Eleitorais.

120. (CESPE/TRE-RS - 2015) Quando se trata de direito, os primeiros desafios que enfrentam os seus operadores e estudiosos são as questões relacionadas às fontes e aos princípios utilizados para que o juiz



tenha condições de decidir sobre quaisquer matérias que lhe forem propostas. Em se tratando de matéria relacionada mais especificamente a direito eleitoral, também não é pequeno o esforço que se faz para deixar claro à sociedade as funções precípuas que exerce a justiça eleitoral.

Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- a) As resoluções do TSE, por tratarem de legislação mais específica, devem prevalecer sobre quaisquer das demais fontes do direito eleitoral, em se tratando de matérias relacionadas às eleições.
- b) O princípio da anterioridade tem como escopo proteger o processo eleitoral, garantindo que qualquer lei que altere esse processo somente entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição seguinte à data de sua vigência.
- c) Os juízes eleitorais são órgãos da justiça eleitoral, juntamente com as juntas eleitorais, os tribunais regionais eleitorais e o TSE.
- d) A transferência de domicílio do eleitor, a adoção de medidas para coibir a prática de propaganda eleitoral irregular e a emissão de segunda via do título eleitoral são exemplos de funções judiciais da justiça eleitoral que devem ser apreciadas por juiz eleitoral e, na ausência deste, por um juiz da respectiva seccional.
- e) As fontes do direito eleitoral têm como objetivo principal assegurar que não haja mudanças no ordenamento jurídico, mantendo-o estático, como deveria ser desde o princípio, pois se exige, cada vez mais, um ambiente legislativo seguro e simplificado.

Comentários

A questão parece muito complicada, mas, para respondê-la, basta conhecer os órgãos que compõem a Justiça eleitoral e o art. 118, da CF.

Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

- I - o Tribunal Superior Eleitoral;
- II - os Tribunais Regionais Eleitorais;
- III - os Juízes Eleitorais;
- IV - as Juntas Eleitorais.

Portanto, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

A **alternativa A**, por sua vez, está incorreta, pois, ao contrário do afirmado, as resoluções são normas secundárias que devem respeitar a legislação sob pena de ilegalidade. Portanto, está totalmente incorreto falar que essas normas prevalecem sob as demais fontes do Direito Eleitoral.

A **alternativa B** está igualmente incorreta, pois o princípio da anterioridade exige o curso de um ano para que a lei que altera o processo eleitoral seja aplicada. Esse é o limite temporal, e não a vedação à aplicação às eleições seguintes.



Quanto à **alternativa D**, o erro está em afirmar que a competência é judiciária (ou jurisdicional). Os exemplos reportam-se à função administrativa e não judiciária.

Finalmente, a **alternativa E** está errada ao afirmar que a finalidade das fontes é manter o ordenamento estático. Não há qualquer relação entre uma e outra coisa. As fontes revelam as normas jurídicas. Estas, por sua vez, explicitam comportamentos definidos pela sociedade como corretos. Portanto, de acordo com a mudança dos hábitos e valores da sociedade, as regras mudam. Dito de outra forma, as fontes sofrem alterações conforme as confluências da sociedade. Portanto, equivocada a afirmação da alternativa.

121. (CESPE/TRE-RS - 2015) Para que os governos se sucedam pacificamente, deve ser racionalmente estruturada uma técnica que assegure a normal apuração da vontade popular, com rigorosa probidade. Três sistemas se apresentam para realizar essa operação: o da verificação de poderes, a cargo dos órgãos legislativos; o sistema eclético de um tribunal misto, com composição dúplice — política e jurisdicional; e o do controle por um tribunal eleitoral, tipicamente judiciário.

Fávila Ribeiro. Direito eleitoral. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

A partir dessas informações, é correto afirmar que, no caso brasileiro,

- a) vigora o sistema eclético de um tribunal misto, com composição dúplice, política e jurisdicional.
- b) é facultada aos tribunais eleitorais a subdivisão em câmaras ou turmas, para deliberação de caráter administrativo, normativo ou jurisdicional.
- c) para o bom cumprimento de suas finalidades, é competência da justiça eleitoral impugnar o registro de candidatos.
- d) são competências da justiça eleitoral, entre outras: o registro e a cassação dos partidos, bem como a fiscalização de suas atividades financeiras; a organização do processo eleitoral; e o fornecimento de transporte e alimentação para eleitores das áreas rurais.
- e) a justiça eleitoral dispõe de um quadro misto de magistrados: uma parte integra um quadro próprio permanente, enquanto a outra é originada, periodicamente, de outros órgãos judiciários.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. A Justiça Eleitoral é órgão jurisdicional e não político, que possui diversas outras funções, tais como a administrativa, a consultiva e a normativa.

A **alternativa B** está incorreta, apenas os TRFs, TRTs e TJs podem se dividir em câmaras e em turmas de julgamento. Isso não ocorre na Justiça Eleitoral, mesmo porque o número de membros dos Tribunais é bastante reduzido.

A **alternativa C** está incorreta. A Justiça Eleitoral é órgão jurisdicional isento, que não pode atuar na impugnação de registro de candidatos. A Justiça Eleitoral atua, apenas, no julgamento da impugnação.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Observem que a questão traz diversas competências pertencentes aos órgãos da Justiça Eleitoral.

A **alternativa E** está incorreta. Como sabemos, a Justiça Eleitoral não possui quadro próprio de magistrados.



122. (CESPE/TJ-MA - 2013) Considerando a composição e o funcionamento dos órgãos da justiça eleitoral, julgue o item a seguir.

Os membros do TSE devem ser magistrados ou integrantes do MP.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, pois não há integrantes do MP dentre os membros do TSE. Além disso, há membros do TSE que serão escolhidos dentre advogados.

123. (CESPE/TRE-MS - 2013) A respeito da composição de competências e atribuições dos órgãos da justiça eleitoral, julgue o item subsequente.

Compete privativamente ao TSE responder às consultas sobre matéria eleitoral que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político.

Comentários

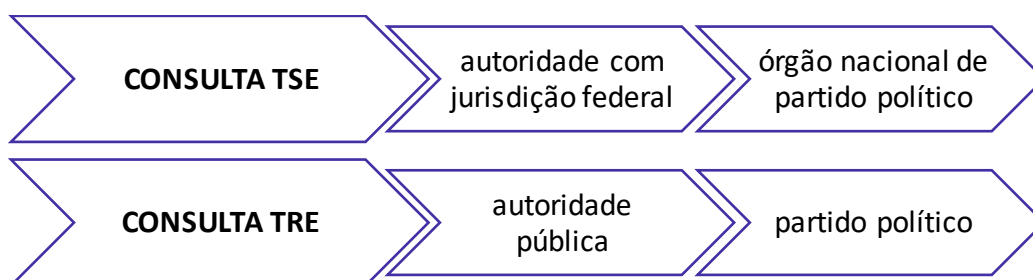
A assertiva está **incorreta**. Trata-se de competência privativa do TRE e não do TSE. Vejamos o Art. 30, VIII, do CE.

Art. 30. Compete, ainda, privativamente, aos Tribunais Regionais:

VIII - responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político;

O TSE será competente para respostas às consultas formuladas por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político. Já ao TRE compete respostas às consultas efetuadas por autoridade pública ou partido político. A banca, maliciosamente, inverteu!

Atenção:



124. (CESPE/TRE-MS - 2013) A respeito da composição de competências e atribuições dos órgãos da justiça eleitoral, julgue o item subsequente.

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), eleito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), exerce a função de corregedor-geral eleitoral.

Comentários



A assertiva está **incorreta**. O Corregedor Geral Eleitoral é escolhido entre os Ministros do STJ, enquanto o vice-presidente é escolhido entre os membros do STF. Lembre-se de que:

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

125. (CESPE/TRE-MS - 2013) Julgue os itens acerca da organização e competência da justiça eleitoral.

Compete ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais e os comuns a eles conexos, cometidos pelos seus próprios ministros e pelos juízes dos tribunais regionais.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, o TSE não mais possui essa competência para julgar crimes eleitorais e comuns conexos, pois a competência foi deslocada para o STF e STJ. Vejamos os arts. 102, I, c, e 105, I, a, da CF.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os **membros dos Tribunais Superiores**, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, **dos Tribunais Regionais Eleitorais** e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

Quanto ao fato de a questão não falar expressamente “conforme o Código Eleitoral”, exigindo referência direta ao diploma, você não irá considerar a literalidade, caso revogada. Foi o que ocorreu nesta questão! Devemos marcar diretamente o entendimento atualizado e constitucional.

126. (CESPE/TRE-RJ - 2012) A respeito dos órgãos da justiça eleitoral, julgue os itens subsequentes.

A presidência do TSE cabe a todos os ministros do tribunal, que se revezam no cargo.

Comentários



A assertiva está **incorreta**. O presidente e vice do TSE são eleitos, dentre os ministros do STF, conforme prevê a Constituição em seu art. 119, parágrafo único.

127. (CESPE/TRE-ES - 2011) Julgue os itens seguintes, referentes à composição e às atribuições do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Um vereador que seja advogado não pode ser nomeado ministro do TSE para uma das vagas destinadas a tais profissionais.

Comentários

A assertiva está **correta** e trata dos impedimentos para integrantes do TSE, previsto no art. 16, §2º, do CE. Vejamos.

§ 2º - A nomeação de que trata o inciso II deste artigo não poderá recair em cidadão que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum; que seja diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com subvenção, privilegio, isenção ou favor em virtude de contrato com a administração pública; ou que exerça mandato de caráter político, federal, estadual ou municipal.

Note que é vedada a participação no TSE de cidadão que exerça qualquer mandato político, seja ele federal, estadual ou municipal.

128. (CESPE/TRE-ES - 2011) Julgue os itens seguintes, relativos às competências e atribuições dos juízes eleitorais, dos tribunais regionais eleitorais (TREs) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Compete, privativamente, ao TSE autorizar a contagem dos votos pelas mesas receptoras nos estados em que essa providência for solicitada pelo tribunal regional respectivo.

Comentários

A assertiva está **correta**, de acordo com o inc. XIII, do art. 23, do CE. Vocês notaram como a cobrança das competências de TSE e TRE é recorrente em provas? Pois é, ESTUDE! Não há outra alternativa a não ser ler e reler as competências do Código Eleitoral! Confira:

Art. 23 - Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior:

XIII - autorizar a contagem dos votos pelas mesas receptoras nos Estados em que essa providência for solicitada pelo Tribunal Regional respectivo;

129. (CESPE/TRE-BA - 2010) Quanto aos órgãos da justiça eleitoral, julgue os itens seguintes.

A aprovação do afastamento de juízes dos tribunais regionais eleitorais é de competência do TSE.

Comentários

A assertiva está **correta**, uma vez que expressa exatamente o que prevê o inc. IV, do art. 23, do CE:



Art. 23 - Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior,

IV - aprovar o afastamento do exercício dos cargos efetivos dos juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais;

130. (CESPE/TRE-GO - 2015) Em relação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue os itens subsequentes.

Das decisões do Tribunal Superior Eleitoral que negarem habeas corpus e mandado de segurança cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A assertiva está **correta**. De acordo com o art. 281, do CE:

Art. 281. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à Constituição Federal e as **denegatórias** de "habeas corpus" ou mandado de segurança, das quais caberá recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, interposto no prazo de 3 (três) dias.

Note que o recurso será cabível apenas das decisões **denegatórias** de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

Esse também é o entendimento expresso na CF (art. 121, § 3º):

§ 3º São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as **denegatórias** de habeas corpus ou mandado de segurança.

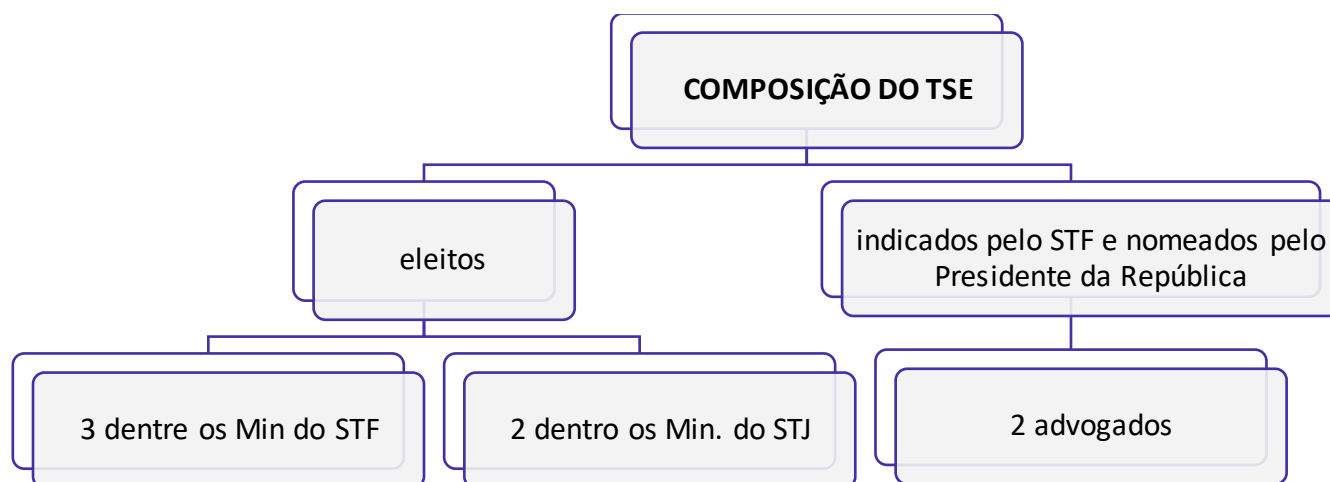
131. (CESPE/TRE-GO - 2015) Acerca do alistamento eleitoral e da organização da justiça eleitoral, julgue os próximos itens.

O Tribunal Superior Eleitoral compõe-se de, no mínimo, sete membros, entre os quais estão dois representantes do Ministério Público Federal.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. Entre os integrantes do TSE não há membro do MPF. Vejamos o quadro abaixo que relaciona a composição do TSE:





Assim, na composição do TSE há Min. do STF e do STJ e advogados. O fundamento da composição acima consta no art. 119, da CF.

132. (CESPE/TRE-GO - 2015) A respeito dos direitos políticos e da composição dos órgãos da justiça eleitoral, julgue os seguintes itens.

Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, dada a necessidade de resguardar a segurança jurídica, as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que, no curso de pleito eleitoral, impliquem mudança de jurisprudência não terão aplicabilidade imediata a caso concreto, de modo que somente terão eficácia sobre outros casos, no pleito eleitoral subsequente.

Comentários

A assertiva está **correta**. Estamos diante de uma questão que exige o conhecimento de entendimento do STF referente à matéria eleitoral.

Segundo a Ementa do RE nº 637485/2013³:

(...) MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA EM MATÉRIA ELEITORAL. SEGURANÇA JURÍDICA. I. REELEIÇÃO. MUNICÍPIOS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 14, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. PREFEITO. PROIBIÇÃO DE TERCEIRA ELEIÇÃO EM CARGO DA MESMA NATUREZA, AINDA QUE EM MUNICÍPIO DIVERSO. (...) II. MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA EM MATÉRIA ELEITORAL. SEGURANÇA JURÍDICA. ANTERIORIDADE ELEITORAL. NECESSIDADE DE AJUSTE DO EFEITO DA DECISÃO. Mudanças radicais na interpretação da Constituição devem ser acompanhadas da devida e cuidadosa reflexão sobre suas consequências, tendo em vista o postulado da **segurança jurídica**. Não só a Corte Constitucional, mas também **o Tribunal que exerce o papel de órgão de cúpula da Justiça Eleitoral devem adotar tais cautelas por ocasião das chamadas viragens jurisprudenciais na interpretação dos preceitos constitucionais que dizem respeito aos direitos políticos e ao processo eleitoral**. Não se pode deixar de considerar o peculiar caráter normativo dos atos judiciais emanados do

³ RE 637485, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 01/08/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 20-05-2013 PUBLIC 21-05-2013.



Tribunal Superior Eleitoral, que regem todo o processo eleitoral. Mudanças na jurisprudência eleitoral, portanto, têm efeitos normativos diretos sobre os pleitos eleitorais, com sérias repercussões sobre os direitos fundamentais dos cidadãos (eleitores e candidatos) e partidos políticos. No âmbito eleitoral, a segurança jurídica assume a sua face de princípio da confiança para proteger a estabilização das expectativas de todos aqueles que de alguma forma participam dos prélios eleitorais. A importância fundamental do princípio da segurança jurídica para o regular transcurso dos processos eleitorais está plasmada no princípio da anterioridade eleitoral positivado no art. 16 da Constituição. O Supremo Tribunal Federal fixou a interpretação desse artigo 16, entendendo-o como uma garantia constitucional (1) do devido processo legal eleitoral, (2) da igualdade de chances e (3) das minorias (RE 633.703). Em razão do caráter especialmente peculiar dos atos judiciais emanados do Tribunal Superior Eleitoral, os quais regem normativamente todo o processo eleitoral, **é razoável concluir que a Constituição também alberga uma norma, ainda que implícita, que traduz o postulado da segurança jurídica como princípio da anterioridade ou anualidade em relação à alteração da jurisprudência do TSE.** Assim, as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que, no curso do pleito eleitoral (ou logo após o seu encerramento), impliquem mudança de jurisprudência (e dessa forma repercutam sobre a segurança jurídica), não têm aplicabilidade imediata ao caso concreto e somente terão eficácia sobre outros casos no pleito eleitoral posterior. (...).

133. (CESPE/TJ-DF - 2014) Com relação à composição do TSE, determinada pela CF, assinale a opção correta.

- a) A vice-presidência do TSE deve ficar a cargo de ministro que tenha sido nomeado a partir de lista sêxtupla de advogados encaminhada ao colegiado.
- b) O vice-presidente do TSE pode acumular a função de corregedor eleitoral, eleito pelo voto secreto, durante um único biênio.
- c) Os advogados serão nomeados pelo presidente da República, escolhidos entre seis nomes de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Conselho Federal da OAB.
- d) A presidência do TSE deve ser exercida por um dos cinco ministros oriundos dos tribunais superiores, eleito pelo voto secreto e colegiado para um único biênio.
- e) O texto constitucional fixou em sete o número mínimo de ministros que devem compor o TSE, mas não estabeleceu um número exato de ministros para esse colegiado.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois o Vice-Presidente será escolhido entre os membros oriundos do STF, consoante ao que prescreve o parágrafo único do art. 119, da CF.

A **alternativa B** está incorreta com base no mesmo fundamento acima. O vice-Presidente será membro do STF, enquanto o Corregedor será escolhido entre os Ministros do STJ.

A **alternativa C** está incorreta, tendo em vista que compete ao STF indicar os advogados para nomeação. A OAB não participa do processo.



A **alternativa D** está incorreta, tendo em vista que o Presidente do TSE será eleito dentre os membros oriundos do STF.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 119, *caput*, da CF, a composição apresentada é “a mínima”, dando a entender que é possível aumentar o número de membros no TSE.

134. (CESPE/TJ-RN - 2013) A respeito da composição e do funcionamento da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- a) A perda de diploma pode ser decidida ainda que estejam ausentes integrantes do TSE, desde que as ausências sejam justificadas.
- b) Qualquer interessado pode arguir a suspeição de ministro do TSE por parcialidade partidária.
- c) Dado o princípio do quinto constitucional, é assegurado ao MP o cargo de ministro corregedor do TSE.
- d) O Presidente do TSE será eleito entre todos os sete membros que compõe o órgão eleitoral.
- e) Advogado ocupante de cargo comissionado pode ser ministro do TSE, desde que indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Algumas matérias exigem composição plena do TSE para serem julgadas, dentre essas está a perda de diploma. Vejamos o art. 19, parágrafo único, do CE:

Parágrafo único. As decisões do Tribunal Superior, assim na interpretação do Código Eleitoral em face da Constituição e cassação de registro de partidos políticos, como sobre quaisquer recursos que importem anulação geral de eleições ou **perda de diplomas**, só poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros. Se ocorrer impedimento de algum Juiz, será convocado o substituto ou o respectivo suplente.

ATENÇÃO (1)! A jurisprudência do TSE aponta uma exceção para essa regra:

Ac.-TSE, de 5.12.2013, nos ED-AgR-REspe nº 159389 e, de 17.12.2012, nos ED-AgR-REspe nº 8197: **possibilidade de julgamento com o quórum incompleto** por suspeição ou impedimento de ministro titular da classe de advogado e impossibilidade jurídica de convocação de juiz substituto

ATENÇÃO (2)! Essa regra é para o TSE! Para o TRE se aplica o quórum do art. 28:

Art. 28. Os tribunais regionais **deliberam por maioria de votos**, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros.

Veja:

Ac.-TSE, de 1º.8.2012, no AgR-AC nº 48052; de 12.11.2009, no RO nº 1589 e, de 17.6.2003, no REspe nº 21120: o quórum de deliberação dos tribunais regionais eleitorais é o previsto



no art. 28 deste código. Inaplicabilidade do quórum previsto neste parágrafo [art. 19, parágrafo único].

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, tendo em vista o art. 20, do CE:

Art. 20. Perante o Tribunal Superior, **qualquer interessado poderá arguir a suspeição** ou impedimento dos seus membros, do Procurador Geral ou de funcionários de sua Secretaria, nos casos previstos na lei processual civil ou penal e **por motivo de parcialidade partidária**, mediante o processo previsto em regimento.

A **alternativa C** está incorreta, pois não há membros do Ministério Público na composição do TSE. Além disso, o cargo de Corregedor Eleitoral é ocupado por um Ministro do STJ, tudo conforme o que dispõe o art. 119, da CF.

A **alternativa D** está incorreta. O cargo de Presidente será ocupado mediante eleição, contudo, poderão concorrer ao cargo apenas os membros oriundos do STF.

A **alternativa E** está incorreta. Pelo que prevê o art. 16, §2º, do CE, não há participação da OAB no processo. O STF indica, a Presidência nomeia. Além disso, vale a pena conferir a literalidade do dispositivo:

§ 2º A nomeação de que trata o inciso II deste artigo não poderá recair em cidadão que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum; que seja diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com subvenção, privilégio, isenção ou favor em virtude de contrato com a administração pública; ou que exerça mandato de caráter político, federal, estadual ou municipal.

Note que não há qualquer ressalva tal como formulada na questão. Se o advogado ocupar cargo em comissão, não poderá ser indicado para ocupar uma das duas vagas de Juízes do TSE.

135. (CESPE/TRE-MT - 2015) Acerca dos órgãos da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Deve haver, em cada estado e no Distrito Federal, um tribunal regional eleitoral (TRE), formado por sete membros, sendo dois deles advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil e nomeados pelo governador do respectivo estado.
- b) Caso ocorra conflito de jurisdição entre tribunais regionais e juízes eleitorais de estados diferentes, o processamento e o julgamento desse conflito caberão originariamente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- c) A jurisdição de cada uma das zonas eleitorais deve ser atribuída a um juiz eleitoral da circunscrição, responsável por constituir as juntas, que são divididas em zonas eleitorais.
- d) As juntas eleitorais, compostas de um juiz eleitoral e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade, têm a atribuição de expedir títulos eleitorais e conceder transferências de eleitor.
- e) Em princípio, as decisões dos tribunais regionais eleitorais são irrecorríveis, mas admite-se recurso, excepcionalmente, caso a decisão seja contrária a dispositivo expresso na CF e em lei federal.

Comentários



A **alternativa A** está incorreta, pois os advogados de notável saber jurídico são indicados pelo TJ de cada Estado e nomeados pelo Presidente da República. Vejamos o art. 25, inciso III, do CE. Esse dispositivo traz a mesma regredativa do art. 120, da CF.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, com base no art. 22, I, b, do CE:

Art. 22. Compete ao Tribunal Superior:

I - Processar e julgar originariamente:

b) os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais e juizes eleitorais de Estados diferentes;

A **alternativa C** está incorreta. Compete ao TRE dividir a circunscrição em zonas eleitorais e criar novas zonas e ao TSE a aprovação da divisão ou criação. Vejamos o art. 30, IX, do CE:

Art. 30. Compete, ainda, privativamente, aos Tribunais Regionais:

IX - dividir a respectiva circunscrição em zonas eleitorais, submetendo essa divisão, assim como a criação de novas zonas, à aprovação do Tribunal Superior;

A **alternativa D** está incorreta, pois não se trata de competência das Juntas, mas do Juiz Eleitoral.

A **alternativa E** está incorreta, pois há outras situações de recurso além das mencionadas na alternativa.

136. (CESPE/TRE-TO - 2017) Das decisões dos tribunais regionais eleitorais

- a) caberá recurso em caso de declaração de inconstitucionalidade realizada em ação direta de inconstitucionalidade.
- b) não caberá recurso, uma vez que o TRE é tribunal de única instância.
- c) caberá recurso caso decretem a perda de mandatos eletivos estaduais.
- d) não caberá recurso no caso de divergência na interpretação de lei entre dois tribunais eleitorais.
- e) não caberá recurso, exceto no caso da discussão sobre inelegibilidade.

Comentários

Vejamos o que dispõe o art. 121, §4º, IV, da Constituição Federal:

§ 4º Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando:

I - forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;

II - ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

III - versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;



IV - anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;

V - denegarem habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção.

Portanto, a **alternativa C** é correta e gabarito da questão.

137. (CESPE/TRE-TO - 2017) A principal função da justiça eleitoral é garantir

- a) o respeito à soberania popular e à cidadania.
- b) a classificação das informações de ordem estatal.
- c) a auditoria das contas públicas.
- d) o cumprimento dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- e) a guarda da Constituição Federal.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. A Justiça Eleitoral é um órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário e cuida da organização do processo eleitoral. Por isso, trabalha para garantir o respeito à soberania popular e à cidadania.

138. (CESPE/TRE-TO - 2017) De acordo com o Código Eleitoral, são órgãos integrantes da justiça eleitoral

- a) os juízes eleitorais e os delegados partidários.
- b) as juntas eleitorais e os delegados partidários.
- c) o TSE e os delegados partidários.
- d) o TSE e os tribunais regionais federais.
- e) os juízes eleitorais e as juntas eleitorais.

Comentários

O art. 12, do CE, prevê quais são os órgãos da Justiça Eleitoral:

Art. 12. São órgãos da Justiça Eleitoral:

I - O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o País;

II - um Tribunal Regional, na Capital de cada Estado, no Distrito Federal e, mediante proposta do Tribunal Superior, na Capital de Território;

III - juntas eleitorais;

IV - juízes eleitorais.



Desse modo, a **alternativa E** é correta e gabarito da questão.

Por fim, percebam que na alternativa D a banca fala em Tribunais Regionais Federais e não em Tribunais Regionais Eleitorais.

139. (CESPE/TRE-TO - 2017) A respeito das previsões contidas nas leis eleitorais, que visam garantir a celeridade específica do direito eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Os processos eleitorais têm prioridade de tramitação, com preferência sobre habeas corpus e mandados de segurança originários da justiça comum.
- b) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), salvo as que contrariem a Constituição Federal e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.
- c) O prazo para a interposição de recursos eleitorais é de três dias, exclusivamente com efeito devolutivo, e inexistente a abertura de prazo para a apresentação de contrarrazões a eles.
- d) Não há a garantia de vitaliciedade aos juízes dos tribunais eleitorais, que servirão por dois anos, no máximo, e nunca por mais de uma investidura.
- e) É de dois anos o prazo para o trâmite de processo eleitoral que possa resultar em perda de mandato.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Os processos de habeas corpus e mandados de segurança terão preferência sobre quaisquer outros processos. Vejamos o que dispõe o art. 94, da Lei nº 9.504/97:

Art. 94. Os feitos eleitorais, no período entre o registro das candidaturas até cinco dias após a realização do segundo turno das eleições, terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos Juízes de todas as Justças e instâncias, ressalvados os processos de habeas corpus e mandado de segurança.

Além disso, vejamos o art. 257, §3º, da Lei nº 4.737/65:

§ 3º O Tribunal dará preferência ao recurso sobre quaisquer outros processos, ressalvados os de habeas corpus e de mandado de segurança.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, pois é o que dispõe o §3º, do art. 121, da CF/88:

§ 3º São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.

A **alternativa C** está incorreta. O recurso receberá efeito suspensivo e devolutivo, em alguns casos. Ademais, obedecendo ao princípio do contraditório e ampla defesa, há a abertura de prazo para contrarrazões no que tange ao recurso no âmbito da Justiça Eleitoral.

A **alternativa D** está incorreta. Os juízes dos tribunais eleitorais, em regra, servirão por dois anos, podendo ser reconduzidos, de maneira consecutiva, para uma nova investidura cujo período também é de dois anos, ou seja, eles podem servir, no máximo, por dois biênios consecutivos.



A **alternativa E** está incorreta. Com base no art. 97-A, da Lei nº 9.504/97, considera-se duração razoável do processo que possa resultar em perda de mandato eletivo o período máximo de 1 ano, contado da sua apresentação à Justiça Eleitoral.

LISTA DE QUESTÕES

Introdução ao Estudo do Direito Eleitoral

1. **(CESPE/MPE-PI - 2019) O princípio que sustenta a ideia de que o intérprete da norma deve manter a aplicação da lei estritamente vinculada às limitações por ela impostas a candidatos e eleitores é o da**
 - a) vedação da restrição de direitos políticos.
 - b) democracia partidária.
 - c) responsabilidade solidária.
 - d) periodicidade da investidura.
 - e) celeridade da justiça eleitoral.
2. **(CESPE/TRE-BA - 2017) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senador Federal, os quais, por sua vez, são constituídos por representantes dos estados e do Distrito Federal (DF). Para o Senado Federal, tais representantes são eleitos segundo o**
 - a) sistema proporcional, e cada estado e do DF elegem três candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.
 - b) sistema proporcional, e cada candidato é eleitor com dois suplentes.
 - c) princípio majoritário, e cada estado e do DF elegem três candidatos, cada um deles com mandato de oito anos.
 - d) sistema proporcional, e cada estado e o DF elegem dois candidatos, cada um deles com mandato de quatro anos.
 - e) princípio majoritário, e cada candidato é eleito com um suplente.
3. **(CESPE/TRE-BA - 2017) Atualmente, a votação e a totalização de votos são feitas por sistema eletrônico, sendo possível a utilização do sistema convencional de votação por cédulas quando,**
 - a) havendo falhas nas urnas eletrônicas, o TRE do estado ou do Distrito Federal assim determinar, com fundamento no princípio da segurança do processo eleitoral.
 - b) mesmo sem haver falhas nas urnas eletrônicas, o TSE assim determinar, no exercício do seu poder discricionário.
 - c) havendo falha nas urnas eletrônicas, o TSE assim determinar, após verificar a impossibilidade de utilização das urnas de contingência.
 - d) mesmo sem haver falhas nas urnas eletrônicas, o TRE assim determinar, com fundamento no princípio da celeridade do processo eleitoral.



e) havendo falha nas urnas eletrônicas, o STF assim determinar, por meio de decisão proferida pelo seu plenário.

4. (CESPE/TRE-BA - 2017) Quanto à competência e à organização dos órgãos da Justiça Eleitoral e à legislação pertinente a esse segmento de justiça, julgue os itens a seguir:

I – Compete privativamente aos estados legislar sobre direito eleitoral.

II – Os juízes eleitorais são órgão da justiça eleitoral.

III – O presidente da República poderá, em caso de relevância e urgência, editar medida provisória em matéria eleitoral.

IV – O tribunal regional eleitoral elegerá o seu presidente e vice-presidente entre desembargadores que o compõe.

Estão certos apenas os itens

a) I e II

b) I e III

c) II e IV

d) I, III e IV

e) II, III e IV

5. (CESPE/TRE-BA - 2017) Determinada lei, publicada seis meses antes da data da realização de eleições estaduais, criou hipóteses de inelegibilidade para dificultar abuso do poder econômico.

Assinale a opção correta a respeito da classificação da referida lei e de sua vigência e aplicação.

a) Tal lei deve ser ordinária estadual e não se aplicará às referidas eleições.

b) Tal lei deve ser ordinária distrital, e vigorará e se aplicará a partir da data da sua publicação.

c) Tal lei deve ser ordinária federal, e se aplicará a partir da data de sua publicação.

d) Tal lei deve ser complementar, e vigorará e se aplicará a partir da data da sua aplicação.

e) Tal lei deve ser complementar e não se aplicará às referidas eleições.

6. (CESPE/MPE-RR - 2017) O princípio constitucional da anualidade ou da anterioridade da lei eleitoral

a) não abrange resoluções do TSE que tenham caráter regulamentar.

b) não repercute sobre decisões do TSE em casos concretos decididos durante o processo eleitoral e que venham a alterar a jurisprudência consolidada.

c) estabelece período de vacatio legis para a entrada em vigor das leis eleitorais.

d) tem aplicabilidade imediata e eficácia contida conforme a data do processo eleitoral.

7. (CESPE/TJ-DFT - 2016) Com relação a princípios e garantias do direito eleitoral, dos sistemas eleitorais, dos partidos políticos e dos direitos políticos, assinale a opção correta.

a) O princípio da anualidade não é uma cláusula pétrea e pode ser suprimido por EC.

b) A Cidadania e o Pluralismo Político são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.



- c) O pluralismo político é expressão sinônima de diversidade partidária.
- d) São garantias que regem a disciplina dos partidos políticos: a liberdade partidária externa, a liberdade partidária interna, a subvenção pública e a intervenção estatal mínima.
- e) O sistema majoritário brasileiro é unívoco.

8. (CESPE/TRE-MT - 2005) O estudo das fontes do direito encontra aspectos deveras sugestivos em amplitude e variedade no direito eleitoral. As fontes não se isolam como elemento de vínculo exclusivo com o direito eleitoral, em virtude de indilacerável unidade da ordem jurídica em que está integrado. Mas não deixam de contar com elementos próprios, que refletem suas condições peculiares. Para melhor ordenação lógica, há de se partir da Constituição Federal, que é a fonte suprema de onde promana, em distribuição hierarquizada, a ordem jurídica estatal, estabelecendo conexão formal e padrões de validade à criação e à aplicação do direito em geral. - Fávila Ribeiro. Direito eleitoral. 4.^a ed. Forense, 1997, p. 15 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, assinale a opção incorreta a respeito das fontes do direito eleitoral.

- a) A Constituição de 1988, ao tratar dos direitos políticos, contempla os elementos que orientam a elaboração da Lei de Inelegibilidades, que tem natureza de lei complementar.
- b) Legislar sobre direito eleitoral é competência privativa da União.
- c) A Lei de Inelegibilidades é fonte secundária do Direito Eleitoral.
- d) A Lei dos Partidos Políticos é fonte formal direta do Direito Eleitoral.
- e) O Código Eleitoral confere ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) competência para expedir instruções para sua fiel execução.

9. (CESPE/TRE-GO - 2015) Julgue os itens a seguir, relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro, às disposições gerais dos servidores públicos e ao processo legislativo.

Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito eleitoral e, no âmbito dessa legislação concorrente, a competência da União está limitada ao estabelecimento de normas gerais.

10. (CESPE/TRE-GO - 2015) Julgue os itens a seguir, relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro, às disposições gerais dos servidores públicos e ao processo legislativo.

Embora a CF permita ao ocupante da Presidência da República a adoção de medidas provisórias com força de lei em casos de relevância e urgência, o texto constitucional proíbe a edição desse tipo de instrumento com relação ao direito eleitoral.

11. (CESPE/TRE-GO - 2015) Julgue os itens subsecutivos, referentes aos direitos políticos e à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

É competência privativa da União legislar acerca do direito eleitoral.

12. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue o item seguinte:

Uma das facetas do princípio da celeridade eleitoral é que as decisões eleitorais devem ser imediatas.



13. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue o item seguinte assinale a alternativa incorreta.

Tido como princípio basilar do direito eleitoral, e inscrito no texto constitucional, o princípio da eficiência determina que o agente político ou administrador seja 100 % eficiente.

14. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios da anualidade eleitoral previsto no art. 16, da CF, julgue o item seguinte.

O princípio da anualidade da lei eleitoral foi consagrado no sistema jurídico brasileiro pela CF, cujo texto pertinente, originalmente, limitava-se a estabelecer que a lei que alterasse o processo eleitoral só entraria em vigor um ano após sua promulgação.

15. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios da anualidade eleitoral previsto no art. 16, da CF, julgue o item seguinte.

O princípio da anualidade eleitoral sempre fez a diferenciação entre vigência e aplicabilidade da norma, mesmo antes da emenda constitucional nº 04/93.

16. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca dos princípios do direito eleitoral, julgue os itens a seguir.

Entre os princípios norteadores do direito eleitoral brasileiro incluem-se o princípio da igualdade, o princípio do devido processo legal, o princípio da publicidade e o princípio da preclusão ou da eventualidade.

17. (CESPE/TRE-MT - 2005) Acerca dos princípios pertinentes ao direito eleitoral e aos direitos políticos de que trata a Constituição Federal, julgue o item seguinte.

O exercício da soberania popular restringe-se ao sufrágio universal, com valor igual para todos.

18. (CESPE/TRE-MT - 2005) No Brasil, o Poder Judiciário conta com uma estrutura autônoma, um ramo especializado, destinado a dizer o direito nas lides eleitorais. Cabe à justiça eleitoral julgar os processos eleitorais e também organizar a eleição, do ponto de vista administrativo. Nesse sentido, a Constituição Federal e o Código Eleitoral estatuem os critérios para a organização da justiça eleitoral e a definição de sua competência.

A esse respeito, julgue.

Um dos princípios previstos na Constituição e que se aplicam ao direito eleitoral é o princípio da motivação das decisões judiciais.

19. (CESPE/TJ-DF - 2014) No que diz respeito aos princípios do direito eleitoral, julgue o item subsequente.

O termo poliarquia é usado tanto para designar uma democracia representativa moderna como para distinguir esse tipo de regime daqueles não democráticos.

20. (CESPE/TJ-DF - 2014) Assinale a opção correta no que diz respeito aos princípios do direito eleitoral.

A democracia direta é caracterizada pelo voto de igual valor de todos os eleitores e pela provisoriedade da ocupação de mandatos de representação.

21. (CESPE/TJ-DF - 2014) Assinale a opção correta no que diz respeito aos princípios do direito eleitoral.



O sufrágio universal e o voto direto e secreto são as formas de exercício da soberania popular estabelecidas no texto constitucional, mas podem ser abolidos a qualquer tempo por deliberação dos senadores.

22. (CESPE/TJ-DF - 2014) Assinale a opção correta no que diz respeito aos princípios do direito eleitoral.

Por força do princípio da anualidade eleitoral, todas as regras eleitorais que alteram o processo eleitoral alcançam a eficácia após o decurso de um ano da publicação.

23. (CESPE/TRE-RS - 2015) A respeito do sistema eleitoral brasileiro, assinale a opção correta.

a) O princípio da moralidade eleitoral exige dos candidatos a prestação de contas uniforme, sem previsão de prestação simplificada, independentemente do valor movimentado em seu processo eleitoral.

b) O voto e o alistamento eleitoral são obrigatórios a todo cidadão brasileiro alfabetizado, em pleno gozo de saúde física e mental, que se encontre em seu domicílio eleitoral.

c) As eleições presidenciais fundamentam-se no princípio da isonomia da concorrência, não diferenciando o peso dos votos dos eleitores brasileiros.

d) Adotam-se no Brasil o caráter sigiloso (secreto) do voto, o pluripartidarismo e o sufrágio restrito e diferenciado.

e) partido político detém autonomia para definir em que município será instalada sua sede, sua estrutura interna, sua organização, seu funcionamento e demais cláusulas.

24. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Assinale o princípio que não é aplicável ao Direito Eleitoral.

a) princípio da igualdade.

b) princípio do devido processo legal.

c) princípio do duplo grau de jurisdição necessário.

d) princípio da preclusão.

e) princípio da imparcialidade

25. (CESPE/TRE-TO - 2017) Determinado deputado estadual apresentou projeto de lei com o objetivo de estabelecer regras relativas ao domicílio eleitoral nas eleições par governador a serem realizadas no próximo ano. Após o respectivo processo legislativo, a lei foi devidamente promulgada pelo chefe do Poder Executivo estadual. De acordo com as normas da CF, a referida lei deve ser considerada

a) constitucional, pois é da competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios organizar as respectivas eleições.

b) constitucional, pois compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito eleitoral.

c) inconstitucional, pois as leis relativas a direito eleitoral são de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

d) constitucional, pois observou o princípio da anterioridade eleitoral.

e) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito eleitoral.



Direitos de Nacionalidade

26. (CESPE/PC-AL – 2021- Adaptada) Acerca dos direitos sociais, da nacionalidade e dos direitos políticos, julgue o item seguinte.

Perderá a nacionalidade o brasileiro cuja naturalização for cancelada, por decisão judicial ou administrativa, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

27. (CESPE/Polícia Federal - 2021) A polícia foi acionada para atender a um chamado de suspeita de ocorrência de tráfico ilícito de entorpecentes no interior de determinada sociedade de economia mista federal. Ao chegar ao local, os policiais verificaram que um dos traficantes era um brasileiro naturalizado.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

O traficante naturalizado brasileiro não poderá ser extraditado porque o crime foi praticado depois da naturalização.

28. (CESPE/Polícia Rodoviária Federal -2021) Acerca de direitos fundamentais, garantias e remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

As hipóteses de perda da nacionalidade brasileira previstas na Constituição Federal de 1988 têm natureza taxativa, de modo que nem mesmo convenções ou tratados internacionais podem ampliá-las.

29. (CESPE/MPE-CE-Técnico Ministerial -2021) Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Brasileiro naturalizado pode ocupar o cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

30. (CESPE/ABIN - 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao direito de nacionalidade.

Os indivíduos que possuem multinacionalidade vinculam-se a dois requisitos de aquisição de nacionalidade primária: o direito de sangue e o direito de solo.

31. (CESPE/ABIN - 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao direito de nacionalidade.

Considera-se hipótese excepcional de quase nacionalidade aquela que depende tanto da manifestação da vontade do estrangeiro quanto da aquiescência do chefe do Poder Executivo.

32. (CESPE/ABIN - 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao direito de nacionalidade.

Filho de brasileiros nascido no estrangeiro que opte pela nacionalidade brasileira não poderá ser extraditado, uma vez que os efeitos dessa opção são plenos e têm eficácia retroativa.

33. (CESPE/PF - 2018) Assunto: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Com relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Ainda que, em regra, inexistam distinção entre brasileiros natos e naturalizados, o cargo de oficial das Forças Armadas só poderá ser exercido por brasileiro nato.



34. (CESPE/TRE-PE – 2017 - Adaptada) O brasileiro naturalizado

- a) poderá ocupar o cargo de presidente do Senado Federal.
- b) poderá ocupar o cargo de ministro de Estado da Defesa.
- c) não poderá ocupar cargo da carreira diplomática.
- d) perderá a nacionalidade brasileira por sentença judicial ou decisão administrativa, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático .
- e) poderá ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

35. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) À luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

Cidadão português que legalmente adquira a nacionalidade brasileira não poderá exercer cargo da carreira diplomática, mas não estará impedido de exercer o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores.

36. (CESPE/MDIC - 2014) No que se refere aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como às funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.

Considere que Ana, cidadã brasileira, casada com Vladimir, cidadão russo, ocupe posto diplomático brasileiro na China quando Victor, filho do casal, nascer. Nessa situação, Victor será considerado brasileiro nato.

37. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

Se um casal formado por um cidadão argentino e uma cidadã canadense for contratado pela República do Uruguai para prestar serviços em representação consular desse país no Brasil e, durante a prestação desses serviços, tiver um filho em território brasileiro, tal filho, conforme o disposto na CF, será brasileiro nato.

38. (CESPE/TRE-GO - 2015) Quanto ao conceito de Constituição e aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue os seguintes itens.

São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira que esteja no exterior a serviço do Brasil ou de organização internacional.

39. (CESPE/TRE-GO - 2015) Quanto ao conceito de Constituição e aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue os seguintes itens.

O cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, com capacidade eleitoral ativa, tem legitimidade para propor ação popular.

40. (CESPE/TJ-CE - 2014) Em relação aos direitos de nacionalidade, julgue o item abaixo considerando o disposto na CF.

É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.

41. (CESPE/TJ-CE - 2014) Em relação aos direitos de nacionalidade, julgue o item abaixo considerando o disposto na CF.



Considera-se brasileiro naturalizado o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe estrangeira, se o pai estiver a serviço da República Federativa do Brasil.

42. (CESPE/TRE-MA - 2009) Quanto aos direitos de nacionalidade, julgue o item subsequente.

Segundo a CF, não é privativo de brasileiro nato o cargo de senador da República.

43. (CESPE/TRE-MG - 2008) Julgue a correção ou incorreção do item subsequente.

De acordo com a CF, são brasileiros natos as pessoas nascidas no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem a qualquer tempo, após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

44. (CESPE/TRE-MG - 2008) Julgue a correção ou incorreção do item subsequente.

De acordo com a CF, são brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

45. (CESPE/TRE-MG - 2008) Julgue a correção ou incorreção do item subsequente.

De acordo com a CF, são brasileiros natos todas as pessoas nascidas no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira.

46. (CESPE/TRE-MG - 2008) Julgue a correção ou incorreção do item subsequente.

De acordo com a CF, são brasileiros natos as pessoas nascidas no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registradas em repartição competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

47. (CESPE/TRE-MT - 2010) Julgue o item abaixo acerca dos direitos de nacionalidade.

Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira somente podem ser considerados brasileiros natos se, após registrados em repartição brasileira competente, vierem a residir no Brasil e optarem pela nacionalidade brasileira.

48. (CESPE/TRE-MT - 2010) Julgue o item abaixo acerca dos direitos de nacionalidade.

A legislação infraconstitucional não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, de modo que, em virtude do princípio da igualdade, as únicas hipóteses de tratamento diferenciado são as que constam expressamente do texto constitucional.

49. (CESPE/TRE-MT - 2010) Julgue o item abaixo acerca dos direitos de nacionalidade.

A naturalização é um direito público subjetivo que constitui ato administrativo de caráter vinculado, uma vez que o chefe do Poder Executivo encontra-se obrigado a concedê-la, desde que sejam atendidos os requisitos legais e constitucionais para sua obtenção.

50. (CESPE/TRE-MT - 2010) Julgue o item abaixo acerca dos direitos de nacionalidade.

Aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato.

51. (CESPE/TRF-1ªR - 2015) Com referência aos direitos de nacionalidade, julgue o item que se segue.



Os cargos de ministro de Estado da Defesa e o de ministro das Relações Exteriores, entre outros, são privativos de brasileiros natos.

52. (CESPE/TRF-1ªR - 2015) Com referência aos direitos de nacionalidade, julgue o item que se segue.

Considera-se brasileiro nato o indivíduo nascido no estrangeiro e registrado em repartição brasileira competente, desde que seja filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que seus pais não estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

53. (CESPE/MPU - 2015) Com relação aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item que se segue.

Na CF, a classificação dos direitos e garantias fundamentais restringe-se a três categorias: os direitos individuais e coletivos, os direitos de nacionalidade e os direitos políticos.

54. (CESPE/IRB - 2015) A respeito do processo legislativo e dos direitos e garantias fundamentais, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, julgue (C ou E) o item subsequente.

A Constituição Federal determina que o brasileiro nato nunca será extraditado e que o brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso de ter praticado crime comum antes da naturalização.

55. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Acerca das relações entre os estrangeiros e o Estado brasileiro, julgue o seguinte item.

De acordo com os critérios de nacionalidade adotados pelos Estados, a condição de nacional ou estrangeiro de um indivíduo é prerrogativa do próprio Estado, que nem sempre depende do fato de ele ter nascido ou não no território desse Estado.

56. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) A respeito da nacionalidade brasileira, julgue o item que se segue.

A Constituição assegura a igualdade de direitos entre brasileiros natos e naturalizados, mas estabelece limitações a essa isonomia, entre as quais a impossibilidade de ocupação de cargo de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral proveniente de vaga destinada a Ministro do Supremo Tribunal Federal.

57. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Otto, cidadão alemão, adquiriu a nacionalidade brasileira após ingressar com pedido no Ministério da Justiça. Posteriormente, por considerar que Otto não reunia os requisitos constitucionais que lhe dariam direito à nacionalidade derivada, o Ministro da Justiça cancelou o ato de naturalização.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Segundo entendimento do STF, o referido ato do ministro da Justiça viole a CF porque, uma vez deferida a naturalização, seu cancelamento somente poderia ter ocorrido pela via judicial.

58. (CESPE/PF - 2014) No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

Considere que uma criança tenha nascido nos Estados Unidos da América (EUA) e seja filha de pai americano e de mãe brasileira, que trabalhava, à época do parto, na embaixada brasileira nos EUA. Nesse caso, a criança somente será considerada brasileira nata se for registrada na repartição brasileira competente nos EUA.

59. (CESPE/TRT17ªR - 2013) Acerca dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na CF, julgue os itens seguintes.



Considera-se brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade casado com brasileiro nato por mais de cinco anos.

60. (CESPE/SEFAZ/RS - 2019) Felipe é brasileiro naturalizado e foi morar no Japão, onde se casou com Júlia, uma mexicana. Quando Júlia estava a serviço de seu país na Alemanha, nasceu Alberto, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no mexicano. Aos vinte anos de idade, Alberto veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Alberto

- a) é alemão e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- b) é brasileiro naturalizado.
- c) é brasileiro nato.
- d) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.
- e) é alemão, brasileiro e mexicano, tendo obrigatoriamente cidadania múltipla.

61. (CESPE/TJ/AM – 2019 - Adaptada) Com relação à perda da nacionalidade de brasileiro, julgue o item que se segue.

Brasileiro nato ou naturalizado que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, perderá sua nacionalidade ressalvadas situações que acarretem apatridia.

62. (CESPE/TJ/AM – 2019 - Adaptada) Com relação à perda da nacionalidade de brasileiro, julgue o item que se segue.

Perderá a nacionalidade de brasileiro aquele cuja naturalização seja cancelada em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Direitos Políticos

63. (CESPE/Pref Fortaleza - 2023) Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, julgue o item a seguir.

O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de sessenta anos de idade.

64. (CESPE/ALE-CE - 2021) A suspensão de direitos políticos se dará no caso de

- A) improbidade praticada por qualquer agente público.
- B) incapacidade civil.
- C) cancelamento da naturalização.
- D) condenação criminal.
- E) perda da função pública por ato de improbidade.



65. (CESPE/CEBRASPE – PC-AL - 2021) Acerca dos direitos sociais, da nacionalidade e dos direitos políticos, julgue o item seguinte.

A condenação judicial por prática de ato de improbidade administrativa acarreta a cassação dos direitos políticos.

66. (CESPE/CEBRASPE – DEPEN - 2021) Julgue o item que se segue, relativos a disposições constitucionais.

Em razão da condenação criminal transitada em julgado, os direitos políticos do apenado são cassados.

67. (CESPE/CEBRASPE – MPE/CE - 2021) Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Os analfabetos não podem registrar-se como eleitores.

68. (CESPE/CEBRASPE – PC-SE - 2021) A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

No tocante às limitações ao exercício da vida política, além de hipóteses de inelegibilidade, nas quais se macula a capacidade eleitoral passiva, o constituinte elencou situações de perda ou suspensão dos direitos políticos, a exemplo da incapacidade civil absoluta, quando se restringem tanto a capacidade eleitoral ativa quanto a passiva.

69. (CESPE/TRE-PE - 2017) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a perda ou a suspensão dos direitos políticos se dará em caso de

- a) condenação criminal por decisão de tribunal contra a qual caiba recurso.
- b) incapacidade civil relativa.
- c) condenação em ação de improbidade administrativa, nos termos da lei.
- d) cancelamento da naturalização por decisão judicial de primeira instância.
- e) condenação criminal por decisão judicial de primeira instância.

70. (CESPE/TRE-PE - 2017) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para

- a) maiores de setenta e cinco anos de idade.
- b) maiores de dezoito anos de idade.
- c) maiores de dezesseis e menores de dezoito anos de idade.
- d) analfabetos.
- e) maiores de setenta anos de idade.

71. (CESPE/TRE-RS - 2015) A respeito do sistema eleitoral brasileiro, julgue o item seguinte.

Adotam-se no Brasil o caráter sigiloso (secreto) do voto, o pluripartidarismo e o sufrágio restrito e diferenciado.

72. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos políticos.



O instituto da reeleição se aplica aos cargos de presidente da República, de governador de estado, de governador do Distrito Federal e de prefeito.

73. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Com relação às condições de elegibilidade e inelegibilidades, julgue os itens que se seguem.

Os analfabetos são absolutamente inelegíveis, sendo possível o reconhecimento do analfabetismo mesmo depois de o candidato ter sido eleito e diplomado.

74. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Com relação às condições de elegibilidade e inelegibilidades, julgue os itens que se seguem.

São absolutamente inelegíveis os indivíduos que tenham menos de dezesseis anos de idade, os estrangeiros, os privados temporariamente dos seus direitos políticos e todos aqueles que não puderem se alistar como eleitores.

75. (CESPE/TRE-GO - 2015) Quanto à elegibilidade e inelegibilidade, julgue os itens que se seguem.

Para o fim previsto na CF, considera-se analfabeto, e, portanto, inelegível, aquele que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não tem as habilidades necessárias para satisfazer as suas demandas pessoais cotidianas e para se desenvolver pessoal e profissionalmente.

76. (CESPE/TRE-GO - 2015) Quanto à elegibilidade e inelegibilidade, julgue os itens que se seguem.

Tanto a elegibilidade como a inelegibilidade se apresentam como dever, ambas de forma positiva, cabendo aos tribunais regionais eleitorais verificar se o interessado preenche as condições exigidas e decidir sobre as inelegibilidades que possam alijar o direito à candidatura.

77. (CESPE/TJ-CE - 2014) No que se refere a direitos políticos dispostos na CF, assinale a opção correta.

- a) É vedada a cassação de direitos políticos.
- b) Os brasileiros naturalizados podem votar, mas não podem concorrer a cargo eletivo.
- c) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros naturalizados.
- d) Para ser eleito vereador é preciso ter, no mínimo, 21 anos de idade.

78. (CESPE/TRE-RJ - 2012) Com relação ao direito eleitoral, julgue os itens que se seguem.

Os analfabetos, mesmo aqueles que se tenham alistado, são inelegíveis para qualquer cargo.

79. (CESPE/MP-RO - 2013) Julgue o item a seguir.

É inelegível para qualquer cargo estadual o cônjuge de prefeito municipal, salvo se já for titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

80. (CESPE/TRE-ES - 2011) Considerando as disposições constantes da Constituição Federal de 1988 (CF) relativas aos direitos políticos e aos partidos políticos, julgue os itens subsequentes.

Todos os que sofrem condenação criminal com trânsito em julgado estão com seus direitos políticos suspensos até que ocorra a extinção da punibilidade, como consequência automática da sentença condenatória.

81. (CESPE/TRE-MS - 2013) No que se refere aos direitos políticos, assinale a opção correta.



- a) A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser proposta na justiça eleitoral no prazo de quinze dias da diplomação, independentemente de provas iniciais de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude cometida.
- b) A atual CF permite candidaturas avulsas para a presidência da República, facultando aos candidatos dirigirem-se diretamente aos eleitores sem a necessidade de filiação partidária.
- c) Uma das condições para concorrer em pleitos eleitorais é o prévio alistamento eleitoral.
- d) O plebiscito e o referendo são formas de exercício indireto da soberania popular. A participação popular, em ambos os casos, faz-se posteriormente à promulgação da lei.

82. (CESPE/TRE-GO - 2008) Assinale a opção correta quanto aos direitos políticos e à cidadania.

- a) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no período subsequente.
- b) Entre as hipóteses de suspensão dos direitos políticos previstas na CF está a prática de improbidade administrativa.
- c) Os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório, não podem alistar-se como eleitores, salvo mediante prévia autorização do superior hierárquico.
- d) Indivíduos analfabetos não possuem direito ao voto.

83. (CESPE/TJ-CE - 2014) No que se refere a direitos políticos dispostos na CF, assinale a opção correta.

- a) Para ser eleito vereador é preciso ter, no mínimo, 21 anos de idade.
- b) É vedada a cassação de direitos políticos.
- c) Os brasileiros naturalizados podem votar, mas não podem concorrer a cargo eletivo.
- d) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros naturalizados.

84. (CESPE/TRE-BA - 2009) A democracia repousa sobre dois princípios fundamentais, que lhe dão a essência conceitual: o da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte do poder; e a participação direta ou indireta, do povo no poder, para que este seja efetiva expressão da vontade popular.

José Afonso da Silva. Curso de direito constitucional positivo. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 131 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, acerca do princípio da democracia, dos direitos políticos e de temas relacionados.

- I. A participação indireta do povo no poder ocorre com a representação. Nesta, o representante exerce um mandato e não fica vinculado à vontade dos representados. Além disso, o eleito não representa apenas os seus eleitores, mas toda a população de um território. Desse modo, o mandato é considerado livre e geral.
- II. Os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, são inalistáveis e inelegíveis.
- III. Caso seja promulgada uma emenda constitucional que autorize o alistamento eleitoral aos que contem com quinze anos de idade, essa norma deverá ter aplicação imediata, observados os prazos e procedimentos da legislação eleitoral quanto ao alistamento.

Assinale a alternativa que contempla apenas itens corretos.



- a) I;
- b) III;
- c) I e II;
- d) III.

85. (CESPE/TRE-MT - 2010) Com relação aos direitos políticos e à disciplina constitucional sobre os partidos políticos, assinale a opção correta.

- a) No Brasil, o alistamento eleitoral consiste em procedimento administrativo que depende de iniciativa da autoridade judicial eleitoral, a qual realiza a inscrição de ofício, visando a verificação do cumprimento dos requisitos constitucionais e das condições legais necessárias ao exercício dos direitos políticos.
- b) A CF proíbe aos militares, enquanto estiverem em serviço ativo, a filiação a partidos políticos, razão pela qual os membros das Forças Armadas não podem ser candidatos a cargo eletivo, salvo se, em qualquer circunstância, afastarem-se definitivamente da atividade militar que desenvolvem.
- c) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorrer até seis meses antes da data de sua vigência.
- d) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo, após isso, registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

86. (CESPE/TRE-MA - 2009) Acerca dos direitos políticos expressos na CF, julgue os itens a seguir.

- I. Em conformidade com a CF, é obrigatório o voto para uma brasileira, analfabeta, que tenha 67 anos de idade no dia da eleição.
- II. Se um brasileiro, estudante, tem 20 anos de idade, milita por determinado partido político e está no pleno exercício dos seus direitos políticos, então, nesse caso, a CF permite que ele se candidate a vereador do município do seu domicílio eleitoral.
- III. Caso um brasileiro, militar há 12 anos, pretenda candidatar-se a deputado estadual nas próximas eleições, então, para concorrer ao cargo eletivo, a CF exige somente que ele se afaste da atividade.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

87. (CESPE/TJ-MA - 2013) Julgue o item a seguir.

Governador de estado pode manter-se no cargo para candidatar-se à reeleição.

88. (CESPE/MPE-RR - 2012) Julgue o item a seguir.

É elegível o militar conscrito, desde que ele se afaste da atividade.

89. (CESPE/TRE-MG - 2008) Com relação às condições de elegibilidade e de inelegibilidade, assinale a opção correta.

- a) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.



- b) Os analfabetos são alistáveis, razão pela qual dispõem de capacidade para votar e ser votado.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos não precisam renunciar aos respectivos mandatos antes do pleito.
- d) Não é considerado elegível o nacional que esteja submetido à suspensão ou à perda de direitos políticos.

90. (CESPE/TRE-MS - 2013) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para

- a) as pessoas com idade entre dezoito e setenta anos de idade.
- b) os estrangeiros.
- c) todos os militares, inclusive os conscritos, durante o período de serviço obrigatório.
- d) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, desde que emancipados civilmente.

91. (CESPE/Câm. Deputados - 2014) Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos políticos.

O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os indivíduos na faixa etária dos dezoito aos sessenta anos e facultativos para os indivíduos analfabetos, os que tenham mais de sessenta anos de idade e os que tenham entre dezesseis e dezoito anos de idade.

92. (CESPE/TRE-MT - 2015) Com relação às condições de elegibilidade e aos partidos políticos, assinale a opção correta.

- a) O pleno exercício dos direitos políticos do cidadão corresponde à sua capacidade eleitoral ativa e passiva, e esses direitos podem ser suspensos se esse eleitor for condenado por decisão criminal transitada em julgado, suspensão essa que se manterá enquanto durarem os efeitos da condenação.
- b) O cidadão que deseje se candidatar a cargo político eletivo deve ter domicílio eleitoral na circunscrição da candidatura, sendo que, no caso de eleição para prefeito e governador, essa circunscrição corresponde ao estado em que ocorre o pleito.
- c) Para que possa concorrer em um pleito eleitoral, a cidadã deve estar filiada a um partido político no mínimo seis meses antes da data da eleição, sendo vedada a fixação, nos estatutos dos partidos, de prazos superiores de filiação partidária.
- d) O partido político adquirirá a sua personalidade jurídica na forma da lei civil, após o registro de seu estatuto no TSE.
- e) Tanto os brasileiros natos quanto os naturalizados têm capacidade eleitoral passiva para concorrer aos cargos de deputado federal, senador e presidente da República.

93. (CESPE/TRE-MT - 2015) Com base no que dispõe a CF acerca dos direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) A capacidade eleitoral ativa consiste na possibilidade de se tornar candidato a cargo eletivo, e se traduz no direito de ser votado.
- b) De acordo com a CF, os cargos de senador da República e de deputado federal são privativos de brasileiros natos.
- c) O analfabeto, embora possua o direito facultativo ao voto, não poderá ser eleito para o exercício de nenhum mandato eletivo previsto na CF.



d) Além de se manifestar no direito ao sufrágio universal e ao voto direto e secreto, a soberania popular pode ser exercida por instrumentos como o habeas corpus e o mandado de segurança.

e) A condenação por improbidade administrativa transitada em julgado resulta na cassação dos direitos políticos, enquanto durarem seus efeitos.

94. (CESPE/TRE-MT - 2015) Cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base nas disposições constitucionais relativas aos direitos políticos e aos partidos políticos. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

a) Situação hipotética: Um prefeito e sua esposa, vereadora, ambos da mesma circunscrição municipal e no último ano de seus mandatos, estão considerando a possibilidade de concorrerem a outros cargos eletivos no próximo pleito eleitoral. Assertiva: Nessa situação, caso o prefeito resolva concorrer à reeleição, sua esposa ficará inelegível.

b) Situação hipotética: O partido político Y, com base na alegação de existência de indícios de abuso de poder econômico, propôs, no prazo legal, ação de impugnação de mandato eletivo em desfavor de um prefeito. Assertiva: Nessa situação, a ação proposta deve tramitar em segredo de justiça, e o partido Y pode ser responsabilizado caso fique comprovado ser a lide temerária.

c) Situação hipotética: Em ano de eleições para governador e presidente da República, os partidos políticos se uniram em diferentes coligações, e cada uma lançou a candidatura de um político específico à Presidência. Assertiva: Nessa situação, as coligações formadas em nível nacional devem se repetir nos estados, no que se refere às eleições a governador, em razão do princípio da verticalização.

d) Situação hipotética: Jair, analfabeto, assim que completou dezoito anos de idade, foi a um cartório eleitoral para saber como poderia se registrar como eleitor. Lá, foi atendido por uma servidora, Lúcia. Assertiva: Nessa situação, Lúcia deverá informar a Jair que, como ele já tem dezoito anos de idade, seu alistamento eleitoral será obrigatório.

e) Situação hipotética: Jairo, governador de estado, no último ano de seu primeiro mandato, está avaliando a possibilidade de se candidatar ou à reeleição ou ao cargo de senador. Assertiva: Nessa situação, as duas opções que Jairo está considerando exigem sua renúncia ao seu cargo atual pelo menos seis meses antes do pleito.

95. (CESPE/TRE-MT - 2015) Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Lei que altere o processo eleitoral poderá ser aplicada a pleito eletivo realizado no ano de sua edição, desde que editada no prazo de cento e oitenta dias anteriores à eleição.

b) A hipótese de inelegibilidade em razão de parentesco prevista na CF para os cargos de prefeito e governador engloba a candidatura de cônjuges ou parentes até segundo grau em todo o território nacional, enquanto durar o mandato.

c) Dado o princípio da dignidade da pessoa humana, tratado sobre direitos humanos ratificado pelo Brasil é automaticamente internalizado na legislação pátria como emenda constitucional.

d) Nos termos da CF, o exercício da soberania popular poderá ser exercido diretamente pelo povo, por meio de instrumentos como o referendo e o plebiscito.

e) Em decorrência de ausência de previsão constitucional, estrangeiro residente no país preso pela polícia por se envolver em uma briga após assistir a jogo de futebol em estádio não poderá impetrar o remédio do habeas corpus.



96. (CESPE/TRE-RS - 2015) O direito eleitoral, precisamente, dedica-se ao estudo das normas e procedimentos que organizam e disciplinam o exercício do poder de sufrágio popular, de modo a que se estabeleça a precisa equação entre a vontade do povo e a atividade governamental. Para melhor ordenação lógica (das fontes), há que se partir da Constituição Federal de 1988 (CF), que é a fonte suprema de onde promana a ordem jurídica estatal. Idem, ibidem (com adaptações).

Com relação a esse tema, assinale a opção correta.

- a) Incorporou-se no texto da CF a capacidade eleitoral ativa e passiva dos analfabetos.
- b) A exemplo de alguns países europeus e americanos, a CF admite, em determinadas circunstâncias, o registro de candidatos estrangeiros.
- c) Conforme a CF, a soberania popular é exercida pelo sufrágio e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- d) Não estando prevista na CF a eleição dos deputados por meio do sistema proporcional, a eventual mudança do sistema pode ser realizada mediante apresentação de projeto de lei.
- e) A CF autoriza, em determinadas circunstâncias, a eleição de cidadãos sem filiação partidária.

97. (CESPE/TJ-DFT - 2015) Pedro e Marcos, este último casado com Maria, foram eleitos para os cargos de prefeito e de vice-prefeito, respectivamente, do município X. No mandato imediatamente posterior, foram reeleitos nos mesmos cargos. Nos seis meses anteriores ao próximo pleito, Marcos substituiu Pedro temporariamente.

Nessa situação hipotética, para as eleições seguintes,

- a) Marcos poderá se candidatar ao cargo de prefeito do município.
- b) Maria será inelegível no território da jurisdição de Marcos, sendo essa condição classificada como cominada, isto é, sanção jurídica que se aplica a Maria por força de seu casamento.
- c) Maria não poderá se candidatar no território da jurisdição de Marcos; sua inelegibilidade é direta, por decorrer de fato específico relacionado a si própria.
- d) Pedro ficará inelegível para um terceiro mandato no cargo de prefeito, o que não o impede de transferir seu domicílio eleitoral para município diverso, onde poderá concorrer validamente para o referido cargo.
- e) Marcos poderá concorrer novamente ao cargo de vice-prefeito do município.

98. (CESPE/TJ-DFT - 2016) Com relação a princípios e garantias do direito eleitoral, dos sistemas eleitorais, dos partidos políticos e dos direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) O princípio da anualidade não é uma cláusula pétrea e pode ser suprimido por EC.
- b) A Cidadania e o Pluralismo Político são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- c) O pluralismo político é expressão sinônima de diversidade partidária.
- d) São garantias que regem a disciplina dos partidos políticos: a liberdade partidária externa, a liberdade partidária interna, a subvenção pública e a intervenção estatal mínima.
- e) O sistema majoritário brasileiro é unívoco.



99. (CESPE/TRE-GO - 2015) A respeito de aspectos diversos dos partidos políticos no sistema eleitoral brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

Para a instituição de um partido político, basta a lavratura do registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, pois a lei julga desnecessária a inscrição do partido nos modelos da legislação civil.

100. (CESPE/ANTAQ - 2014) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

101. (CESPE/TJ-DF - 2013) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

Partido político poderá receber recursos financeiros de governo estrangeiro, desde que faça a declaração específica desses valores em sua prestação de contas.

102. (CESPE/FNDE - 2012) Julgue os itens seguintes, relativos aos direitos e deveres individuais e coletivos, aos direitos sociais, aos de nacionalidade, aos direitos políticos e aos partidos políticos.

A CF assegura aos partidos políticos autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais para as eleições majoritárias, não havendo, portanto, obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, pois não vigora, no direito eleitoral brasileiro, a regra da verticalização das coligações eleitorais.

103. (CESPE/TRE-GO - 2015) Julgue os itens subsecutivos, referentes aos direitos políticos e à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

Em respeito à autonomia dos entes da Federação, a Constituição Federal autoriza a criação de partido político estadual, desde que seja feito o devido registro dos estatutos do partido no tribunal regional eleitoral correspondente no prazo legal.

104. (CESPE/TRE-MG - 2008) Acerca dos partidos políticos, assinale a opção correta.

a) Os partidos políticos têm autonomia para a definição de sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento, bem como para o recebimento de recursos financeiros de procedência estrangeira.

b) Somente após o reconhecimento da personalidade jurídica na forma da lei civil, o partido político pode promover o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

c) A CF estabelece o caráter estadual e municipal dos partidos políticos.

d) Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso remunerado ao rádio e à televisão.

105. (CESPE/TRE-GO - 2008) Assinale a opção correta no que concerne ao tratamento dado pela CF aos partidos políticos.

a) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações para cargos majoritários, sendo, contudo, obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

b) É vedado aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.



- c) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- d) Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário, e devem pagar pelo acesso ao rádio e à televisão.

Introdução ao Código Eleitoral

106. (CESPE/MPE-TO – 2022) Sabendo que em 2022 haverá eleições majoritárias e proporcionais, assinale a opção correta, em relação ao título eleitoral

- A) O requerimento de inscrição eleitoral poderá ser protocolado dentro dos cento e vinte dias anteriores à data da eleição.
- B) O requerimento de transferência de domicílio eleitoral poderá ser protocolado dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.
- C) O requerimento de segunda via do título eleitoral poderá ser protocolado dentro dos trinta dias anteriores à data da eleição se o eleitor estiver fora do seu domicílio eleitoral.
- D) A entrega do título eleitoral resultante do pedido de transferência de domicílio eleitoral deve ocorrer até sessenta dias antes à data da eleição.
- E) A entrega do título eleitoral resultante do pedido de inscrição eleitoral deve ocorrer até sessenta dias antes à data da eleição.

107. (CESPE/TRE-TO - 2017) O Código Eleitoral prevê exceção ao alistamento eleitoral obrigatório no Brasil aos cidadãos

- a) servidores públicos civis.
- b) enfermos.
- c) que se encontrem fora do país.
- d) maiores de sessenta e cinco anos de idade.
- e) que sejam militares na reserva.

108. (CESPE/TJ-PR - 2017) No que se refere a alistamento eleitoral e voto, assinale a opção correta.

- a) O alistamento eleitoral é obrigatório para os brasileiros, sem distinção de sexo, salvo os inválidos, os maiores de setenta anos de idade e os que se encontrem fora do país.
- b) São condições para o alistamento eleitoral a capacidade de leitura e de escrita, o domínio da língua nacional e o gozo dos direitos políticos.
- c) Todos os militares são alistáveis.
- d) O voto é obrigatório, exceto para os enfermos, os que se encontrem fora de seu domicílio e os servidores civis e militares.

109. (CESPE/TRE-GO - 2015) Julgue os itens que se seguem, referentes às Leis de n.º 9.504/1997 e n.º 9.096/1995, bem como à Resolução TSE n.º 23.659/2021.

O eleitor que, nos termos da legislação eleitoral, seja obrigado a votar e não o faça estará sujeito a multa caso não se justifique perante o juiz eleitoral competente até sessenta dias após a realização da eleição.



110. (CESPE/TRE-GO - 2005) No Brasil, de acordo com a Constituição Federal e com o Código Eleitoral, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para a maioria dos cidadãos com 18 anos ou mais de idade. Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

O Código Eleitoral exclui da obrigatoriedade de alistamento os inválidos.

111. (CESPE/MPE-PI - 2019) Conforme a Constituição Federal de 1988 quanto às condições de elegibilidade, o candidato está dispensado de comprovar:

- a) o alistamento eleitoral.
- b) o domicílio eleitoral.
- c) a nacionalidade.
- d) a filiação sindical.
- e) o pleno exercício de direitos políticos.

112. (CESPE/CGE-CE - 2019) Acerca de democracia, representação e participação social no Brasil, assinale a opção correta.

- a) No Brasil, o exercício da democracia efetiva-se unicamente por meio do voto nas eleições.
- b) Plebiscito é a convocação do povo para ratificar ou rejeitar ato legislativo ou administrativo previamente aprovado pelo Poder Legislativo.
- c) No caso de alteração territorial relativa à divisão de estado para originar novos estados, o respectivo projeto de lei proposto no Congresso Nacional deverá ser, depois de aprovado, submetido a referendo da população interessada.
- d) A iniciativa popular é uma forma de democracia indireta.
- e) No Brasil, é possível a participação da população em decisões relativas a formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento de políticas públicas.

Justiça Eleitoral (Parte 1)

113. (CESPE/MPE-TO – 2022) No que se refere à composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), julgue os seguintes itens.

I Entre os membros incluem-se dois juízes indicados pelo presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.

II Entre os membros incluem-se três ministros eleitos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

III O corregedor do TSE é eleito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal que compõem o tribunal.

IV O presidente do TSE é eleito entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça que compõem o tribunal e o seu vice-presidente, entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e IV.



- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

114. (CESPE/TJ-PR - 2019) A respeito da organização judiciária eleitoral, assinale a opção correta.

- a) A composição do TSE é diferenciada, com previsão de integrantes provenientes da magistratura, da advocacia e do Ministério Público.
- b) A legislação garante vitaliciedade e inamovibilidade aos juízes dos tribunais eleitorais.
- c) É vedada a nomeação, para o TSE, de cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau.
- d) É vedada a nomeação, para o TSE, de cidadão que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum ou de diretor, proprietário ou sócio de empresa.

115. (CESPE/TRE-PE - 2017) Segundo a CF, são órgãos da justiça eleitoral

- a) as zonas eleitorais.
- b) os cartórios eleitorais.
- c) os juízes eleitorais.
- d) os colégios eleitorais.
- e) as mesas eleitorais.

116. (CESPE/TRE-PI - 2017) No que se refere ao Poder Judiciário na ordem jurídica constitucional, assinale a opção correta.

- a) Cabe recurso contra decisão proferida por tribunal regional eleitoral que conceda mandado de segurança, o qual deve ser dirigido ao Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Cabe ao presidente da República nomear dois juízes, entre seis advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, para a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) O presidente de determinado tribunal que praticar ato comissivo ou omissivo que retarde a liquidação regular de precatório, incorrerá em infração funcional, a qual não poderá ser apurada pelo Conselho Nacional de Justiça, por ser a apuração de competência privativa da corregedoria do tribunal.
- d) Cabe ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente conflitos de competência entre o Tribunal Superior Eleitoral e tribunal regional eleitoral.
- e) No exercício de sua competência correicional, o Conselho Nacional de Justiça pode apreciar reclamações contra membros do Poder Judiciário bem como aplicar as correspondentes sanções, mesmo quando a corregedoria do tribunal tiver absolvido o magistrado pelo ato.

117. (CESPE/TRE-MT - 2015) Considerando os aspectos normativos e doutrinários que regem a matéria eleitoral, assinale a opção correta.

- a) A doutrina mais aceita quanto à classificação das infrações previstas no CE os classifica com base nas várias fases do processo eleitoral, como a do alistamento eleitoral e partidário, a da propaganda eleitoral, a da votação, a do funcionamento do serviço eleitoral e a da apuração de votos.



- b) Conforme o CE, cada partido poderá nomear, perante o juízo eleitoral, de um a cinco delegados em cada zona eleitoral e, perante os preparadores, até dois delegados, que assinam e fiscalizam os seus atos.
- c) Serão recebidos requerimentos de inscrição ou de transferência eleitoral nos trinta dias anteriores à data de eleição.
- d) O número de candidatos que serão diplomados é determinado pela legislação eleitoral; no caso de pleitos proporcionais, por exemplo, diploma-se o titular e dez suplentes.
- e) Conforme disposição constitucional, o TRE compõe-se, no máximo, por sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, sendo três ministros do STF e três juízes entre os ministros do STJ.

118. (CESPE/TRE-PR - 2009) Acerca dos órgãos que compõem a justiça eleitoral brasileira, julgue os itens a seguir.

As zonas eleitorais correspondem à menor fração territorial dentro da circunscrição judiciária eleitoral.

119. (CESPE/TRE-BA - 2010) Quanto aos órgãos da justiça eleitoral, julgue os itens seguintes.

As juntas eleitorais não são consideradas órgãos da justiça eleitoral, constituindo-se em mera divisão regional realizada pelo juiz que a preside.

120. (CESPE/TRE-RS - 2015) Quando se trata de direito, os primeiros desafios que enfrentam os seus operadores e estudiosos são as questões relacionadas às fontes e aos princípios utilizados para que o juiz tenha condições de decidir sobre quaisquer matérias que lhe forem propostas. Em se tratando de matéria relacionada mais especificamente a direito eleitoral, também não é pequeno o esforço que se faz para deixar claro à sociedade as funções precípuas que exerce a justiça eleitoral.

Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- a) As resoluções do TSE, por tratarem de legislação mais específica, devem prevalecer sobre quaisquer das demais fontes do direito eleitoral, em se tratando de matérias relacionadas às eleições.
- b) O princípio da anterioridade tem como escopo proteger o processo eleitoral, garantindo que qualquer lei que altere esse processo somente entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição seguinte à data de sua vigência.
- c) Os juízes eleitorais são órgãos da justiça eleitoral, juntamente com as juntas eleitorais, os tribunais regionais eleitorais e o TSE.
- d) A transferência de domicílio do eleitor, a adoção de medidas para coibir a prática de propaganda eleitoral irregular e a emissão de segunda via do título eleitoral são exemplos de funções judiciárias da justiça eleitoral que devem ser apreciadas por juiz eleitoral e, na ausência deste, por um juiz da respectiva seccional.
- e) As fontes do direito eleitoral têm como objetivo principal assegurar que não haja mudanças no ordenamento jurídico, mantendo-o estático, como deveria ser desde o princípio, pois se exige, cada vez mais, um ambiente legislativo seguro e simplificado.

121. (CESPE/TRE-RS - 2015) Para que os governos se sucedam pacificamente, deve ser racionalmente estruturada uma técnica que assegure a normal apuração da vontade popular, com rigorosa probidade. Três sistemas se apresentam para realizar essa operação: o da verificação de poderes, a cargo dos órgãos legislativos; o sistema eclético de um tribunal misto, com composição dúplice — política e jurisdicional; e o do controle por um tribunal eleitoral, tipicamente judiciário.



Fávila Ribeiro. Direito eleitoral. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

A partir dessas informações, é correto afirmar que, no caso brasileiro,

- a) vigora o sistema eclético de um tribunal misto, com composição dúplice, política e jurisdicional.
- b) é facultada aos tribunais eleitorais a subdivisão em câmaras ou turmas, para deliberação de caráter administrativo, normativo ou jurisdicional.
- c) para o bom cumprimento de suas finalidades, é competência da justiça eleitoral impugnar o registro de candidatos.
- d) são competências da justiça eleitoral, entre outras: o registro e a cassação dos partidos, bem como a fiscalização de suas atividades financeiras; a organização do processo eleitoral; e o fornecimento de transporte e alimentação para eleitores das áreas rurais.
- e) a justiça eleitoral dispõe de um quadro misto de magistrados: uma parte integra um quadro próprio permanente, enquanto a outra é originada, periodicamente, de outros órgãos judiciários.

122. (CESPE/TJ-MA - 2013) Considerando a composição e o funcionamento dos órgãos da justiça eleitoral, julgue o item a seguir.

Os membros do TSE devem ser magistrados ou integrantes do MP.

123. (CESPE/TRE-MS - 2013) A respeito da composição de competências e atribuições dos órgãos da justiça eleitoral, julgue o item subsequente.

Compete privativamente ao TSE responder às consultas sobre matéria eleitoral que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político.

124. (CESPE/TRE-MS - 2013) A respeito da composição de competências e atribuições dos órgãos da justiça eleitoral, julgue o item subsequente.

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), eleito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), exerce a função de corregedor-geral eleitoral.

125. (CESPE/TRE-MS - 2013) Julgue os itens acerca da organização e competência da justiça eleitoral.

Compete ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais e os comuns a eles conexos, cometidos pelos seus próprios ministros e pelos juízes dos tribunais regionais.

126. (CESPE/TRE-RJ - 2012) A respeito dos órgãos da justiça eleitoral, julgue os itens subsequentes.

A presidência do TSE cabe a todos os ministros do tribunal, que se revezam no cargo.

127. (CESPE/TRE-ES - 2011) Julgue os itens seguintes, referentes à composição e às atribuições do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Um vereador que seja advogado não pode ser nomeado ministro do TSE para uma das vagas destinadas a tais profissionais.

128. (CESPE/TRE-ES - 2011) Julgue os itens seguintes, relativos às competências e atribuições dos juízes eleitorais, dos tribunais regionais eleitorais (TREs) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Compete, privativamente, ao TSE autorizar a contagem dos votos pelas mesas receptoras nos estados em que essa providência for solicitada pelo tribunal regional respectivo.



129. (CESPE/TRE-BA - 2010) Quanto aos órgãos da justiça eleitoral, julgue os itens seguintes.

A aprovação do afastamento de juízes dos tribunais regionais eleitorais é de competência do TSE.

130. (CESPE/TRE-GO - 2015) Em relação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue os itens subsequentes.

Das decisões do Tribunal Superior Eleitoral que negarem habeas corpus e mandado de segurança cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal.

131. (CESPE/TRE-GO - 2015) Acerca do alistamento eleitoral e da organização da justiça eleitoral, julgue os próximos itens.

O Tribunal Superior Eleitoral compõe-se de, no mínimo, sete membros, entre os quais estão dois representantes do Ministério Público Federal.

132. (CESPE/TRE-GO - 2015) A respeito dos direitos políticos e da composição dos órgãos da justiça eleitoral, julgue os seguintes itens.

Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, dada a necessidade de resguardar a segurança jurídica, as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que, no curso de pleito eleitoral, impliquem mudança de jurisprudência não terão aplicabilidade imediata a caso concreto, de modo que somente terão eficácia sobre outros casos, no pleito eleitoral subsequente.

133. (CESPE/TJ-DF - 2014) Com relação à composição do TSE, determinada pela CF, assinale a opção correta.

a) A vice-presidência do TSE deve ficar a cargo de ministro que tenha sido nomeado a partir de lista sêxtupla de advogados encaminhada ao colegiado.

b) O vice-presidente do TSE pode acumular a função de corregedor eleitoral, eleito pelo voto secreto, durante um único biênio.

c) Os advogados serão nomeados pelo presidente da República, escolhidos entre seis nomes de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Conselho Federal da OAB.

d) A presidência do TSE deve ser exercida por um dos cinco ministros oriundos dos tribunais superiores, eleito pelo voto secreto e colegiado para um único biênio.

e) O texto constitucional fixou em sete o número mínimo de ministros que devem compor o TSE, mas não estabeleceu um número exato de ministros para esse colegiado.

134. (CESPE/TJ-RN - 2013) A respeito da composição e do funcionamento da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

a) A perda de diploma pode ser decidida ainda que estejam ausentes integrantes do TSE, desde que as ausências sejam justificadas.

b) Qualquer interessado pode arguir a suspeição de ministro do TSE por parcialidade partidária.

c) Dado o princípio do quinto constitucional, é assegurado ao MP o cargo de ministro corregedor do TSE.

d) O Presidente do TSE será eleito entre todos os sete membros que compõe o órgão eleitoral.

e) Advogado ocupante de cargo comissionado pode ser ministro do TSE, desde que indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil.



135. (CESPE/TRE-MT - 2015) Acerca dos órgãos da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Deve haver, em cada estado e no Distrito Federal, um tribunal regional eleitoral (TRE), formado por sete membros, sendo dois deles advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil e nomeados pelo governador do respectivo estado.
- b) Caso ocorra conflito de jurisdição entre tribunais regionais e juízes eleitorais de estados diferentes, o processamento e o julgamento desse conflito caberão originariamente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- c) A jurisdição de cada uma das zonas eleitorais deve ser atribuída a um juiz eleitoral da circunscrição, responsável por constituir as juntas, que são divididas em zonas eleitorais.
- d) As juntas eleitorais, compostas de um juiz eleitoral e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade, têm a atribuição de expedir títulos eleitorais e conceder transferências de eleitor.
- e) Em princípio, as decisões dos tribunais regionais eleitorais são irrecorríveis, mas admite-se recurso, excepcionalmente, caso a decisão seja contrária a dispositivo expresso na CF e em lei federal.

136. (CESPE/TRE-TO - 2017) Das decisões dos tribunais regionais eleitorais

- a) caberá recurso em caso de declaração de inconstitucionalidade realizada em ação direta de inconstitucionalidade.
- b) não caberá recurso, uma vez que o TRE é tribunal de única instância.
- c) caberá recurso caso decretem a perda de mandatos eletivos estaduais.
- d) não caberá recurso no caso de divergência na interpretação de lei entre dois tribunais eleitorais.
- e) não caberá recurso, exceto no caso da discussão sobre inelegibilidade.

137. (CESPE/TRE-TO - 2017) A principal função da justiça eleitoral é garantir

- a) o respeito à soberania popular e à cidadania.
- b) a classificação das informações de ordem estatal.
- c) a auditoria das contas públicas.
- d) o cumprimento dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- e) a guarda da Constituição Federal.

138. (CESPE/TRE-TO - 2017) De acordo com o Código Eleitoral, são órgãos integrantes da justiça eleitoral

- a) os juízes eleitorais e os delegados partidários.
- b) as juntas eleitorais e os delegados partidários.
- c) o TSE e os delegados partidários.
- d) o TSE e os tribunais regionais federais.
- e) os juízes eleitorais e as juntas eleitorais.

139. (CESPE/TRE-TO - 2017) A respeito das previsões contidas nas leis eleitorais, que visam garantir a celeridade específica do direito eleitoral, assinale a opção correta.

- a) Os processos eleitorais têm prioridade de tramitação, com preferência sobre habeas corpus e mandados de segurança originários da justiça comum.



- b) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), salvo as que contrariem a Constituição Federal e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.
- c) O prazo para a interposição de recursos eleitorais é de três dias, exclusivamente com efeito devolutivo, e inexistente a abertura de prazo para a apresentação de contrarrazões a eles.
- d) Não há a garantia de vitaliciedade aos juízes dos tribunais eleitorais, que servirão por dois anos, no máximo, e nunca por mais de uma investidura.
- e) É de dois anos o prazo para o trâmite de processo eleitoral que possa resultar em perda de mandato.

GABARITO

- | | | |
|---------------|---------------|----------------|
| 1. A | 32. CORRETA | 67. INCORRETA |
| 2. C | 33. CORRETA | 68. CORRETA |
| 3. C | 34. C | 69. C |
| 4. C | 35. CORRETA | 70. B |
| 5. E | 36. CORRETA | 71. INCORRETA |
| 6. A | 37. CORRETA | 72. CORRETA |
| 7. D | 38. INCORRETA | 73. CORRETA |
| 8. C | 39. CORRETA | 74. CORRETA |
| 9. INCORRETA | 40. INCORRETA | 75. INCORRETA |
| 10. CORRETA | 41. INCORRETA | 76. INCORRETA |
| 11. CORRETA | 42. CORRETA | 77. A |
| 12. CORRETA | 43. CORRETA | 78. CORRETA |
| 13. INCORRETA | 44. INCORRETA | 79. INCORRETA |
| 14. CORRETA | 45. INCORRETA | 80. CORRETA |
| 15. INCORRETA | 46. INCORRETA | 81. C |
| 16. CORRETA | 47. INCORRETA | 82. B |
| 17. INCORRETA | 48. CORRETA | 83. B |
| 18. CORRETA | 49. INCORRETA | 84. C |
| 19. CORRETA | 50. INCORRETA | 85. D |
| 20. INCORRETA | 51. INCORRETA | 86. B |
| 21. INCORRETA | 52. CORRETA | 87. CORRETA |
| 22. CORRETA | 53. INCORRETA | 88. INCORRETA |
| 23. C | 54. INCORRETA | 89. D |
| 24. C | 55. CORRETA | 90. A |
| 25. E | 56. CORRETA | 91. INCORRETA |
| 26. INCORRETA | 57. CORRETA | 92. A |
| 27. INCORRETA | 58. INCORRETA | 93. C |
| 28. CORRETA | 59. INCORRETA | 94. B |
| 29. INCORRETA | 60. B | 95. D |
| 30. CORRETA | 61. A | 96. C |
| 31. INCORRETA | 62. C | 97. A |
| | 63. INCORRETA | 98. D |
| | 64. A | 99. INCORRETA |
| | 65. INCORRETA | 100. INCORRETA |
| | 66. INCORRETA | 101. INCORRETA |



- 102. CORRETA
- 103. INCORRETA
- 104. B
- 105. B
- 106. ANULADA
- 107. C
- 108. A
- 109. CORRETA
- 110. CORRETA
- 111. D
- 112. E
- 113. A
- 114. C
- 115. C
- 116. E
- 117. A
- 118. CORRETA
- 119. INCORRETA
- 120. C
- 121. D
- 122. INCORRETA
- 123. INCORRETA
- 124. INCORRETA
- 125. INCORRETA
- 126. INCORRETA
- 127. CORRETA
- 128. CORRETA
- 129. CORRETA
- 130. CORRETA
- 131. INCORRETA
- 132. CORRETA
- 133. E
- 134. B
- 135. B
- 136. C
- 137. A
- 138. E
- 139. B



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.